Ana Paula Mendes Alves

UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DA VARIAÇÃO SINTÁTICA AUSÊNCIA/PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NA FALA DOS JOVENS DE BARRA LONGA/MG QUE RESIDEM EM BELO HORIZONTE

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Ana Paula Mendes Alves

UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DA VARIAÇÃO SINTÁTICA AUSÊNCIA/PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NA FALA DOS JOVENS DE BARRA LONGA/MG QUE RESIDEM EM BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística
Linha de Pesquisa: B – Estudo da Variação e Mudança Lingüística
Orientadora: Profª. Drª. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Dissertação defendida por ANA PAULA MENDES ALVES em ___/___/___ e aprovada pela Banca examinadora constituída pelos Professores Doutores relacionados a seguir:

Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani - UFMG

Orientadora

Marco Antônio de Oliveira – PUC/MG

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen – UFMG

*

* TRINDADE, José Carlos Pimenta. Minha Bela Barra Longa. In.: CARNEIRO, Armando P. (orgs.) I Sarau de Barra Longa: um canto de amor à cidade. Barra Longa: Prefeitura Municipal, 2004. p.14.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profª. Drª. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani, que, com empenho e dedicação, orientou-me na execução deste trabalho, pela atenção e pelo carinho a mim dispensados.

À Profª. Drª. Maria Cândida Costa Trindade de Seabra pela amizade e pelo contínuo interesse em ajudar.

Aos professores do Programa de Pós Graduação, em especial, à Profª. Drª. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, pelas sugestões e comentários feitos durante a disciplina por ela ministrada no primeiro semestre de 2007.

A Soélis Teixeira do Prado Mendes e a Eduardo Tadeu Roque do Amaral, pela atenção e pelos comentários feitos.

A Patrícia Vargas Alencar, por ter me enviado referências do Rio de Janeiro, a minha gratidão.

A Luiza Laura Lanna, pelo incentivo desmedido e pelo carinho.

A Lílian Teixeira, por ter me ajudado a interpretar os resultados do programa estatítico utilizado para a análise quantitativa dos dados.

Às amigas Dulcelene Gamarano Novais e Eliane Maria Gonçalves, pelas palavras ditas e pela escuta paciente.

Aos amigos, Ana Paula Teixeira, Andréia Almeida Mendes, Gabriele Cristine Carvalho, Luciene Maria Braga, Rejane Cristina Ribeiro, Nayana Shimaru e Vander Lúcio de Souza, pela solidariedade.

A Humberto Mendes e José Eurílalo dos Reis, pela disponibilidade em ajudar na etapa final deste trabalho.

À Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer de Barra Longa, que tão gentilmente, forneceu as fotos da cidade que ilustram este trabalho.

A Lúcia Teixeira, que sempre demonstrou interesse em ajudar ao me receber no “Centro de Memória Cônego Trindade”, pela atenção.

Aos colegas de trabalho e aos alunos da E.E. Padre José Epifânio Gonçalves, onde dei meus primeiros passos como aluna e professora.

Aos entrevistados e aos seus familiares, que sempre me receberam de braços abertos em suas casas, pela participação desinteressada e pelo crédito concedido aos propósitos desta pesquisa.

Aos meus pais, que sempre me ensinaram a ser perseverante e acreditaram em meus sonhos, ainda que parecessem impossíveis, pelo exemplo e pela confiança.

Aos meus avós, aos meus irmãos, Ana Cristina e João Paulo, a Nadir e a João Víctor, pelo incentivo e pelo apoio incondicional.

Ao meu noivo, Carlos Eduardo Reis de Carvalho, com quem venho dividindo meus sonhos e minhas inquietações acadêmicas, desde a época do Ensino Médio, pela cumplicidade e pela compreensão sem limites.

A Deus, pela vida, por estar sempre ao meu lado e por colocar pessoas iluminadas em meu caminho que, além de acreditar em meus sonhos, estão sempre prontas para a me ajudar a concretizá-los. Agradeço-lhe o amor e a existência de todos aqueles que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**

CAPÍTULO 1 – O ARTIGO DEFINIDO E O ANTROPÔNIMO **19**

1.1 O artigo definido 19

1.2 O antropônimo 22

1.3 A variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos 27

1.3.1 Natureza do fenômeno 27

1.3.2 Estudos específicos 31

1.3.2.1 Estudos realizados à luz da Teoria da Variação 32

1.3.2.2 Estudos realizados nas comunidades de Belo Horizonte e Barra Longa/MG . 44

1.3.3 A proposta deste estudo 46

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **50**

2.1 Da Teoria da Variação ou Sociolingüística Variacionista 50

2.1.1 A relação entre variação e manutenção lingüística 53

2.2 A comunidade de fala e as redes sociais dos falantes: o da variação lingüística . 56

2.2.1 Comunidade de fala 56

2.2.2 Redes sociais 59

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **64**

3.1 A comunidade pesquisada 64

3.2 Objetivos e hipóteses 72

3.3 A variável lingüística e os grupos de fatores 73

3.3.1 Fatores lingüísticos 74

3.3.1.1 Forma como o antropônimo aparece 75

3.3.1.2 Circunstância em que o antropônimo é citado 76

3.3.1.3 Estrutura do sintagma nominal (SN) 77

3.3.1.4 Antropônimo como item de uma enumeração 79

3.3.1.5 Função sintática 79

3.3.2 Fatores extralingüísticos 82
3.3.2.1 Gênero 82
3.3.2.2 Grau de intimidade do entrevistado com o referente 83
3.3.2.3 Redes sociais 84
3.3.2.3.1 Convívio com pessoas de Barra Longa 84
3.3.2.3.2 Grau de contato com a cidade de Barra Longa 84
3.3.2.3.3 Tempo de residência em Belo Horizonte 85
3.4 A constituição da amostra 85
3.4.1 Avaliação da amostra 88
3.5 A coleta dos dados 88
3.6 A transcrição dos dados 90
3.7 Tratamento dos dados 91
3.7.1 Usos não referenciais do antropônimo 93
3.7.2 Topônimos 94
3.7.3 Usos metonímicos 94
3.7.4 Antropônimos precedidos por demonstrativos 95
3.7.5 Outros casos 96
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS 98
4.1 Considerações iniciais 98
4.2 Sobre a interpretação dos dados 100
4.3 Atuação dos fatores lingüísticos 103
4.3.1 Função sintática 103
4.4 Atuação dos fatores extralingüísticos 107
4.4.1 Gênero 108
4.4.2 Grau de intimidade entre o entrevistado e o referente 109
4.4.3 Redes sociais 112
4.4.3.1 O convívio diário com pessoas de Barra Longa 113
4.4.2.2 O grau de contato com a cidade de Barra Longa 115
4.5 Discussão dos resultados 117
4.5.1 O cruzamento do fator função sintática com fatores extralingüísticos 117

4.5.2 A atuação do fator gênero 120
4.5.3 Resultados com exclusão do fator figura pública 122
4.5.4 Sobre a atuação do grupo de fatores grau de contato com a comunidade de origem 124
4.5.4.1 O fator indivíduo 125
4.5.4.2 O grau de contato com Barra Longa e as redes sociais dos informantes 127
4.6 Fatores desconsiderados na análise quantitativa 135
4.7 Conclusões da análise 142
CONCLUSÃO 144
REFERÊNCIAS 148

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista parcial da cidade de Barra Longa 15
Foto 2: A cidade de Barra Longa/MG 49
Foto 4: Estradas de Barra Longa 66
Foto 5: Paisagens de Barra Longa/MG 68
Foto 7: Bordados de Barra Longa 68
Foto 8: Templos religiosos de Barra Longa. 69
Foto 9: Centro da cidade de Barra Longa 71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação da densidade das redes. 60
Figura 2: Representação da multiplexidade das redes. 61
Figura 3: Localização de Barra Longa em relação a Belo Horizonte. 67
Figura 4: As redes de contatos entre os informantes. 134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Forma como o antropônimo aparece no discurso 76
Quadro 2: Circunstância em que o antropônimo é citado 77
Quadro 3: Estrutura do sintagma nominal (SN) 78
Quadro 4: Antropônimo como item de uma enumeração 79
Quadro 5: Função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo 81
Quadro 6: Informantes que residem em Belo Horizonte 87
Quadro 7: A variável dependente ou fenômeno variável 91
Quadro 8: As variáveis independentes ou grupos de fatores 92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Freqüência do uso do artigo diante de antropônimos 34
Gráfico 2: Uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa em tempo real de longa duração 39
Gráfico 3: Distribuição das variantes no grupo de Belo Horizonte 101
Gráfico 4: A presença do artigo de acordo com a função sintática 105
Gráfico 5: A presença do artigo em função do grau de intimidade nos dois 111
Gráfico 6: O uso do artigo de acordo com o convívio diário com pessoas de Barra Longa . 114
Gráfico 7: Distribuição das variantes nos dois subgrupos 129
Gráfico 8: A presença do artigo em função do gênero 131
Gráfico 9: A presença do artigo em função do tempo de residência em Belo Horizonte para os dois subgrupos 132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Freqüência de uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa por século 38
Tabela 2: A presença de artigo definido diante de antropônimo no grupo de Belo Horizonte 102
Tabela 3: A presença de artigo definido de acordo com a função sintática 104
Tabela 4: A presença de artigo definido de acordo com gênero 108
Tabela 5: A presença de artigo definido de acordo com o grau de intimidade no grupo de Belo Horizonte 109
Tabela 6: A presença de artigo definido de acordo com o grau de intimidade no grupo de controle 110
Tabela 7: A presença do artigo definido de acordo com o convívio diário com pessoas de Barra Longa 113
Tabela 8: A presença do artigo de acordo com o grau de contato com a cidade de Barra Longa 115
Tabela 9: O uso do artigo considerando o cruzamento entre a função sintática e o grau de contato com a cidade Barra Longa 118

Tabela 10: O uso do artigo considerando o cruzamento entre a função sintática e o grau de intimidade 119
Tabela 11: A presença do artigo considerando o cruzamento entre o gênero e o grau de intimidade 121
Tabela 12: A presença do artigo com e sem a exclusão do fator figura pública 123
Tabela 13: A presença do artigo de acordo com o perfil dos informantes que residem em Belo Horizonte 126
Tabela 14: Informantes que residem em Belo Horizonte e mantêm contato freqüente com a cidade Barra Longa 128
Tabela 15: Informantes que residem em Belo Horizonte e não mantêm contato freqüente com a cidade Barra Longa 128
Tabela 16: A presença do artigo definido de acordo com a forma como o antropônimo aparece 138

RESUMO

No presente trabalho, analisamos, à luz da Sociolingüística Variacionista, a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos – nomes próprios de pessoas –, na fala dos jovens da comunidade de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Apesar de serem próximas, as duas cidades possuem padrões divergentes em relação à variação estudada. Enquanto, em Belo Horizonte, predomina a presença do artigo (Moisés, 1995), em Barra Longa, predomina a ausência (Mendes, 2000). Tendo-se observado que o processo de manutenção da ausência de artigo na fala desses jovens ocorre de forma variável, pesquisaram-se os fatores lingüísticos e extralingüísticos responsáveis por esse processo. A pesquisa se desenvolveu a partir da análise qualitativa e quantitativa de dois constituídos a partir de dados de fala de vinte informantes constituído de dezesseis informantes de Barra Longa – de 18 a 30 anos – que residem em Belo Horizonte, do qual foram extraídos 1163 dados; e constituído de quatro informantes da mesma faixa etária que permanecem em Barra Longa, do qual foram extraídos 340 dados. Esses dados foram submetidos, separadamente, a uma análise quantitativa através do programa estatístico GOLDVARB/VARBRUL (2001). Os resultados obtidos apontaram a função sintática do sintagma nominal em que se encontra o antropônimo como único fator lingüístico relevante para o fenômeno estudado. No que concerne às variáveis extralingüísticas, destacaram-se o grau de intimidade entre o falante e o referente e os fatores diretamente relacionados às redes sociais dos informantes.

ABSTRACT

This study has taken the Variationist Sociolinguistics into account on analyzing the syntactic variation in the speech of a young community from Barra Longa city, state of Minas Gerais, who lives in the capital of the state, Belo Horizonte. Despite being near to each other, the two cities have different patterns as to the variation studied. In the capital city the article is predominantly present (Moisés, 1995), whereas it is mostly absent in Barra Longa city (Mendes, 2000). After observing that the process of maintaining the article absence in this young community takes place in a variable way, the related linguistic and extralinguistic factors were investigated. Qualitative and quantitative analyses of the were used in the present research. The two comprised the speech data of twenty informants: the was formed by sixteen informants from Barra Longa city, aged 18 to 30, living in Belo Horizonte city, and the was formed by four informants, living in Barra Longa city. 1163 data were obtained from the former group, and 340 from the latter. All data were separately treated by a quantitative analysis using the statistical program GOLDLVARB/VARBRUL (2001). The outcomes have indicated a syntactic function of the noun phrase in which the is found as the only linguistic factor that is relevant to the phenomenon studied. As for extralinguistic variables, the level of intimacy between the speaker and the referent as well as the factors directly related to the informants' social network were outstanding.

Foto 1: Vista parcial da cidade de Barra Longa

INTRODUÇÃO

Este estudo trata da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro, como em

, focalizando a fala dos jovens da cidade mineira de Barra Longa que residem em Belo Horizonte.

Segundo Trindade (1917), os primeiros habitantes chegaram a Barra Longa entre os anos de 1701 e 1704, o que confere à comunidade mais de três séculos de história. Situada a 172 km de Belo Horizonte, na Zona da Mata de Minas Gerais, Barra Longa se mantém relativamente 'isolada' dos grandes centros urbanos devido às condições de acesso. É comum, no entanto, que seus moradores, sobretudo, os mais jovens, se mudem para outras cidades, como Belo Horizonte, por exemplo, para trabalhar e/ou estudar, visto que nessa comunidade não há instituições de ensino superior ou mesmo de ensino profissionalizante.

De acordo com os trabalhos anteriores de Moisés (1995) e Mendes (2000), as duas cidades, apesar de não muito distanciadas uma da outra, possuem padrões divergentes em relação a essa variação. O primeiro constata que, em Belo Horizonte, há uma tendência ao emprego do artigo definido e o segundo, que a comunidade de Barra Longa preserva, em sua fala, a ausência do artigo como um traço lingüístico que remonta à língua latina.

Com base nos resultados desses trabalhos, surgiu a curiosidade de analisar o comportamento lingüístico das pessoas de Barra Longa que se mudam para Belo Horizonte quanto ao uso do artigo diante de antropônimo, o que se concretizou a partir de gravações de entrevistas orais de conversa espontânea com informantes de 18 a 30 anos, nascidos em Barra Longa, mas que, atualmente, residem em Belo Horizonte. O objetivo de nosso estudo é, portanto, verificar como se comportam os jovens da cidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte diante da variação apresentada, investigando as possíveis alterações decorrentes do contato com a referida cidade na fala do grupo sob análise.

Orientado pelos pressupostos da Teoria da Variação propostos por Labov (1972), Naro (2003: 45) diz que, para a maioria dos lingüistas, desde gerativistas a sociolingüistas, "o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que a partir deste momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável", ou seja, as características da fala de um indivíduo adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade. Sob essa perspectiva, espera-se que esses jovens preservem, em sua fala, a estrutura de Barra Longa (a ausência do artigo), já que

deixaram a cidade depois dos 14 anos de idade. Percebemos, entretanto, que o processo de manutenção do padrão da comunidade de origem quanto ao fenômeno estudado na fala do grupo sob análise é variável e que essa variação parece poder ser explicada a partir da observação das redes de relacionamentos sociais em que se integram os informantes.

De acordo com Milroy (1980), as redes densas e multipléxicas das comunidades pequenas e tradicionais, como é o caso de Barra Longa – onde todos se conhecem – funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada entre os falantes de uma comunidade lingüística. Entenda-se por redes multipléxicas, segundo a autora, aquelas em que as várias atividades de interação verbal são desempenhadas pelas mesmas pessoas, quando, por exemplo, o dentista é, ao mesmo tempo, amigo de infância, vizinho, colega de clube e freqüentador da mesma igreja do paciente. Desse modo, acreditamos que a manutenção dessas redes entre pessoas que se mudam para outras cidades com pessoas da comunidade de origem tende a interferir no comportamento lingüístico das mesmas.

Sob essa perspectiva, ressaltamos que a presente pesquisa tem como base a análise quantitativa e qualitativa de dados de fala obtidos a partir da orientação dos pressupostos teórico-metodológico da Teoria da Variação ou Sociolingüística Variacionista (LABOV, 1972); mas, numa tentativa de averiguar se a manutenção das redes de relacionamentos com pessoas da comunidade de origem interfere no fenômeno estudado, integramos ao estudo da variação lingüística de vertente laboviana a análise das dos informantes que integram a amostra (MILROY, 1980).

Apresentamos, a seguir, a estrutura da pesquisa aqui apresentada.

O primeiro capítulo é dividido em três seções. Na primeira, apresentamos o conceito de artigo definido apresentado pelos gramáticos tradicionais, bem como questões relacionadas à sua origem na língua portuguesa. Em relação às funções do artigo definido, de acordo com Lima (2006), demonstramos que essa categoria gramatical exerce papel fundamental para o funcionamento da linguagem, sobretudo, no que diz respeito à questão da referenciação. Como uma divisão dos nomes próprios, o conceito de antropônimo é apresentado na segunda seção. São discutidas as principais questões que envolvem a definição e as funções dos nomes próprios tomando como base posições de gramáticos tradicionais e estudiosos da linguagem como Lyons (1977), Frege (1978), Searle (1981) e Mari (2003). Na terceira seção, tratamos do fenômeno estudado – a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos – demonstrando que esse caso de variação também ocorre em outras línguas. Ainda nessa seção, é feita a descrição do objeto à luz da gramática tradicional e, na seqüência, são apresentados os resultados de alguns estudos que trataram especificamente do assunto:

Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002), Amaral (2003; 2004; 2007) Alencar (2006), Moisés (1995), Mendes (2000) e Alves (2007).

O segundo capítulo cuida de apresentar os pressupostos teóricos que fundamentam este trabalho. Neste ponto, aparece com destaque o primeiro estudo sociolingüístico desenvolvido por William Labov, o precursor da Teoria da Variação ou Sociolingüística Variacionista, modelo teórico-metodológico que defende possibilidade de a variação lingüística constituir um objeto de sistematização e análise. São apresentadas e discutidas também nessa seção as noções de comunidade de fala (LABOV, 1972) manutenção lingüística (MILROY, 1992) e redes sociais (MILROY, 1980).

Os procedimentos metodológicos, hipóteses e objetivos da pesquisa são apresentados no terceiro capítulo. Inicialmente, apresentamos uma descrição da comunidade de fala pesquisada e as redes de relacionamentos sociais em que se integram os membros dessa comunidade. A seguir, são explicitados os objetivos e as hipóteses que nortearam a presente pesquisa, bem como a variável dependente e os grupos de fatores considerados em função das hipóteses levantadas. Há ainda, neste capítulo, um espaço reservado para a apresentação dos procedimentos adotados para a constituição e avaliação da amostra e para a coleta, transcrição e tratamento dos dados.

A análise dos dados é feita no quarto capítulo. Primeiramente, são fornecidas ao leitor informações sobre a constituição dos que integram a pesquisa e, a seguir, são apresentados os resultados gerais obtidos com a utilização do Programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL 2001. Comenta-se, na seqüência, como se dá a atuação dos fatores lingüísticos e extralingüísticos, considerados estatisticamente relevantes em relação ao fenômeno estudado. É destinada uma atenção especial, no final do capítulo, aos fatores desconsiderados na análise quantitativa.

Finalmente, na conclusão, são retomados os principais aspectos discutidos nos capítulos anteriores e resultados obtidos a partir da análise desenvolvida com o intuito de confirmar ou não a hipótese levantada e indicar direções para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

O ARTIGO DEFINIDO E O ANTROPÔNIMO

1.1 O artigo definido

O artigo é uma categoria morfológica que não existia no latim clássico. “Esta classe de palavra só aparece nos últimos tempos do latim vulgar e em escritores latinos tardios” (Coutinho, 2004: 251).

A maioria dos estudiosos do português arcaico preocupa-se com o artigo apenas do ponto vista morfológico. Sob essa perspectiva, o artigo é visto como uma categoria gramatical que se junta ao substantivo para formar um grupo nominal (sintagma nominal – SN), isto é, o artigo funciona como determinante do substantivo, indicando o seu gênero e o seu número, o que justifica o fato de alguns estudiosos considerarem o artigo como expressão de uma categoria do nome – a categoria da determinação. Há, nesse sentido, um consenso entre as gramáticas tradicionais de diferentes épocas em definir como a palavra que antecede o substantivo para determiná-lo ou indeterminá-lo. Assim, os artigos definidos marcam a determinação, e os artigos indefinidos marcam a indeterminação do referente em relação ao falante ou ao ouvinte.

No entanto, há que se ressaltar que a diferença entre artigo definido e artigo indefinido não se restringe e nem sempre se norteia pela marca de determinação ou indeterminação, pois, muitas vezes, “o uso dos artigos definido e indefinido não se encaixa na definição de artigo encontrada nas gramáticas.” (Lima, 2006: 134).

No que se refere ao artigo definido, foco de nossa atenção é pertinente afirmar que, muitas vezes, ele participa de aspectos da natureza do pronome demonstrativo. Isso não ocorre ao acaso, pois a relação do artigo definido com o pronome demonstrativo nas línguas românicas é histórica. Iordan e Manoliu (1972) afirmam que, para alguns lingüistas, a aparição do artigo no latim se deve à influência grega, exercida pelas traduções. Segundo os autores, ao traduzir uma obra grega para o latim, o tradutor sentia a necessidade de consignar também o artigo, tão freqüente no original. Desse modo, os tradutores satisfaziam tal necessidade recorrendo a um demonstrativo, que do ponto de vista do sentido, é muito

próximo do artigo.[1] A respeito da origem do artigo nas línguas românicas, Coutinho (2004) diz:

> Originou-se o nosso artigo definido do demonstrativo Prova-o também a conservação do nas várias línguas românicas: franc. ; prov. l ; cast. e , ; ital. , inclusive o português, em cuja fase arcaica ele aparecia sob a forma de que ainda hoje temos vestígios. Grandgent testemunha que, apesar de ser mais empregado no latim vulgar, como artigo não é raro encontrar-se, com idêntica função, e .
>
> 489. foi a seguinte a evolução do artigo definido:
>
> *ĭ* *ĭ*
> *ĭ* *ĭ*
>
> O *ĭ* deu regularmente ; a consoante dupla simplificou-se. A queda do e inicial resultou de ser o artigo palavra proclítica: donde Em certos casos, tornava-se o intervocálico: Nesta posição, ele caía. Surgiram então Estas formas, que a princípio só apareciam nas circunstâncias mencionadas, depois se generalizaram (Coutinho, 1972: 251)[2].

Em sua pesquisa, Mendes (2000) também afirma o artigo definido procede nas línguas românicas de uma reorganização do sistema demonstrativo do latim, mais especificamente de e , que, após sofrerem diferentes evoluções morfofonêmicas, deram origem aos atuais artigos definidos, presentes em todas as línguas românicas. Segundo a mesma autora, o fato de o artigo ter surgido a partir do sistema demonstrativo latino não se configura como um caso específico das línguas românicas, "pois, segundo Harris & Campbell (1995: 341), várias são as línguas cujo artigo definido se constituiu a partir desse sistema: as línguas kartvelianas, algumas das línguas nígero-congolesas, a língua Armênia, o grego, as línguas germânicas, entre outras (Mendes, 2000: 30)."

Desse modo, como o pronome demonstrativo, o artigo definido, em alguns casos, como em apresenta uma natureza dêitica, ou seja, o artigo definido remete para um referente que faz parte do conhecimento prévio do ouvinte, sujeito co-enunciador. Assim, Guillaume (1977: 14) Lima (2006: 138) diz:

---

[1] "Hay lingüistas que sostienen que la aparición del artículo en el latín se debe a la influencia griega, ejercida desde las traducciones: al verter un libro griego al latín, el traductor sentía la necesidad de consignar también el artículo, tan frecuente en el texto original, y satisfacía la necesidad recurriendo a un demostrativo que, desde el punto de vista del sentido, estaba muy próximo al artículo." (Iordan y Manoliu, 1972: 245)

[2] Segundo esse autor, os pronomes pessoais tiveram essa mesma origem.

> Já que o artigo foi considerado originariamente um demonstrativo, parece que estas duas espécies de palavras participam de uma mesma natureza, pelo menos até certo ponto. Ora, o demonstrativo tem por objetivo reduzir a idéia geral do nome em uma idéia estreitamente particular e momentânea. Seria preciso admitir, a partir disso, que o artigo exerce uma função do mesmo gênero, podendo-se ver nele um signo que faz com que a idéia nominal passe de certa generalidade a uma generalidade menor. [3]

O artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o entre os objetos de mesma classe, como aquele que já foi ou será imediatamente conhecido do ouvinte quer pelo discurso, pela "dêixis" ou pelo contexto idiomático (Câmara Júnior, 1984).

No que concerne às funções do artigo definido, vários são estudiosos que defendem a idéia de que o artigo exerce papel fundamental para o funcionamento da linguagem, sobretudo, no que diz respeito, a questão da referenciação.

Lima (2006), por exemplo, desenvolve uma abordagem sobre o artigo em três perspectivas: filosófica, gramatical e lingüística. Na perspectiva filosófica, a autora trata de aspectos relativos à referência, tais como existência, unicidade, determinação e definitude do referente. Apoiando-se nos estudos de Frege (1978), Russel (1989), Strawson (1985), Donnellan (1971) e Quine (1968), ela mostra como esses aspectos permeiam os valores do artigo definido. Na perspectiva gramatical, Lima apresenta o que gramáticos de língua portuguesa de diferentes épocas dizem a respeito do artigo, a saber: Barbosa (1871), Said Ali (1966), Gladstone de Melo (1970), Bechara (1978), Rocha Lima (1982), Cunha & Cintra (1985). Em um primeiro momento, autora mostra que, de certa forma, a partir da definição de artigo, as gramáticas recortam as questões dos valores referenciais dessa categoria. Em um segundo momento, a relação entre artigo definido-pronome demonstrativo é tratada, do ponto de vista sintático e semântico. Já na perspectiva lingüística, são feitas algumas considerações a respeito das dicotomias que norteiam as análises dos artigos definido e indefinido.

Em suma, a autora mostra que as três abordagens apresentadas ressaltam o elo existente entre o artigo e a questão da referência. "A relação artigo e referência nos remete para a relação linguagem e mundo que permeia a gramática tradicional e a lingüística" (Lima, 2006: 155).

---

[3] De ce que l'article a été originairement un demonstratif, il ressort que ces deux sortes de mots participent d'une même nature, au moins jusqu'à un certain degré. Or, le démonstratif a pour but de réduire l'idée générale du nom en une idée étroitement particulière et momentanée. Il faudrait admettre d'après cela que l' article exerce une fonction du même genre, et y voir un signe pour passer d'une certaine généralité, de l'idée nominale à une géneralité moindre. (Guillaume, 1977: 14) (Lima, 2006: 138)

Desse modo, o conceito de artigo é algo que intriga os estudiosos da linguagem, principalmente no que concerne às dicotomias determinação/indeterminação, definitude/indefinitude. No entanto, Perlmutter (1970) Kato (1974: 59) diz que a oposição que existe e que é relevante não é entre o artigo definido e o artigo indefinido, mas, antes, entre a ausência e a presença de artigo definido. Tomando como base os antropônimos, é dessa oposição que trata a nossa a pesquisa: a ausência e a presença de artigo definido diante de antropônimos. Ressaltamos, entretanto, que antes que se chegue propriamente a esse assunto, na seção seguinte, apresentamos algumas questões relacionadas à definição de antropônimo.

1.2 O antropônimo

Os antropônimos – constituem um subgrupo dos e são assim chamados por se referirem, exclusivamente, aos nomes próprios de pessoas.

Para os gramáticos tradicionais, é clara a distinção entre nomes próprios e nomes comuns; estes designam a totalidade dos seres de uma espécie – designação genérica – e aqueles designam um indivíduo de determinada espécie – designação específica. Em Cunha, por exemplo, (1984: 187-188) lê-se:

> Quando se aplica a todos os seres de uma espécie ou quando designa uma abstração, o substantivo é chamado comum. Quando se aplica a determinado indivíduo da espécie, o substantivo é chamado próprio. Assim, são comuns, porque se empregam para nomear todos os seres e todas as coisas das respectivas classes. , ao contrário, são substantivos próprios, porque se aplicam a uma determinada mulher, a um dado continente e a um certo oceano.

Segundo Searle (1981: 45), “à primeira vista, nada parece mais fácil de ser compreendido, na filosofia da linguagem, que o uso dos nomes próprios: aqui está o nome, lá está o objeto. O nome representa o objeto.” No entanto, várias são as discussões acerca do conceito e da função dos nomes próprios. São apresentadas, a seguir, algumas posições a esse respeito.

Conforme Mari (2003), enquanto o nome comum tem uma função descritiva, ele nada mais é do que um feixe de propriedades partilhadas pelos membros de um determinado conjunto, o nome próprio tem uma função designativa, ou seja, de nomear objetos. Assim, "o nome próprio é índice em virtude da sua natureza designativa; o nome comum fixa condições de pertinência para uma classe em virtude de propriedades descritivas" (Mari, 2003: 15).

Foucault ([1966] 2002), em sua obra apresenta o conceito de nome próprio e a função singular que ele desempenha no interior da linguagem. Embora reconheça, ao longo de sua reflexão, a importância primeira do verbo para a constituição do discurso, ele afirma que:

> A articulação primeira da linguagem (se se puser de parte o verbo ser, que é condição tanto quanto parte do discurso) faz-se, pois, segundo dois eixos ortogonais: um que vai do indivíduo singular ao geral; outro que vai da substância à qualidade. No seu cruzamento reside o nome comum; numa extremidade, o nome próprio; na outra, o adjetivo. (Foucault, 2002: 137)

Há que se ressaltar, ainda, que, para Foucault, a distinção entre nomes próprios e nomes comuns é extremamente necessária para a ordem dos discursos, pois permite eliminar a confusão de idéias e facilitar a relação de sentido e representação entre as palavras e as coisas:

> A palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito. Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma: "Se tivéssemos por substantivos somente nomes próprios, seria preciso multiplicá-los ao infinito. Essas palavras, cuja multidão sobrecarregaria a memória, não poriam ordem alguma nos objetos de nossos conhecimentos, nem, por conseguinte, em nossas idéias, e todos os nossos discursos estariam na maior confusão." Os nomes podem funcionar na frase e permitir a atribuição somente se um dos dois (o atributo ao menos) designar algum elemento comum a várias representações. A generalidade do nome é tão necessária às partes do discurso quanto à designação do ser; à forma da proposição. (Foucault, 2002: 136)

Sob o prisma da Semântica da enunciação, Guimarães (2002) aborda a questão dos nomes próprios de pessoas e sua relação com os nomes comuns através de um estudo enunciativo da designação. Segundo o autor:

> Pensar o nome próprio de pessoa nos coloca diante da relação nome/coisa, na qual se considera que está diante de casos em que se tem um nome único para um objeto único. Por outro lado se coloca a questão de que há uma relação particular: o nome único é de uma pessoa única. Ou seja, estamos na situação em que o nome está em relação com aqueles que falam, que são sujeito do dizer. Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/coisa, nome/falante, nome/sujeito. (Guimarães, 2002: 33)

De acordo com Ducrot (1988: 231-232), os gramáticos entendem por nomes próprios os nomes que convêm apenas a um único ser ("Deus", "Rabelais", "Paris"). No entanto, é perfeitamente possível a existência de vários Rabelais e várias Paris, assim também como existem no mundo inúmeras 'Marias'. A aponta (2ª parte, cap.III) que essa pluralidade de referentes, no caso dos nomes próprios é acidental, enquanto ela é essencial para os nomes comuns. O fato de existirem várias 'Marias', é por ambigüidade – são homônimos –, enquanto que a existência de mulheres diferentes não significa qualquer ambigüidade da palavra "mulher".

A respeito da referência de um nome próprio, Frege (1978: 65) esclarece que a referência de um nome próprio é o objeto que por seu intermédio designamos; sua representação é subjetiva e entre a referência e a representação, situa-se o sentido que não é tão subjetivo quanto à representação, mas também não é o objeto propriamente dito. Desse modo, de acordo com Lopes (2004: 49), ao examinar esse aspecto da teoria de Frege é possível afirmar que o nome próprio designa individualmente um membro de determinada classe. Assim, a denominação nome próprio não compreende apenas o que tradicionalmente se concebe como nomes próprios (pessoas, instituições), mas qualquer descrição definida que tenha a função de apontar apenas para um objeto. O nome próprio nomeia objetos individuais, enquanto o nome comum fixa as condições de inclusão de objetos numa classe.

Pelo fato de ser o referente de um nome próprio normalmente único, conclui-se algumas vezes que o nome próprio é uma simples etiqueta colada sobre uma coisa, que ele tem um referente, mas não sentido, ou, de acordo com Mill Ducrot (op.cit.), uma denotação, mas não conotação. Frege sustenta o contrário, que nenhuma referência é possível

sem um sentido. E por esse motivo, ele não reconhece nenhuma distinção lógica entre os nomes próprios gramaticais – substantivos próprios, – e as descrições definidas – SN definido mais uma asserção descritiva como, por exemplo, considerando ambos como .

Segundo Cardoso (2003: 50), Frege apresenta uma distinção crucial para a construção de uma das mais importantes teorias da significação de todos os tempos através de um sistema ternário, formado de , e :

> Chama de qualquer expressão significativa (palavra, expressão, grupo de palavra ou sentença assertiva) cuja referência seja um objeto singular. Chama de "o modo de apresentação do objeto". Chama de da expressão o objeto do qual a expressão é nome. Sentido e referência são dois aspectos da significação de um nome. É possível dizer com Frege que uma expressão (nome próprio) nomeia a sua referência e expressa o seu sentido. (Cardoso, 2003: 50)

No entanto, conforme Searle (1981: 215), "um nome próprio não predica a propósito do objeto e, consequentemente, não tem um sentido", ou seja, de acordo com o autor, o nome próprio é usado para referir e não para descrever determinado ser. A esse respeito diz o autor:

> Mill tinha razão em pensar que os nomes próprios não implicam qualquer descrição particular, que eles na têm definição, mas Frege estava certo ao supor que todo termo singular deve comportar um modo de apresentação e, portanto, de certa forma, ter um sentido. O erro foi considerar como definição a descrição identificadora que podemos substituir pelo nome do objeto. (...) Frege observou certamente que, se utilizamos os nomes próprios para fazer afirmações de identidade, factualmente informativas, os nomes próprios têm então necessariamente um sentido, mas equivocou-se ao supor que esse sentido é tão imediato como no caso das descrições definidas. (Searle, 1981: 224-226)

Em suma, Searle defende a idéia de que a distinção entre nomes próprios e descrições definidas pode ser explicada pelo fato de que a originalidade dos nomes próprios – e o que, segundo ele, os torna de grande utilidade do ponto de vista pragmático – é precisamente o fato de que eles possibilitam a referência aos objetos sem que haja a necessidade de recuperar as características que devem apresentar a identidade do objeto. "Eles não funcionam como descrições, mas como cabides, dos quais se prendem as descrições. Assim, a imprecisão

desses critérios, no que diz respeito aos nomes próprios, é então uma condição necessária para isolar a função referencial da função descritiva da linguagem" (Searle, 1981: 227).

Do foi que exposto até agora, percebemos que não há um consenso entre os filósofos da linguagem acerca da definição de nome próprio. A idéia em torno da qual parece haver um certo consenso entre os teóricos é a de que os nomes próprios são uma categoria que pede tratamento diferenciado, o que pode ser explicado, conforme Rajagopalan, pelo fato de que

> a singularidade inerente a essa denominação é algo que desafia o próprio empreendimento da construção de teorias sobre a linguagem, motivo pelo qual os nomes próprios – objetos lingüísticos que se encarregam de representá-la – se revelam como um conceito um tanto complexo, já que pensar a singularidade equivale a entrar na zona limítrofe do pensamento acerca da linguagem. (Rajagopalan, 2002: 82)

Apesar da divergência de posições em relação ao assunto, há que se ressaltar que a noção de referência é fundamental para a definição de nomes próprios, sobretudo, no que se refere aos antropônimos. Segundo Lyons (1977: 147), ao enunciar a frase , o falante se refere a um certo individuo (Napoleão) por meio de uma constituída por um antropônimo. E, quando a referência é bem sucedida[4], essa expressão referencial permite ao ouvinte identificar o individuo em questão: Assim, apesar de ser o falante que refere, dando à expressão uma referência em um , de acordo com Lyons, é terminologicamente conveniente dizer que uma expressão se refere ao referente. Essa terminologia foi adotada por Amaral (2003) e será também adotada neste trabalho.

É importante ressaltar, ainda, que, em relação à maior ou menor referencialidade dos nomes próprios, Lyons afirma que as são mais referenciais do que eles. O autor afirma que, mesmo que não se conheça o nome de um lugar ou de uma pessoa, é possível fazer-lhe referência por meio de uma descrição definida. Assim, o nome , por exemplo, só será pronunciado quando o falante considerar que a pessoa referida por esse antropônimo faz parte do universo de seu interlocutor, caso contrário, a tendência será optar

[4] É conveniente ressaltar que nem sempre a referência é bem sucedida, pois a noção de referência, segundo Lyons, depende do enunciado, pois "sempre que dizemos que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, partimos do princípio de que a frase em questão foi ou podia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado." (Lyons, 1977: 150).

por uma descrição definida, como

, por exemplo.

No que diz respeito à função dos nomes próprios, é possível afirmar, conforme Lyons (1977: 178), que os antropônimos têm duas funções: referencial – como as descrições definidas e os pronomes pessoais – e vocativa. Em relação à função vocativa, os antropônimos seriam utilizados para atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada ou intimidada. Quando usado para se referir a alguém, ou seja, para falar de determinada pessoa, o antropônimo é usado com função referencial. Lyons acrescenta, ainda, que, em determinadas circunstâncias, os nomes próprios são usados para dizer a alguém, formal ou informalmente, que um nome particular está associado a uma pessoa, objeto ou lugar determinado, por uma convenção já existente como, por exemplo, Ela se chama , O nome do meu vizinho é . Para esses casos, o autor confere a denominação de .[5]

Como já foi mencionado, a noção de referência é de fundamental importância para o entendimento da definição de antropônimo. Desse modo, as definições de artigo definido e antropônimo partilham de valores referenciais e, por esse motivo, vários estudiosos da linguagem, ao se dedicar a um deles, acabam por adentrar em questões que envolvem o funcionamento do outro.

Na seção seguinte, trataremos do objeto de estudo a que se destina a presente pesquisa: a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

1.3 A variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos

1.3.1 Natureza do fenômeno

Nas seções anteriores, vimos que vários autores têm se dedicado ao estudo das categorias de artigo definido e de antropônimo e, ao analisar esses estudos, percebemos que os dois conceitos estão relacionados à função referencial da linguagem. O artigo definido é

[5] No que se refere às funções dos nomes próprios, vale dizer que será adotada aqui apenas a função referencial do antropônimo e que, em virtude disso, serão excluídos da análise quantitativa os dados em que os antropônimos aparecem com função ou com fins de

usado para referir a determinado ser de forma definida; o antropônimo, por sua vez, é pronunciado para se referir a um determinado indivíduo, definindo-o. Em outros termos, o primeiro determina um ser no interior de uma classe e o segundo individualiza um ser dentre vários, atribuindo-lhe uma denominação.

Desse modo, conforme Du Bois (1982) Oliveira e Silva (1991), os nomes próprios por si só são palavras definidas e assim como os possessivos e os demonstrativos partilham das mesmas características das palavras precedidas pelo artigo definido. Isso significa que o antropônimo, enquanto nome próprio dispensaria o artigo definido. No entanto, como veremos nesta seção, nem sempre isso acontece: o emprego do artigo definido diante de antropônimos constitui um fenômeno variável, pois, em alguns contextos, o artigo é empregado e em outros, não.

A partir de uma proposta semântico-gerativa, Kato (1974) se propõe a descrever o conteúdo semântico do artigo definido, numa tentativa de representar esse significado formalmente, dentro da abordagem da Gramática Gerativa Transformacional apresentada por Chomsky em 1957. Kato analisa o comportamento do artigo definido em três línguas, o português, o inglês e o japonês, nas quais a autora tem um grau de fluência que lhe permitiu atuar como informante. Apesar de o japônes não possuir artigo, a autora recorre a essa língua para descrevê-lo a partir da comparação com elementos lexicais usados em japônes com valor do artigo.

Embora a autora tenha se ocupado da análise do comportamento do artigo definido diante de nomes comuns, por diversas vezes, os nomes próprios são tomados como referência para comparação com os nomes comuns em seu trabalho, sobretudo, na apresentação da resenha da literatura pertinente. Para Vandler (1967), por exemplo, a função do artigo definido é fazer nomes comuns atuarem como próprios, já que “os nomes próprios são constantes individuais e paradigmas de termos particulares” e, nesse sentido, prossegue dizendo que “os nomes próprios prescindem de qualquer outro elemento para serem identificados como termos singulares. Os nomes comuns, por outro lado, requerem pelo menos um artigo (ou seu equivalente) para serem identificados como tal” (Vendler, 1967 Kato, 1974: 58).

Assim, o autor invocado explica a ocorrência de artigos com nomes próprios, afirmando que, nesses casos, os nomes próprios estão atuando como nomes comuns. Kato reconhece, no entanto, que embora a ausência do artigo definido diante de antropônimos seja obrigatória no inglês; em português, há uma variação do uso do artigo nesse contexto, o que,

segundo a autora, nem sempre confere aos nomes próprios a caracterização de nome comum, como explica Vendler.

Corroborando a afirmação de Kato (1974), vários estudos – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Mendes (2000), Callou (2000) Amaral (2003) – têm demonstrado que a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos constitui uma realidade palpável em língua portuguesa, como será apresentado na seção 1.3.2. Observa-se ainda, de acordo com esses estudos, que o fenômeno variável em questão não é um caso específico da língua portuguesa, pelo contrário, esse comportamento diferenciado quanto ao uso do artigo pode ser percebido em várias outras línguas como, por exemplo, no romeno, no húngaro, no albanês, no grego, no italiano, no francês e no espanhol, conforme se ilustra a seguir.

Souza (1994) Mendes (2000) faz uma descrição em relação ao uso do artigo em romeno e quatro idiomas geograficamente próximos: húngaro, búlgaro, albanês e grego. O autor observa além das condições de ocorrência do artigo, as restrições de co-ocorrências com outros determinantes e quantificadores e as condições de definitude.

Em romeno, língua caracterizada pela posposição do artigo definido e pela declinação em substantivos determinantes, o autor diz que os únicos casos em que o artigo definido é anteposto são o genitivo e o dativo de nomes próprios masculinos e, mais recentemente, femininos. Com respeito à variação ausência/presença do artigo, o autor diz que os antropônimos femininos são sempre empregados com artigo e os masculinos e neutros só são acompanhados de artigo no genitivo e no dativo.

No que diz respeito ao albanês, Souza afirma que esta língua comporta-se como o grego moderno: topônimos e antropônimos masculinos e femininos recebem o artigo em todo o paradigma da conjugação. No entanto, esse comportamento não se aplica aos usos não-referenciais do nome próprio, como predicados nominais e complementos de verbos como

.

Em húngaro, segundo o autor, o uso do artigo definido antes de nome próprio seria influenciado pelo tipo de registro, marcando um contexto mais informal. De acordo com o mesmo autor, os nomes próprios (antropônimos e topônimos) não são usados com o artigo em húngaro.

Em síntese, quanto ao emprego do artigo diante de nomes próprios de pessoa, Souza verifica que nas línguas húngara, albanesa e grega, o artigo é usado quando os antropônimos são empregados com a função referencial, isto é, quando o falante faz referência a determinada pessoa; por outro lado, o artigo não é usado diante de nomes que possibitam uma leitura não-referencial, o que, segundo ele, pode ser observado também em língua portuguesa.

No entanto, assim como Mendes (2000), discordamos do autor, pois verificamos, em nossos dados – e também em dados de trabalhos anteriores que trataram especificamente desse assunto em língua portuguesa – que nem sempre o artigo é usado diante de antropônimos referenciais, o que não confirma a afirmação de Souza.

Conforme os gramáticos Dardado e Trifone (1995: 157) Amaral (2003), a variação ausência/presença do artigo antes de sobrenomes e apelidos pode depender de fatores como o tipo de registro e a referência a personagens famosas ou populares; já os antropônimos recusam o artigo. No entanto, os gramáticos citados afirmam que, na região setentrional da Itália, os antropônimos são precedidos de artigo. Dessa forma, percebe-se que, na Itália, o fenômeno parece constituir um caso de variação regional. Em relação ao espanhol, os gramáticos afirmam que diante de antropônimos (desacompanhados de adjetivos) o artigo não é usado.

Para o francês de Paris, o espanhol europeu e cubano, Callou (2000: 14) afirma que "o uso do artigo se aplicaria apenas à mulher e se daria quando o falante se referisse, por exemplo, a uma pessoa célebre, ou com intenção despectiva." Em relação ao italiano, a autora afirma que, apesar de seu uso se estender também aos homens, mas com sobrenomes, essa prática é semelhante. Acrescenta ainda que, em Florença, o artigo diante de antropônimo é de uso geral, sobretudo, em função de sujeito, e, em outras posições, é dependente da preposição. Dauzat (1930: 405/406) Callou (2000) considera que o uso do artigo diante de antropônimos "é vulgar, tendo sido proscrito no século XVI." Para Martinez (1986: 119) Callou (2000), o uso do artigo diante de antropônimos foge à norma e não é representativo, embora seja freqüente em determinadas zonas da Península Ibérica.

Na fase moderna da língua portuguesa, percebemos, de acordo com os estudos de Callou e Silva (1997) e Callou (2000), que esse uso se intensificou tanto na língua escrita quanto na língua falada.

De acordo com as Gramáticas Tradicionais de língua portuguesa, os antropônimos não são acompanhados de artigo definido, principalmente os que se referem a personalidades muito conhecidas, como Camões, Dante, Leonardo Da Vinci. Porém, se o antropônimo vier precedido por um qualificativo, ele deve ser acompanhado do artigo (eclético Leonardo da Vinci).

Vale dizer, no entanto, que a maioria dos gramáticos de língua portuguesa reconhece que há variação em relação a este fenômeno, apesar de não apresentarem regras categóricas que dão conta de explicá-lo. Dias (1959: 97), por exemplo, afirma que "na conversação antepõe-se o artigo aos nomes das pessoas e animais, conhecidos das pessoas com quem

falamos, os nomes de escritores e artistas é mais usado não levarem artigo". Em Said Ali (1971) encontra-se a seguinte observação: "na linguagem de intimidade, e no falar do povo, antepõe-se com freqüência o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos." Cunha e Cintra (1985), por sua vez, afirmam que o nome próprio deveria dispensar o uso do artigo, mas diversas razões concorrem para que a norma não seja observada. Nas considerações desenvolvidas a esse respeito, Cunha e Cintra acrescentam que é freqüente, no Brasil e, em geral, em Portugal, a presença do artigo definido diante de nomes de pessoas, o que, segundo eles, daria ao antropônimo um tom de afetividade.

Neves (2000), em sua afirma que o artigo definido é utilizado antes de antropônimos referentes a pessoas conhecidas ou famosas, especialmente, no registro coloquial. A autora reconhece, ainda, que este é um uso ligado a costume regional, familiar ou pessoal, o que, para ela, explica o fato de haver ocorrências de antropônimos sem o artigo em língua portuguesa.

Desse modo, apesar de quase todos os autores mencionarem a questão da familiaridade ou intimidade entre o falante e o referente, observamos que não há, entre os gramáticos de língua portuguesa, um consenso em relação ao estabelecimento de regras para o uso/ não uso do artigo definido diante de antropônimos. Vejamos, nas próximas seções, os estudos realizados em diferentes perspectivas teóricas que tratam especificamente desse assunto.

1.3.2 Estudos específicos

Por se tratar de um fenômeno variável, a maioria dos estudos que tratam da ausência/presença de artigo diante de antropônimos se orienta pelos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação, assim como é feito nesta pesquisa. Vale ressaltar, entretanto, que esse caso de variação morfossintática vem sendo estudado, ao longo dos anos, em diferentes perspectivas teóricas focalizando tanto a língua escrita quanto a língua falada.

Apresentamos, a seguir, de forma sucinta, os principais estudos desenvolvidos sobre o assunto. Inicialmente, são apresentados os estudos que se orientam pelos pressupostos teóricos variacionistas ainda que associados a outras perspectivas teóricas – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002), Amaral (2003; 2004; 2007) Alencar (2006). Na seqüência, apresentamos os estudos de Moisés (1995) e Mendes (2000) que,

apesar de se orientarem por perspectivas teóricas diferentes da que adotamos, investigam o fenômeno exatamente nas duas localidades de que tratam esta pesquisa: Belo Horizonte e Barra Longa; são, portanto, os principais suportes teóricos para a análise que aqui se desenvolve, uma vez que demonstram, através de dados de fala, o padrão lingüístico de cada uma das comunidades em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos. As considerações sobre o estudo de caráter experimental que desenvolvemos em Alves (2007) e a proposta deste estudo são apresentadas na seção 1.3.3.

1.3.2.1 Estudos realizados à luz da Teoria da Variação

Nesta seção, apresentamos, inicialmente, os estudos que tratam do uso do artigo definido diante de possessivos e antropônimos – Silva (1996), Callou e Silva (1997) e Costa (2002) – dispensando maior atenção aos resultados apresentados para o contexto estudado neste estudo. Na seqüência, são apresentados os trabalhos que tratam especificamente do uso do artigo diante de antropônimos, assim como é feito em nossa pesquisa.

Silva (1996), ao retomar seu trabalho de 1982, em que estudou o emprego do artigo definido diante de pronomes possessivos, trata da realização facultativa de artigo definido diante de possessivos e patronímicos (antropônimos)[6] com o intuito de obter explicações para o papel do artigo em geral, já que parecia que "as variáveis estavam mais relacionadas com os artigos do que os possessivos ou nomes próprios" (Silva, 1996: 127). De acordo com a autora, ambos os empregos do artigo são mencionados na gramática tradicional como facultativos, mas, segundo ela, as gramáticas não fazem um paralelo entre o uso do artigo nesses dois contextos. Daí a sua curiosidade de investigar o fenômeno, sobretudo, no que se refere à função semântico-discursiva do artigo.

Orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística Variacionista, em sua análise, Silva encontra a freqüência geral de 73% de ocorrência de artigo diante de antropônimos e 53% diante de possessivos. Em relação aos fatores selecionados, a autora verifica que o tipo de informação, variável de ordem discursiva, é relevante tanto para o uso

[6] Ressaltamos que o termo 'antropônimo' usado neste estudo não é usado em Silva (1996). Para se referir a nomes próprios de pessoas, a autora usa o termo 'patronímicos'. No entanto, em Callou e Silva (1997) o termo 'antropônimo' passa a ser usado, assim como em nossa pesquisa.

do artigo diante de nomes próprios quanto de possessivos, pois quando a informação é nova o artigo tende a ser favorecido nos dois contextos.

Quanto às variáveis exclusivas de antropônimos, os dois grupos de fatores considerados foram selecionados: i) , com referência ao nome de batismo ou ao nome de família favorecendo a presença do artigo (0.69), a referência ao nome de batismo e ao nome de família não exercendo nenhum efeito sobre o fenômeno (0.50) e a referência a nomes com presença de título desfavorecendo o uso do artigo (0.30); ii) variável que mede o grau de conhecimento que o falante julga que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada, em que os resultados são constantes, pois tanto quando se trata de personagem de domínio público ou não conhecida pelo ouvinte o peso relativo é de 0.50.

A partir da análise dos dados, Silva afirma que dois princípios antagônicos parecem estar atuando sobre a realização do artigo diante de possessivos e nomes próprios: i) a familiaridade que o falante supõe que o tenha acerca da entidade mencionada e ii) a familiaridade que o tem acerca dessa entidade. Segundo a autora, o primeiro princípio faz com que o falante se empenhe em definir melhor o possuído ou a entidade quando considera que o ouvinte não compartilha com ele desse conhecimento. Nesses casos, há um aumento do uso de artigos, ou seja, a necessidade de definição de entidade não conhecida pelo ouvinte faz com que a entidade apresentada pela primeira vez aumente o uso do artigo.

Ainda nesse estudo, há um paralelo entre o uso do artigo nos dois contextos estudados pela autora na língua oral e na língua escrita. Em relação aos possessivos, ela afirma que não há diferença entre língua escrita e língua oral; entretanto, quanto aos antropônimos, a autora afirma que o mesmo não ocorre, pois a maioria dos autores nunca usa o artigo (Silva, 1996: 138). A afirmação da autora se fundamenta na análise de textos contemporâneos em prosa conforme se ilustra, a seguir:

> Como os gramáticos haviam-se referido à ausência do artigo diante de patronímicos [antropônimos] como relacionada à questão da familiaridade, foram examinados livros didáticos, coletâneas de textos infantis, com o intuito de verificar se a língua escrita a que supostamente estavam expostas as crianças era de um tipo familiar. Dos 52 textos em prosa, apenas nove usaram o artigo diante de patronímicos, sendo 13% (26/197) a porcentagem de uso, bem inferior, portanto, à porcentagem de língua oral: 73% (1610/2195). Pode afirmar que a presença de artigo diante de patronímicos é característica de língua oral. (Silva, 1996: 138)

Ao final da análise, Silva chega à conclusão de que, embora a freqüência de artigo diante de antropônimos tenha sido bem maior do que diante de possessivos, há mais regularidade na aplicação da regra para os possessivos do que para os antropônimos. Assim, é levantada a seguinte questão: "por que motivo duas regras que são regidas pelos mesmos princípios apresentam diferenças?" (Silva, 1996: 143).

Ainda no que se refere a essas diferenças, a autora afirma que "não se pode rastrear a freqüência dos artigos diante de patronímicos [antropônimos] através dos séculos como foi feito com a freqüência dos artigos diante de possessivos" (Silva, 1996: 138). No entanto, constatamos que essa afirmação não é legítima, já que vários são os estudos – Callou e Silva (1997), Mendes (2000), Callou (2000) e Costa (2002) – que empreenderam essa tarefa, demonstrando como se deu o percurso do uso do artigo definido diante de antropônimos ao longo dos séculos, conforme se ilustra a seguir.

Com o objetivo de verificar se é possível traçar um paralelo entre o uso do artigo antes de possessivos e antropônimos, Callou e Silva (1997) apresentam o resultado de uma análise diacrônica do uso/não-uso do artigo definido nos dois contextos. A análise deste fenômeno variável se dá com base nos de língua escrita, de Portugal – textos escritos, do século XIII até o século XX – e do Brasil – textos dos séculos XIX e XX[7] - em que se verificou que desde o século XIX, tanto em Portugal como no Brasil, houve um aumento do uso do artigo diante de antropônimos (cf. gráfico 1).

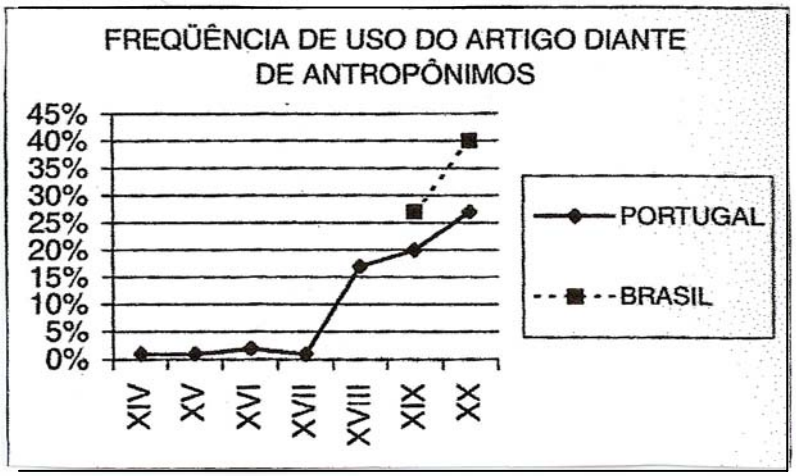

Gráfico 1: Freqüência do uso do artigo diante de antropônimos
(In Callou e Silva, 1997: 14).

[7] Callou e Silva (1997: 13) argumentam que os textos dos séculos anteriores não relatam exatamente o Português do Brasil.

A partir desses resultados, Callou e Silva fazem, então, uma análise de de língua oral do Projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta – que reúne dados de língua oral de falantes com curso universitário completo de cinco capitais brasileiras, a saber: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Nessa análise, as autoras utilizam a metodologia da Sociolingüística quantitativa laboviana e fazem uso do programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1986), levando em consideração diversos grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos (gênero, faixa etária, região de origem do locutor, tipo de entrevista). Os grupos de fatores que se mostraram estatisticamente relevantes em relação à presença de artigo definido diante de antropônimos, em sua análise, foram: a) presença de preposição, b) função sintática, c) grau de familiaridade, d) região de origem, e) prosódia.

Quanto à presença de preposição, verifica-se o forte condicionamento do artigo em relação à presença de preposições que com elas se contrai ( ) em comparação com os casos de preposições em que não há contração ( ) e com os casos em que não há preposição. Verifica-se, ainda, que a hipótese de que os resultados relativos aos grupos de fatores presença de preposição e função sintática não devessem ser confrontados não se confirma, pelo contrário:

> Observe-se que o peso relativo segue a mesma escala crescente da porcentagem, o que representa mais um indício de não haver interdependência deste grupo [função sintática] com outro (presença de preposição), ao contrário do que nossa intuição nos fazia crer – já que algumas funções (adjuntos, genitivos e objetos indiretos) são sempre precedidas de preposição que, por sua vez, favorecem a presença do artigo. Note-se ainda que o objeto indireto malgrado a preposição, mantém-se neutro (Callou e Silva, 1997: 19).

O grupo de fatores grau de familiaridade, denominado grau de intimidade em nosso estudo, mostrou-se relevante apenas para os dados da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os resultados apresentados pelas autoras, nessa cidade, o uso do artigo está diretamente relacionado com o grau de intimidade do falante com o referente do antropônimo. Assim, a presença do artigo tende a ser favorecida (0.67) quando o falante se refere a pessoas mais íntimas e desfavorecida (0.23) quando o antropônimo se refere a um nome público. O fator região de origem, por sua vez, revela que as capitais do Sul e Sudeste utilizam o artigo com maior freqüência; e o fator prosódia apontou uma preferência pelo uso do artigo em vocábulos de até duas sílabas.

De uma forma geral, as autoras levantam a hipótese de a distribuição regional do fenômeno apoiar-se na diferença rítmica de fala do Norte/Nordeste e Sul/Sudeste o que, segundo elas, levaria à conclusão de que a ocorrência do artigo pode ter uma explicação que vai além do fenômeno de definitude, chamando a atenção para o fato de se realizar menos o artigo onde há maior conservadorismo lingüístico. “Quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo.” (Callou e Silva, 1997: 20). Além disso, afirmam que “não se pode deixar de lado a noção de , , mas não se pode esquecer que, em alguns contextos, o uso do artigo , é suficiente para determinar a região de origem do falante”. (p.25)

Apesar de Barra Longa estar situada no sudeste do Brasil, acreditamos que a observação dos dados de fala dessa comunidade confirma a hipótese da autora em relação ao fato de a ausência do artigo estar relacionada ao conservadorismo lingüístico da localidade, o que se justifica, segundo Mendes (2000: 149), pelo fato de que “a língua escrita pretérita e a língua oral contemporânea desta comunidade retiveram uma estrutura pretérita na língua latina.” Em outros termos, acreditamos que a manutenção da ausência do artigo definido diante de antropônimos na fala dos habitantes de Barra Longa parece se relacionar com o fato de a cidade possuir mais três séculos de história, pois, conforme Trindade (1917), os seus primeiros habitantes aí chegaram entre 1701 e 1704.

Dialogando com os resultados do estudo de Callou e Silva (1997), a partir de textos do século XIII ao século XVI, Costa (2002) analisa os fatores morfossintáticos que favoreceriam a presença (ou ausência) de artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa – antropônimo – em língua portuguesa no período arcaico.

Orientada pela Sociolingüística Variacionista, em sua análise quantitativa, Costa observa que, nos dois contextos, há um aumento nos percentuais de ocorrência de artigo definido. No que diz respeito aos antropônimos, a autora verifica que no período arcaico há uma predominância da estrutura NPP s/ art (ausência de artigo diante de antropônimo) e que somente nas obras do final do período arcaico e início do período moderno é que aparecem as duas únicas ocorrências NPP c/ art. (presença de artigo diante de antropônimo). No entanto, uma dessas ocorrências, transcrita a seguir, não se refere a uma pessoa específica.

> (...) Este perdám, conseguiu el-rei Ezequias, David e a Madalena em casa de Simám leproso (...)

Segundo a autora, o nome próprio ‘Madalena’ ganha conotação de nome comum, tendo sido usado para designar um certo tipo de indivíduo, o que justificaria o uso do artigo. Assim, de acordo com Silva (1996: 138), a autora conclui seu trabalho afirmando que o uso do artigo diante de antropônimo na língua escrita “é muito baixo, já que é tido como próprio da língua oral” (Costa, 2002: 301). Acrescenta ainda que as primeiras ocorrências de artigo nesse contexto só começam a aparecer em textos do final do período arcaico, em situações bastante singulares. Segundo a autora, os dois únicos casos de presença de artigo diante de antropônimos aparecem na função sintática de sujeito. A esse respeito, Callou e Silva já haviam observado não só que até o século XVII era esta a posição em que era freqüente essa estrutura, como também que foi assim que se registrou pela primeira vez o seu uso.

Ainda que não seja objetivo desta pesquisa traçar um paralelo entre o uso do artigo diante de possessivos e antropônimos, assim como foi feito em Silva (1996), Callou e Silva (1997) e Costa (2002), consideramos que os resultados apresentados nesses três estudos são relevantes para esta pesquisa, pois nos permitem perceber os principais contextos favorecedores e desfavorecedores da presença do artigo diante de antropônimos tanto em língua escrita quanto em língua oral.

Callou (2000), ao desenvolver algumas reflexões acerca da evolução da língua portuguesa no Brasil, paralelamente ao seu desenvolvimento sociocultural, através de uma análise sincrônica e diacrônica, trata da variação de uso do artigo definido diante de nome próprio como um aspecto lingüístico específico que serve para ilustrar a variação existente no português brasileiro. De acordo com a autora, o emprego do artigo definido está, ao que tudo indica, ligado ao fenômeno da definitude, o que se justifica, segundo ela, pelo fato de haver em várias línguas uma marca superficial do definido que corresponde ao próprio artigo, enquanto, em outras, essa marca não existe ou é dada através de outras indicações, um demonstrativo, por exemplo, caso em que se exclui, necessariamente, o artigo. A autora acrescenta:

> Um número reduzido de línguas estendeu esse uso do artigo a nomes próprios, da mesma forma que nomes comuns. O aspecto a salientar é de que os nomes próprios apresentam o traço [+definido] em si mesmos, já que possuem referentes específicos. Como explicar, porém, que esse uso tenha se generalizado em muitos casos, em alguns locais e em outros não? (Callou, 2000: 12-13)

Nesse sentido, orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da teoria variacionista laboviana e fazendo uso do pacote de programas VARBRUL, em sua pesquisa, Callou analisa quantitativa e qualitativamente os dados provenientes do do Projeto NURC/Br. Assim, a análise é desenvolvida com base em um oral constituído de 33 entrevistas informais realizadas em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, das quais são extraídas 580 ocorrências de nomes de pessoas; e um escrito constituído de textos antigos de autores portugueses e brasileiros (dos séculos XVIII ao XIX) e textos contemporâneos (do século XX) de autores de diversas regiões brasileiras a fim de que houvesse uma correspondência com as cidades em que foram realizadas as entrevistas orais. Desse segundo foram extraídos um total de 3830 dados.

No que concerne aos grupos de fatores que poderiam funcionar como condicionadores lingüísticos ou sociais considerados pela autora, encontram-se época, identificação do texto por autor ou editor, origem, situação discursiva – haver indicação ou não de ser pessoa da intimidade dos interlocutores, ou se tratar de nomes de domínio público – ou ainda, no caso, dos textos escritos, fazer parte do discurso do narrador ou dos personagens em discurso direto –, dimensão e acentuação da sílaba inicial do vocábulo, presença de preposição e função sintática do nome próprio. Em sua análise, Callou observa que o uso do artigo cresce gradativamente a partir do século XIII até o século XX, mas que, sobretudo, a partir do século XVIII há um aumento considerável do uso do artigo, estendendo-se os contextos de sua ocorrência, conforme pode ser visto a seguir:

	oco/total	**%**	**Peso relativo**
XIII	0/24	-	-
XIV	1/166	1%	0.02
XV	1/300	1%	0.03
XVI	2/166	2%	0.05
XVII	1/126	1%	0.03
XVIII	13/77	1%	0.42
XIX	156/657	24%	0.65
XX	716/2274	34%	0.76

Tabela 1: Freqüência de uso do artigo definido diante
de nomes próprios de pessoa por século (In.: Callou, 2000: 17)

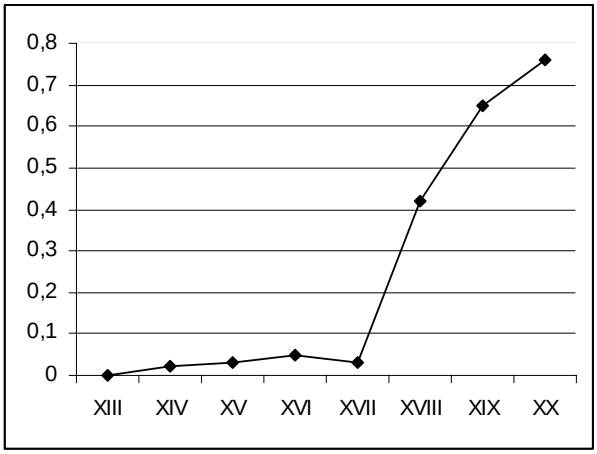

Gráfico 2: Uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa em tempo real de longa duração (In.: Callou, 2000: 17)

Dos fatores considerados pela autora para o de língua escrita, os mais relevantes foram época em o texto foi escrito, o contexto – haver ou não determinantes entre o artigo e o nome – a origem geográfica e a função sintática do nome próprio. Considerando os textos apenas do século XX, a autora observa que os fatores favorecedores da presença do artigo são a origem, a situação discursiva, o contexto, a dimensão do vocábulo e a função sintática.

No que diz respeito ao de língua oral, Callou verifica que os mesmos fatores lingüísticos que se mostraram relevantes para o escrito – função sintática do nome próprio, contexto sintagmático, tonicidade da sílaba inicial do nome próprio e número de sílabas (dimensão) do vocábulo – juntamente com fatores sociais como sexo e faixa etária parecem estar relacionados ao fenômeno variável de que trata esta pesquisa.

A autora observa ainda que, tanto em língua escrita quanto em língua falada, a freqüência de uso do artigo obedece a uma distribuição regional e que, embora esse uso tenha sido atribuído como uma característica da língua falada (Silva, 1996: 142), na língua escrita (literária) do século XX, a presença do artigo diante de antropônimos aparece com percentuais muito próximos da língua falada: 34% na língua escrita e 36% na língua falada.

Em suma, Callou conclui que:

> através do confronto dos textos pôde-se observar que o uso do artigo definido diante de antropônimos se iniciou em um contexto específico [art + det + NP], numa determinada posição, a de sujeito, e numa determinada estrutura vocabular, isto é, em vocábulo de duas sílabas. A partir daí, houve um espraiamento (...) (Callou, 2000: 26)

Ainda que não seja objetivo deste estudo analisar a variação do uso do artigo em língua escrita, como foi feito em Callou (2000), observa-se que a referida autora demonstra que variação do uso do artigo não é um fenômeno específico da língua oral, pelo contrário, os resultados de sua análise fornecem indícios de que essa variação pode ser percebida também na língua escrita contemporânea, obedecendo a uma mesma distribuição regional. Além disso, segundo a autora, em ambas as modalidades, a variação é condicionada pelos mesmos grupos de fatores.

Amaral (2003), por sua vez, parte da hipótese de que o fenômeno estudado constitui um caso de variação regional, cuja distribuição no espaço geográfico de Minas não se enquadra na divisão de falares de Zágari (1998)[8]. Segundo esse autor:

> Minas Gerais apresenta acentos, fones, ritmos de fala e preferências lexicais distintas em, pelo menos, três de suas regiões, independentemente de seus estratos sociais. Há um falar no sul e no Triângulo que se distingue do Norte, os quais, por sinal, se diversificam do da região formada pelas Zona da Mata, Metalúrgica, Vertentes e Belo Horizonte e arredores." (Zagari, 1998: 32)

Tem-se, então, uma divisão de Minas Gerais em três falares , e . De acordo com Zágari, esses falares possuem características próprias em seu aspecto fonético e no ritmo da fala, mas não divergem no nível sintático.

No entanto, segundo Amaral (2003: 61), na região do mesmo falar, o , trabalhos como os de Moisés (1995) e Mendes (2000) sugerem a presença de uma variação sintática no Estado em relação ao fenômeno aqui estudado. Desse modo, o seu objetivo é fazer uma descrição da variação ausência/presença do artigo definido diante de antropônimo na língua oral contemporânea de três localidades do Estado de Minas Gerais, as cidades de Campanha, no sul de Minas, Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha e Paracatu, no noroeste do Estado.

Embora o estudo aqui proposto se distancie do de Amaral por não se preocupar com a questão dialetológica do fenômeno, esse estudo é de grande relevância, pois é um estudo sincrônico da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos que envolve dados de fala; e além de se fundamentar nos pressupostos teórico-metodológicos da

---

[8] Zágari utiliza a noção de de Câmara Jr, entendidos como "línguas de pequenas regiões, através de um território lingüístico dado, que se distinguem uma das outras por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas numa língua comum." (Câmara Jr., 1968: 151 Zágari, 1998: 33)

Dialetologia propostos por Wenker e Gilliéron, orienta-se também pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística Variacionista, propostos por Labov.

Para a obtenção dos dessa pesquisa, foram selecionados entrevistados de duas faixas etárias – 18 e 30 anos e acima de 50 anos – e de dois níveis de escolaridade – o primeiro, constituído de pessoas analfabetas ou com os primeiros anos de escolaridade e o segundo, de pessoas com ensino médio ou ensino superior.

Além dos grupos de fatores citados, foram selecionados, ainda, os seguintes: grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada; ausência/presença de título; posição do antropônimo no turno conversacional; presença do antropônimo em estrutura de genitivo; antropônimo como item de uma enumeração. O tratamento dos dados se deu a partir do programa computacional GOLDVARB 2001.

A partir da análise dos dados, verificou-se que cada localidade apresentou um conjunto diferenciado de fatores atuantes e, em relação à variação areal, comprovou-se a existência da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no estado de Minas Gerais, já indicado pelos trabalhos de Moisés (1995) e Mendes (2000).

Amaral observa que, além do fator regional, os grupos de fatores faixa etária, posição do antropônimo no turno conversacional e grau de intimidade mostraram-se relevantes em relação à presença ou ausência do artigo. Com relação à faixa etária, constata-se que a presença do artigo é favorecida pelos entrevistados mais jovens e a ausência, pelos mais velhos; quanto à posição do antropônimo no turno conversacional, os dados de Campanha e Paracatu revelaram que a ausência do artigo seria favorecida pela posição inicial do antropônimo no turno. Quanto ao grau de intimidade, verifica-se, em Minas Novas e em Campanha, que os resultados opostos, comparados aos resultados gerais e com a caracterização de cada localidade, permitem observar que o uso das variantes estudadas serve para marcar a identificação do tipo de contato que o informante tem com a pessoa à qual se refere.

Cumpre lembrar que os resultados dessa pesquisa são retomados em Amaral (2004) e Amaral (2007): no primeiro, o autor demonstra, mais uma vez, que o fenômeno ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos constitui um caso de variação diatópica, ressaltando, porém, que novas pesquisas precisam ser feitas para a definição das áreas lingüísticas correspondentes às variantes. No segundo, Amaral confirma a importância do fator no estudo do fenômeno em questão, e verifica que o falante não distingue a familiaridade que possui com o referente por meio do tipo de antropônimo empregado.

A partir da análise de dados de fala de Campanha e Minas Novas, Amaral (2007) verifica que em Campanha é predominante a presença do artigo antes do antropônimo, mas a é favorecida quando os falantes dessa localidade se referem a pessoas famosas nacionalmente; em Minas Novas observa-se o contrário: a variante predominante é a ausência, mas a é favorecida quando os falantes se referem a pessoas famosas nacionalmente.

No que diz respeito aos antropônimos que se referem a pessoas públicas na região do informante, observa-se que, em Campanha, a variante preferida, nesses casos, é a mesma usada para as pessoas do meio social, por outro lado, em Minas Novas, a variante predominante para a referência a pessoas públicas do meio social é também aquela utilizada para pessoas famosas nacionalmente, o que, segundo o autor, não era esperado. Para compreender esses resultados, o autor ressalta a necessidade de um trabalho futuro que incorpore noções como a de rede social, uma vez que o município de Minas Novas possui uma população relativamente pequena o que, muitas vezes, é um indicador de que não existe uma heterogeneidade nas relações sociais.

Em suas conclusões, o autor afirma que o uso das variantes (ausência ou presença) é uma marca de identificação do tipo de contato que se tem com a pessoa referida. Afirma também que “a sintaxe do antropônimo reflete uma classificação de natureza pragmática, que é a referência que faz o falante a pessoas mais ou menos íntimas” (Amaral, 2007: 125).

Alencar (2006), ao investigar a direcionalidade da aquisição do artigo definido diante de nomes próprios em contextos de variável, focaliza, em seu trabalho, a emergência dessa variável por crianças que estão adquirindo o Português como língua materna. Nesse sentido, a autora procede a uma análise de situações reais de uso da língua, conjugando um estudo longitudinal e um estudo estratificado. No estudo longitudinal, é analisado o aquisitivo, compreendido entre 1;2 e 4;10 (um ano e dois meses e 4 anos e dez meses), da fala de uma criança e, no estudo estratificado, uma amostra constituída por dez crianças distribuídas conforme os pontos etários: 1;06, 2;00, 3;00 e 4;00.

Partindo de evidências de trabalhos anteriores, como os de Silva (1996), Callou e Silva (1997) e Callou (2000), que procuraram identificar os fatores favorecedores da presença ou da ausência de artigo nesse contexto, Alencar tem como objetivo verificar até que ponto os padrões de variação da fala das crianças refletem padrões de variação da fala dos adultos que interagem com as crianças que constituem a sua amostra. Assim, ao adotar a perspectiva teórica da aquisição da linguagem que admite, como ponto de partida, que a criança adquire os padrões de variação do adulto com quem interage, a autora parte da hipótese de que o uso do artigo definido frente a nome próprio ocorre de forma gradual controlada por um conjunto

de variáveis lingüísticas e se inicia nos contextos de maior freqüência na fala do adulto. Segundo a autora, a análise do percurso desse fenômeno leva em conta, portanto, a influência que a fala do adulto pode exercer durante a construção da linguagem pela criança.

A análise quantitativa dos dados guia-se pelos pressupostos teóricos da Teoria da Variação e se desenvolve a partir do controle de grupos de fatores que procuram apreender aspectos formais, semânticos e discursivo-funcionais, a saber: estrutura do SN, função sintática, forma de recuperação do referente, especificidade do nome, informacional do referente e introdução do referente.

Segundo a autora, convergências entre a fala da criança e a do adulto podem ser observadas principalmente nos resultados referentes aos aspectos morfossintáticos investigados:

> Assim, a variável "Estrutura do SN" é a mais decisiva na compreensão do padrão de variação que vai se instalar na fala da criança já que os sintagmas nominais encaixados em sintagmas preposicionais são os que mais favorecem a ocorrência do artigo, refletindo o padrão observado na fala dos adultos. Seguindo a mesma tendência, as funções sintáticas regidas por preposição se mostraram relevantes para a aquisição do artigo definido no contexto variável analisado, confirmando, em parte, os resultados para os adultos. (Alencar, 2006: 7)

Em relação aos aspectos semântico-discursivos, Alencar verifica que, na fala das crianças, os fatores mais favoráveis para a ocorrência do artigo são a referência exofórica, introdução do nome próprio com informacional "novo" e nome próprio classificado como unitário; já na fala dos adultos, os fatores de natureza semântico-discursiva parecem ser pouco relevantes. Ao final de sua análise, ela constata que ainda não há equivalência total entre os padrões da criança, os padrões do adulto e os padrões encontrados nos estudos de comunidade de fala.

Embora não seja objetivo de nossa pesquisa tratar de aspectos relacionados à aquisição desse fenômeno variável, consideramos que o estudo de Alencar é relevante uma vez que trata da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo adotando também os pressupostos teóricos da Sociolingüística Variacionista.

Apesar de apresentarem abordagens distintas para o fenômeno analisado, os estudos apresentados anteriormente são de grande relevância, pois influenciaram, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da análise aqui desenvolvida. Passemos, agora, aos estudos que tratam da variação estudada nas duas localidades também consideradas nesta pesquisa.

1.3.2.2 Estudos realizados nas comunidades de Belo Horizonte e Barra Longa/MG

Conforme se disse em 1.3.2, os estudos de Moisés (1995) e Mendes (2000), constituem os principais suportes teóricos, pois tratam do uso do artigo no contexto estudado a partir da análise de dados orais das duas comunidades de fala abordadas em nossa pesquisa: Belo Horizonte e Barra Longa.

Orientada por uma abordagem funcional-discursiva, Moisés (1995) investiga as condições de ocorrência do artigo definido no português culto em Belo Horizonte. Tal investigação se desenvolve a partir da análise de dois : o primeiro, constituído de dez narrativas orais referentes a um mesmo filme, em que um falante o relatava a um ouvinte que não o havia assistido; o segundo, constituído de uma gravação de trinta minutos de conversa espontânea envolvendo seis falantes. Os seus entrevistados têm entre 21 e 39 anos, moram em Belo Horizonte há pelo menos oito anos e estão cursando ou já concluíram o ensino superior – caracterizando, assim, o português culto da cidade.

A partir da análise do segundo foram encontradas ocorrências significativas de antropônimos, articulados ou não. Dentre essas ocorrências, Moises verificou que, em 73% dos dados, prevaleceu a presença de artigo definido diante de antropônimos e em 27% dos dados prevaleceu a ausência. Diante da observação desses resultados a autora chega a duas conclusões principais. A primeira diz respeito à posição do SN – em que se encontra o artigo definido – em relação ao verbo. Segundo ela, há uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo, mais nitidamente flagrada quando esse ocorre à esquerda do verbo, ou seja, o antropônimo que exerce a função sintática de sujeito ou de tópico de sentença tende a receber o artigo definido.

A segunda conclusão a que chega a autora se relaciona com o traço de familiaridade ou intimidade apontado pelas gramáticas tradicionais como uma explicação para o uso do artigo antes de nomes de pessoas. Na análise dos dados obtidos, ela observa que a intimidade entre falante e/ou ouvinte e o referente do antropônimo não é suficiente para explicar a preferência por uma das variantes, pois vários foram os casos em que os entrevistados se referiram a um mesmo antropônimo ora articulado, ora não-articulado.

Assim como nesta pesquisa, o estudo de Mendes (2000) se desenvolve a partir de dados de fala da comunidade de Barra Longa. Entretanto, como o objetivo da autora era realizar uma pesquisa diacrônica, verificando se o fenômeno em questão caracterizava-se como um caso de retenção lingüística, ela trabalhou com dois diferentes. Um

de língua escrita pretérita, constituído por dezessete textos notariais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX e um de língua oral contemporânea, constituído por dez entrevistas feitas com pessoas idosas nascidas em Barra Longa.

Para desenvolver a análise dos dados, Mendes se apóia nos pressupostos teórico-metodológicos que têm como base a conceituação de Lingüística Histórica dada por Bynon (1977). Esse modelo teórico-metodológico se caracteriza pela preocupação em "investigar e descrever como as mudanças ocorrem ou como o sistema lingüístico preserva uma estrutura ao longo do tempo" (BYNON, 1977: 1). [9]

Trata-se de um estudo que busca estabelecer a relação entre o processo de variação observada na língua em um determinado momento, isto é, na perspectiva sincrônica, com os processos de mudança que estão acontecendo na estrutura da língua ao longo do tempo, na perspectiva diacrônica. É interessante observar que, através da correlação entre dados do presente e dados de estágios anteriores de uma língua, é possível perceber que determinadas estruturas se mantêm estáveis ao longo dos séculos.

A combinação de informação sincrônica e diacrônica, no que se caracteriza como uma abordagem pancrônica do estudo da língua, fornece uma descrição mais densa, com possibilidade de explicação mais completa do fenômeno sob investigação. Dito de outra forma, não se pode negar a idéia de que o estudo lingüístico sincrônico está intrinsecamente associado ao diacrônico, o que justifica a relevância desse estudo para análise aqui desenvolvida.

Nesse sentido, a autora parte do presente para explicar o passado e retorna a ele para, então, apresentar uma análise do fenômeno estudado e entre os resultados obtidos a partir dos dois , constata que a comunidade pesquisada reteve a ausência de artigo definido diante de antropônimos como uma estrutura da língua pretérita dos séculos XVIII e XIX, que, por sua vez, remonta à língua latina. Apesar de ter trabalhado apenas com entrevistados de idade superior a setenta anos, Mendes observa que esse traço lingüístico se estende também aos jovens. Em outras palavras, trata-se de um caso de retenção lingüística passado de geração para geração.

Embora os estudos citados tenham sido desenvolvidos sob uma perspectiva teórico-metodológica diferente daquela utilizada em nossa pesquisa, eles são de grande importância para o desenvolvimento deste estudo. O primeiro porque analisa dados de fala de Belo Horizonte e apresentam resultados significativos sobre a distribuição das variantes

[9] Historical Linguistics seeks to investigate and describe the way in which languages change or maintain their structure during the course of time. (BYNON, 1977: 1)

ausência/presença de artigo nessa comunidade fornecendo assim, um suporte teórico sobre o padrão dessa localidade em relação ao fenômeno em que se apóia a análise dos dados aqui apresentados.

O estudo de Mendes, por sua vez, merece destaque especial porque se desenvolve com base em dados de língua escrita pretérita e língua oral contemporânea da mesma comunidade de fala estudada em nossa pesquisa. Vale ressaltar ainda que a motivação para esta pesquisa surgiu, em um primeiro momento, a partir do conhecimento da existência da pesquisa de Mendes, ainda sob o olhar leigo de uma moradora da comunidade de Barra Longa, hoje, autora deste estudo.

1.3.3 A proposta deste estudo

Em Alves (2007), estudo de caráter experimental, analisamos o comportamento lingüístico de quatro jovens de Barra Longa que residem Belo Horizonte. Vale ressaltar que Belo Horizonte figurou como cidade escolhida para comparação, devido ao fato de que esta cidade, de acordo com Moisés (1995) e com observações não-sistemáticas, possui um padrão lingüístico, em relação a este fenômeno, diferente do de Barra Longa, ou seja, enquanto nesta predomina a preferência pela ausência do artigo diante de antropônimos, naquela predomina a preferência pela presença.

Ainda que a ausência de artigo definido diante de antropônimos, caracterizada por Mendes (2000: 149) como caso de retenção lingüística passado de geração para geração na cidade de Barra Longa, seja percebida também na fala desses jovens, partimos da hipótese inicial de que, para o grupo sob análise, o uso do artigo nesse contexto é variável. Investigamos, portanto, as alterações produzidas pelo contato com Belo Horizonte na fala desse grupo.

Orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística Variacionista, a constituição do se deu a partir de dados extraídos de entrevistas orais feitas com quatro jovens – dois homens e duas mulheres – de 18 a 30 anos nascidos em Barra Longa, filhos de pais nascidos na região, mas que estavam em Belo Horizonte havia pelo menos cinco anos. Apesar de não se tratar nem de um fenômeno estigmatizado e nem valorizado socialmente, o fator escolaridade também foi controlado – ensino médio completo e ensino médio incompleto.

Além dos grupos de fatores extralingüísticos citados – gênero e escolaridade – foram selecionados, ainda, o fator redes, focalizando o contato dos entrevistados, em casa e/ou no trabalho, com pessoas de Barra Longa, e o fator grau de intimidade do entrevistado com o referente do antropônimo – mais próximo, mais distante e figura pública.

No que diz respeito aos grupos de fatores lingüísticos, há que se ressaltar que foram consideradas não só as expressões referenciais constituídas de antropônimos propriamente ditos, mas também as expressões referenciais caracterizadas como contextos de antropônimos, como, por exemplo, , que apresentam a possibilidade da substituição por um antropônimo e são passíveis de variação em relação ao fenômeno. Assim, foram selecionados os seguintes grupos de fatores: constituição da expressão referencial, circunstância em que a expressão referencial é citada e tipo de sintagma que integra a expressão referencial.

Os 240 dados obtidos a partir da amostra selecionada foram submetidos a uma análise quantitativa realizada com a utilização do sistema VARBRUL 2, criado por SANKOFF (1975), o que permitiu verificar que, em 25 % (59) dos dados, prevaleceu a presença do artigo definido diante de antropônimos. É importante ressaltar que, embora o programa de regra variável tenha sido utilizado, não se pretendeu controlar, nesse estudo piloto, os pesos relativos de cada grupo de fator, devido ao reduzido número de dados.

No que concerne à atuação dos fatores lingüísticos, verificou-se que apenas as expressões referenciais constituídas por não-antropônimos e antropônimos – como, por exemplo, são apresentadas com um comportamento diferenciado em relação ao uso do artigo, ou seja, 67% dos dados são antecedidos pelo artigo, o que vai de encontro aos resultados gerais. Diante desses resultados, verifica-se que não se pode fazer afirmações categóricas a esse respeito, tendo em vista o reduzido número de dados (6). Conclui-se, entretanto, que seria interessante controlar, nesse caso, a atuação do fator indivíduo. No grupo circunstância em que a expressão referencial é citada, comparado aos resultados gerais, o índice de uso do artigo é mais baixo (15%), quando a expressão é retomada no discurso, isto é, quando a expressão já foi citada anteriormente, o que contraria os resultados de Moisés (1995).

No que se refere aos fatores externos, os grupos de fatores redes e grau de intimidade do entrevistado com o referente são os mais relevantes. A partir da análise do fator grau de intimidade, percebe-se que, quando a expressão referencial se refere a uma pessoa pública, há uma preferência maior pelo uso do artigo em relação aos referentes mais próximos do entrevistado. Quanto ao fator redes, observa-se, na fala dos jovens, que, estando em Belo

Horizonte, morar ou trabalhar com pessoas de Barra Longa, parece ser relevante em relação ao fato de usar ou não o artigo definido diante de antropônimos.

Os resultados desse estudo nos permitem observar que o comportamento lingüístico do grupo sob análise, em relação ao uso do artigo, parece estar diretamente relacionado a fatores extralingüísticos, sobretudo, no que se refere ao tempo que esses jovens estão em Belo Horizonte e ao grau de contato que mantêm com pessoas da comunidade de origem. Percebemos, então, a necessidade de controlar esses dois grupos de fatores na análise das alterações observáveis no uso do artigo diante de antropônimos pelos jovens que estão fora.

Desse modo, tendo em vista que, para uma análise mais consistente, seria necessário um número maior de dados, a partir de observações intuitivas e dialogando com as conclusões de Mendes, pretendemos avançar um pouco mais nesta pesquisa, numa tentativa de contribuir para os estudos a respeito à variação do uso do artigo diante de antropônimos no português mineiro e, conseqüentemente, no português brasileiro.

Além da observação das redes de relacionamentos existentes entre os falantes da comunidade de Barra Longa, o que levamos em consideração para a elaboração desta pesquisa é a ponderação feita em Mendes (2000: 149) “Embora apenas tenham sido utilizados dados fornecidos por entrevistados idosos, o que pode, em princípio, induzir o leitor a acreditar que este tipo de estrutura pertence apenas ao sistema lingüístico das pessoas idosas, vale frisar que tal fato não ocorre”.

Com base nessa afirmação, a autora invocada evidencia que a ausência de artigo definido diante de antropônimos é uma retenção lingüística não só utilizada por pessoas idosas, mas também por um grupo heterogêneo de barra-longuenses. Tal afirmação é endossada aqui com base em Alves (2007), em que observamos que também parecem se integrar a esse grupo os jovens que, para trabalhar e/ou estudar, vão morar em outras cidades onde o padrão lingüístico difere do de Barra Longa, como é o caso de Belo Horizonte.

Segundo Chagas (2002: 141), uma das formas de se perceber que as línguas passam por mudanças é o contato com pessoas de outras faixas etárias – quanto maior a diferença de idade entre duas pessoas, maior a possibilidade de se encontrarem diferenças na forma de falar, podendo-se inferir, a partir de estudos mais aprofundados, traços de mudança lingüística em progresso. De acordo com Oliveira (1982), pode-se observar o seguinte com relação à faixa etária: nos casos de mudança em progresso, as freqüências mais altas de realizações de uma inovação estão numa relação inversa com a idade, o que foi observado em Amaral (2003) em relação ao fenômeno estudado.

No caso de Barra Longa, observamos que, em relação ao uso do artigo, os jovens tendem a preservar um traço lingüístico inerente às gerações anteriores. Em outras palavras, percebemos que esse comportamento lingüístico é transmitido das gerações mais velhas para as gerações mais jovens, através da influência cultural e das diversas redes de relacionamentos em que se integram os falantes dessa localidade. Isso se deve ao fato de uma comunidade de fala não se caracterizar apenas pelo fato de ser formada por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se correlacionam por meio de redes comunicativas diversas e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Ao observar a fala dos jovens dessa cidade que passam a morar em Belo Horizonte, percebemos, entretanto, que o processo de manutenção da estrutura de Barra Longa parece ocorrer de forma variável, isto é, a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos tende a ser mais saliente na fala desses jovens, o que parece poder ser explicado pela correlação de fatores lingüísticos e extralingüísticos.

Este estudo trata, então, de uma continuação da reflexão iniciada em Alves (2007), a partir da análise de dados de fala de um grupo maior de jovens que reside em Belo Horizonte. Acreditamos que a ampliação do grupo de informantes e, conseqüentemente, do número de dados permitirá que se verifique como se dá a atuação dos fatores lingüísticos e extralingüísticos na variação do processo de manutenção da estrutura da comunidade de origem – a ausência do artigo definido diante de antropônimos – na fala dos jovens que saem de Barra Longa.

Foto 2: A cidade de Barra Longa/MG

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta pesquisa adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação ou Sociolingüística Variacionista propostos por Labov (1972), segundo a qual, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento lingüístico do ser humano.

Vale ressaltar que devido aos objetivos propostos, adotamos o conceito de manutenção lingüística de acordo com James Milroy (1992) e, em virtude disso, ao estudo da variação lingüística de vertente laboviana, integramos a análise das redes de relações sociais dos informantes, assim como foi feito por Lesley Milroy em 1980. Desse modo, neste capítulo, são explicitadas, além dos pressupostos teóricos da Teoria da Variação, as questões que envolvem os conceitos de manutenção lingüística, comunidade de fala e redes sociais.

2.1 Da Teoria da Variação ou Sociolingüística Variacionista

Conforme Chambers (1995: 15), o primeiro estudo sociolingüístico foi desenvolvido por William Labov no início da década de 60 do século passado, na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, Estados Unidos. Nesse estudo, Labov demonstra a possibilidade de a variação lingüística constituir um objeto de sistematização e análise, o que passa a ser feito, a partir daí, por diversos outros pesquisadores.

A comunidade de Martha's Vineyard, relativamente isolada da Costa da Nova Inglaterra, durante muito tempo, sofreu fortes mudanças sociais decorrentes da invasão de veranistas do continente. Ao analisar a variação fonológica da vogal núcleo dos ditongos /au/, como em , e /ay/, como em , Labov observa que as mudanças sociais trouxeram interessantes conseqüências lingüísticas para a fala dos moradores da ilha: os moradores mais velhos passaram a intensificar o uso da variante local, considerada não-padrão e estigmatizada – a pronúncia como um schwa: [əu] e [əy] –, em detrimento da variante dos veranistas, considerada inovadora e de prestígio. Segundo o autor, essa atitude se caracteriza como um reflexo do sentimento de aversão à cultura dos 'invasores', isto é, uma tentativa de apontar,

respectivamente, moradores da ilha – os donos do território – e veranistas – os invasores; evidenciando, assim, o fato de a língua ser um fator de identidade social.

Ao destacar o papel preponderante de fatores sociais na explicação da variação lingüística, Labov estabelece um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no contexto social, ou seja, um modelo teórico que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos lingüísticos e sociais. A esse modelo deu-se o nome de Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação[10]. Os principais objetivos da Teoria da Variação são estabelecidos a partir da idéia de heterogeneidade constitutiva e de inter-relação de língua e sociedade e podem ser resumidos da seguinte forma: analisar e legitimar variantes usadas numa comunidade de fala (LABOV, 1975), bem como entender a relação entre variação e mudança lingüística (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968).

Desse modo, a partir da Sociolingüística, dá-se ênfase ao fato de que a língua deve ser encarada como um sistema heterogêneo em constante processo de mutação, que se relaciona diretamente às mudanças do meio social em que se insere. Em outras palavras, a língua passa a ser vista como algo eminentemente social, caracterizada como uma realidade heterogênea e multifacetada, pois, ao analisar o contexto social em que a língua é utilizada, percebe-se que muitos elementos da estrutura lingüística implicam a variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto nos processos sociais:

> Os procedimentos da lingüística descritiva fundamentam-se na concepção de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, foi útil considerar que tais normas eram invariáveis e compartilhadas por todos os membros da comunidade lingüística. No entanto, as análises mais detalhadas do contexto social em que a língua é utilizada vieram demonstrar que muitos elementos da estrutura lingüística estão implicados na variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais extralingüísticos. (LABOV, 1968: 241)[11] (tradução nossa)

---

[10] Vale ressaltar, entretanto, que para Labov (1972) a denominação sociolingüística representa uma redundância, pois, segundo o autor, não poderia haver uma lingüística que não fosse social.

[11] The procedures of descriptive linguistics are based upon the conception of language as a structured set of social norms. It has been useful in the past to consider these norms as invariants, shared by all members of the speech community. However, closer studies of the social context in which language is used show that many elements of linguistic structure are involved in systematic variation which reflects both temporal change and extralinguistic social processes.

Guiado pela relação existente entre língua e sociedade, o modelo teórico variacionista proposto por Labov insiste na possibilidade, virtual e real, de sistematizar a variação existente e própria da língua. De acordo com esse modelo, os dados adequados à análise lingüística devem ser extraídos da língua falada, isto é, do veículo de comunicação face-a-face. Trata-se, segundo Labov (1972), do vernáculo, a enunciação de expressões de fatos, proposições, idéias sem a preocupação de como enunciá-las, ou seja, trata-se do momento da enunciação em que o mínimo de atenção é prestado à fala.

Sob essa perspectiva, além das regras categóricas, há na língua falada regras lingüísticas variáveis, isto é, que ora se aplicam ora deixam de ser aplicar, pois o favorecimento de uma forma de dizer, e não de outra, decorre de circunstâncias lingüísticas e não-lingüísticas apropriadas à aplicação de uma regra específica. Isso significa que a língua é passível de variação e que uma mesma coisa pode ser dita de mais de uma forma.

Essas duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade, para a perspectiva laboviana, recebem o nome de variantes lingüísticas. O conjunto de variantes, por sua vez, é denominado variável lingüística. O uso do artigo definido diante de antropônimos, por exemplo, é uma variável lingüística, que se realiza de duas formas e semanticamente equivalentes: a ausência de artigo definido ou a presença do artigo definido. É dessa variável lingüística que trata a presente pesquisa.

As diferentes alternativas ou variantes lingüísticas configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. Conforme Mollica (2003: 11), uma variável é concebida como dependente no sentido de que a escolha por uma das variantes não se dá aleatoriamente, pelo contrário, é motivada por grupos de fatores – ou variáveis independentes – de natureza lingüística ou extralingüística. Isso significa que os grupos de fatores podem ser de natureza interna ou externa à estrutura lingüística e podem influenciar o emprego de uma ou de outra variante, aumentando ou diminuindo sua freqüência de ocorrência.

Assim, a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas pode ser observada em qualquer comunidade de fala; entretanto, essa coexistência não se dá ao acaso, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sócio-política e cultural da comunidade. Desse modo, o objeto de estudo da Sociolingüística está centrado nos padrões de comportamento lingüístico que são observáveis dentro de uma comunidade de fala e esses padrões são formalizados analiticamente através de um sistema heterogêneo, formados por unidades e regras variáveis. Em linhas gerais, a Sociolingüística laboviana pressupõe ser a variação inerente ao sistema, condicionada de forma sistemática por fatores sociais e

lingüísticos, dentro de cada grupo social, e diretamente relacionada à mudança lingüística, já que mudança implica variação embora nem toda variação implique mudança.

2.1.1 A relação entre variação e manutenção lingüística

Desde o primeiro estudo sociolingüístico desenvolvido por Labov, sobre o inglês falado na comunidade de Martha's Vineyard, vários outros se seguiram, como por exemplo, estudos sobre a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque; um estudo sobre a língua do gueto, isto é, sobre o inglês vernáculo dos adolescentes negros do Harlem, Nova Iorque; estudos sociolingüísticos da Filadélfia, entre outros. A partir dos estudos de Labov, vários outros estudos sociolingüísticos foram realizados e continuam sendo realizados até os dias atuais, focalizando a variação em diferentes comunidades de fala, conforme ilustra Tarallo (1990):

> (...) uma enorme quantidade de estudos lingüísticos de outras comunidades de fala já foi realizada por outros pesquisadores da área [Sociolingüística]: sobre o espanhol falado na cidade do Panamá; sobre o espanhol falado por porto-riquenhos residentes nos Estados Unidos; sobre o inglês falado em Norwich, Inglaterra, e em Belfast, Irlanda; sobre o francês falado na cidade de Montreal, Canadá; e sobre o português falado nas cidades do rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belo Horizonte e São Paulo. (Tarallo, 1990: 8)

No que diz respeito aos estudos sociolingüísticos citados por Tarallo, chamamos a atenção para dois estudos sobre a variação vocálica no inglês falado em três bairros de classe trabalhadora de Belfast (Irlanda), desenvolvidos, respectivamente, por Lesley Milroy (1980) e James Milroy (1992). No primeiro, a autora verifica que o emprego das variantes só poderia ser explicado, no que se refere ao componente social, pela estrutura das redes sociais em que se integram os informantes, uma vez que características como bairro e social eram as mesmas para o grupo considerado. No segundo, ao abordar questões relativas à natureza social da mudança lingüística, o autor sugere três princípios gerais para o modelo social da mudança e estabelece um paralelo entre esses princípios e os fundamentos empíricos propostos por Weinreich, Labov & Herzog (1968).

Embora, os dois estudos se orientem pela Sociolingüística laboviana, ambos apresentam uma abordagem complementar sobre as questões que envolvem a variação e a mudança lingüística: no primeiro é introduzido o conceito de como variável

independente e no segundo, dá-se ênfase ao conceito de . Desse modo, o que diferencia esses trabalhos dos estudos desenvolvidos por Labov (1968; 1972; 1975) é a idéia de que a variação e a mudança lingüística são resultados da interação entre falantes em contextos sociais, que não podem ser explicadas apenas através do próprio sistema lingüístico ou por fatores sociais que não levam em conta o contexto situacional em que se dá a interação entre os falantes de uma comunidade lingüística, como classe social e nível de escolaridade, por exemplo. A partir desses estudos, os autores invocados propõem a integração do estudo da variação lingüística de vertente laboviana à análise das redes de relacionamentos sociais existentes entre os falantes, isto é, a observação da variabilidade dos usos lingüísticos a partir do contexto em que se dá a interação entre os membros da comunidade lingüística analisada, o que pretendemos adotar neste estudo.

Observar exclusivamente a variação e/ou a mudança e ignorar que a manutenção lingüística, de acordo com Milroy (1992: 10-11), é um procedimento que não leva em conta fatores sociais. "Entretanto se voltamos nossa atenção para a questão mais básica: por que algumas formas e variedades permanecem estáveis enquanto outras mudam, não há como evitar a referência à sociedade."[12] Em outras palavras, Milroy se propõe a investigar não só o que é de fato a mudança lingüística, como e por que ela acontece, mas também em que condições ela não acontece em determinados contextos. Para o estudo da manutenção, entretanto, é necessária uma orientação teórica que abarque, integralmente, os processos sociais. Conforme o autor, "tal orientação, ao contrário das teorias que tratam apenas da mudança lingüística, é em sentido amplo" (Milroy, 1992: 13). [13] Assim, com o intuito de investigar o contexto situacional em que se dá a interação entre os falantes inseridos na comunidade lingüística analisada, de acordo com Milroy (1980), é utilizada a variável , também utilizada neste estudo e que será melhor definida na seção 2.2.2.

Em relação ao paralelo estabelecido entre os princípios gerais propostos pelo autor e os fundamentos empíricos propostos Weinreich, Labov e Herzog (1968), observa-se que enquanto estes se preocupam com padrões lingüísticos de mudança, aqueles, por se orientarem pela idéia de estabilidade e manutenção, preocupam-se com a natureza social da variação lingüística. É importante ressaltar aqui, que o termo 'social' não é usado pelo autor com referência a julgamento de prestígio ou à classe social e sim com referência à sociedade.

---

[12] However, if we pose the more basic question why some forms and varieties remain stable while others change, we cannot avoid reference to society. (Milroy, 1992: 11) tradução nossa

[13] Such an orientation, in contrast with theories that have focused on change alone, is in the fullest sense . (Milroy, 2002: 13) tradução nossa

Embora não haja nenhuma contradição necessária entre esses princípios, Milroy reinterpreta os ‘fundamentos empíricos’ sob o ponto de vista de suas experiências com a análise sociolingüística, pois mesmo ciente de que a mudança está em progresso no tempo em uma determinada comunidade lingüística, percebe-se, em alguns estudos, que algumas estruturas lingüísticas de estágios anteriores tendem a ser preservadas; assim como foi observado em Mendes (2000) em relação à manutenção da ausência de artigo definido diante de antropônimos na fala dos habitantes de Barra Longa/MG:

(Mendes, 2000: 149).

De acordo com Milroy, estabilidade lingüística pode ser definida como “o acordo entre os falantes sobre padrões de variação e sobre as funções sociais das variantes” e que, portanto, “a mudança lingüística é a e o que se observa na quantificação dos dados é a diferença na de determinadas variantes em grupos sociais particulares.” (Milroy, 1992: 91)[14]. Assim, para Milroy não é a língua que muda e sim o consenso que se estabelece entre os falantes. Entenda-se por norma consensual, segundo o autor, o consenso lingüístico implícito partilhado por falantes uma comunidade de fala.

Sob essa perspectiva, a análise da variação dos usos lingüísticos associada à analise das redes sociais em que se integram os falantes permite ao pesquisador buscar explicações para o fato de por que, em determinados contextos, algumas estruturas lingüísticas permanecem estáveis, isto é, não mudam. Vale ressaltar, entretanto, que Milroy não nega o fato de a variação ser inerente ao sistema, pelo contrário, ele defende a idéia de que no interior da comunidade de fala convivem padrões lingüísticos variáveis, porém constantes.

Em suma, frisamos que os pressupostos fundamentais para o estudo da variação lingüística que se desenvolve aqui são os de que:

(i) a heterogeneidade da língua em uso é regulada por regras variáveis que funcionam para favorecer o emprego de uma ou outra variante, em determinadas condições e contextos, lingüísticos e extralingüísticos (LABOV, 1972);

[14] (...) “linguistic stability consists in agreement on patterns of variation and on the social functions of the variants (…) Linguistic change, therefore, is , and what we observe in our quantified data is difference in the of certain variants in particular social groupings.” (Milroy, 1992: 91) tradução nossa

(ii) ao se focalizarem os usos lingüísticos de uma comunidade de fala devem ser levadas em conta as condições em que se dão as interações entre os falantes dessa comunidade (MILROY, 1992).

Em outras palavras, consideramos que, ao estudar um fenômeno lingüístico variável em uma determinada comunidade, há que se levar em conta, além dos conceitos de variação e mudança lingüística, o conceito de manutenção lingüística e a correlação desse processo à análise das redes sociais dos membros da comunidade de fala.

2.2 A comunidade de fala e as redes sociais dos falantes: o *locus* da variação lingüística

As pesquisas sociolingüísticas geralmente são desenvolvidas considerando que o processo de variação/mudança lingüística deve ser entendido a partir da observação dos usos lingüísticos inseridos na comunidade de fala. Tem-se, então, um nível macro de análise de caráter mais quantitativo, como pressupõe o modelo teórico-metodológico proposto por Labov. A partir de Milroy (1980), surge a possibilidade de associar a teoria laboviana a uma abordagem variacionista organizada metodologicamente em torno de um nível micro de análise, de caráter mais qualitativo, ou seja, que leva em conta o fato de que, inseridos em uma determinada comunidade de fala, os falantes estão integrados a diferentes redes de relações sociais.

Antes de adentrar as questões que envolvem o conceito de como categoria de pesquisa sociolingüística, consideramos pertinente apresentar o que diz a literatura consultada sobre o conceito de .

2.2.1 Comunidade de fala

A noção de , que surgiu nos estudos de lingüística histórica, filosofia da linguagem, antropologia, estruturalismo e dialetologia, adentrou o campo da sociolingüística a partir dos anos 1960, sendo amplamente utilizada a partir de então

(PATRICK, 2004 SEVERO, 2007). Vale ressaltar, entretanto, que não há um consenso entre os estudiosos de diversas áreas sobre esse conceito,

> trata-se de uma questão que apresenta grande controvérsia, tanto no que concerne ao estabelecimento de limites geográficos ou sociais, quanto no que toca aos critérios de demarcação de uso da língua. As definições se apresentam complexas demais, ora muito amplas ora pouco precisas, dependendo dos autores que as empregam, possibilitando, dessa forma, diferentes alcances e concepções. O termo tanto pode referir-se a grandes ou pequenas comunidades urbanas ou rurais, quanto a bairros e subgrupos (homens, mulheres, crianças). (Gonçalves, 2007: 53)

Hymes (1974), por exemplo, assume os problemas e as restrições de aplicação do termo no âmbito da Antropologia:

> É conhecida a dificuldade da noção de comunidade em si. Cientistas sociais estão longe de concordar sobre o seu uso. Devido aos nossos propósitos, parece ser mais útil reservar a noção de comunidade para uma unidade local, caracterizada para seus membros por localidade comum e pela interação primária. (Hymes, 1974: 51)[15]

Embora não seja consensual, a noção de comunidade de fala é de grande relevância para os estudos sociolingüísticos variacionistas, pois, subjacente às diferentes concepções apresentadas, estão as idéias de que (i) de que as comunidades de fala possibilitam ao pesquisador entender as origens da mudança lingüística e (ii) de que a mudança não ocorre na abstração da linguagem, mas surge em decorrência das atividades dos falantes.

Para Labov, o percussor do uso da noção de comunidade de fala no âmbito da sociolingüística, não se pode compreender a variação e a mudança lingüística fora do contexto social da comunidade onde os usos lingüísticos se encontram inseridos. Segundo esse autor, uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que utiliza as mesmas formas lingüísticas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua. (LABOV, 1972: 158).

De acordo com o autor, tais normas seriam observadas a partir de julgamentos de valor (positivo ou negativo) atribuídos conscientemente pelos falantes a certos usos lingüísticos. A

[15]"I... acknowledge the difficulty of the notion of community itself. Social scientists are far from agreed as to its use. For our purposes it appears most useful to reserve the notion of community for a local unit, characterized for its members by common locality and primary interaction. (Hymes, 1974: 51) tradução nossa

cidade de Nova Iorque, por exemplo, é definida por Labov (1966: 125) Milroy (1980) como uma única comunidade de fala porque é unida pela avaliação comum das mesmas variáveis que diferenciam os falantes.

Conforme Milroy (1980: 13), a noção de comunidade de fala de Labov é um conceito amplo, pois reúne falantes de todas as classes sociais que partilham uma avaliação comum das normas lingüísticas usadas na comunidade. Assim, as pesquisas com comunidade de fala que seguem a orientação laboviana tendem a considerar os falantes de modo estratificado, através de categorias sociais dadas (incluindo escolaridade, gênero, idade, profissão, etc.) relacionadas à idéia de classes sociais.

Gumperz (1970) Milroy (1980: 17) propõe uma outra noção de comunidade de fala, relativizando a generalização feita por Labov no que diz respeito a este conceito. Ao contrário de Labov, que prioriza as atitudes dos falantes, a noção de comunidade de fala proposta por Gumperz, se orienta pelos usos lingüísticos compartilhados por indivíduos que mantêm uma certa freqüência de interações. Para esse autor, no interior de uma mesma comunidade de fala no sentido laboviano, podem existir várias outras comunidades, pois, segundo o autor, o termo é definido como "qualquer agregado humano caracterizado por interações regulares e freqüentes, por meio de um corpo compartilhado de signos verbais, e diferenciado de agregados parecidos através de diferenças significativas de usos lingüísticos" (Gumperz, 1972 [1968]: 219 Severo, 2007: 4). Desse modo, um time de futebol, um grupo de jovens, ou associações de moradores de um bairro podem ser consideradas comunidades de fala no sentido que o autor atribui ao termo.

O que percebemos é que, enquanto Labov dá prioridade à noção uniforme e ampla de um grupo de indivíduos que compartilham normas sobre a língua, ignorando as diferenças individuais, Gumperz associa a concepção de comunidade de fala às diferenças individuais e às interações entre os indivíduos e, para tanto, lança mão da observação de aspectos como as interações face-a-face, as semelhanças lingüísticas e a lealdade lingüística. Observamos, entretanto, que embora haja divergências entre as definições de comunidade de fala defendidas pelos autores, o fato de os membros das comunidades de fala compartilharem normas sociais sobre os usos lingüísticos é consensual para ambos.

Conforme Milroy (1992), a definição de comunidade de fala, como a de Labov e Gumperz, está baseada na partilha de normas de variação nos usos lingüísticos no interior de uma comunidade. No entanto, para Milroy, a caracterização da comunidade de fala é fundamentalmente do mesmo tipo da de Labov, a diferença é que, enquanto, para este autor, o acordo entre os falantes sobre os usos lingüísticos se dá dentro da dimensão de classes sociais,

para aquele, o acordo entre os falantes se orienta pela pertinência a redes sociais, isto é, falantes de uma mesma classe social partilham normas lingüísticas em função do contexto situacional em que se dá a interação entre eles.

Neste estudo, assim como foi feito em Milroy (1992), adotamos a concepção laboviana de comunidade de fala, mas consideramos que falantes de uma mesma classe social se comportam lingüisticamente de acordo com os diferentes tipos de interação existentes entre eles. Para tanto, lançamos mão do conceito de redes sociais ou proposto por Milroy (1980), que será apresentado na próxima seção.

2.2.2 Redes sociais

A noção de redes sociais foi desenvolvida por antropólogos sociais durante os anos 1960 e 1970, tendo sido importada para os estudos sobre a variação/mudança com a finalidade de explicar a relação entre os padrões da manutenção do vernáculo e os padrões de mudança lingüística, no decorrer no tempo (MILROY & GORDON, 2003 SEVERO, 2007).

De acordo com Bortoni, (1989: 170) "os estudos antropológicos de redes sociais demonstram conclusivamente que em comunidades de alta densidade e multiplexidade de papéis, desenvolve-se um grande consenso normativo e, conseqüentemente, uma forte resistência de valores exógenos". Segundo a autora, o estudo de Elizabeth Bott (1957) sobre a divisão de tarefas entre os cônjuges de famílias londrinas é considerado um estudo clássico sobre rede de relações sociais. Nesse estudo, Bott conclui que fechados funcionam como mecanismo de reforço da norma e que esse reforço está relacionado à freqüência com que as pessoas da comunidade relacionam-se entre si e a forma de relacionarem.

Como categoria de pesquisa, o conceito de foi introduzido nos estudos sociolingüísticos a partir de Milroy (1980). Em seu estudo sobre a variação vocálica no inglês falado em três comunidades proletárias de Belfast, a autora verifica que, em termos de social, em grupos relativamente homogêneos o emprego das variantes só pode ser explicado através da observação das redes de relacionamentos existentes entre os membros do grupo. Assim, apoiando-se no estudo de Bott (1957), Milroy demonstra que as redes densas e multipléxicas[16] ali encontradas funcionam como mecanismo de reforço dos valores lingüísticos e culturais partilhados pelos membros da comunidade de fala.

[16] Do inglês 'multiplex'.

Conforme a autora, as redes sociais representam os graus de contato entre indivíduos que se relacionam cotidianamente de acordo com duas propriedades: a densidade e a multiplexidade. A primeira diz respeito à estrutura da rede e a segunda, ao conteúdo da rede (Milroy, 1980: 49-51). A densidade de uma rede se refere à quantidade de contatos dos indivíduos: quanto maior o numero de pessoas que se conhecem entre si em um grupo, maior a densidade da rede. Por outro lado, uma rede em que poucas pessoas se conhecem mutuamente é uma rede frouxa, isto é, com pouca densidade. A figura 1, a seguir, ilustra a dimensão da estrutura da rede de acordo a densidade:

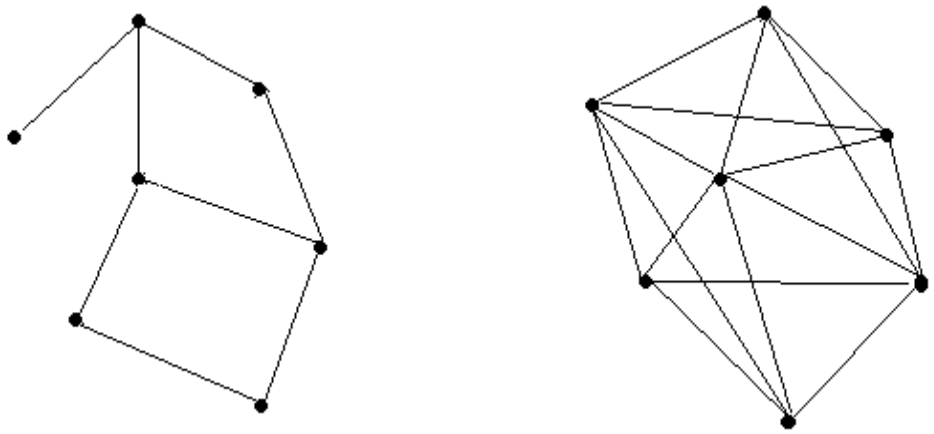

Figura 1: Representação da densidade das redes.
À esquerda, uma rede pouco densa (poucos contatos). À direita, uma rede muito densa (muitos contatos).

A densidade de uma rede pode ser calculada através da seguinte fórmula:

$$D = \frac{100\ Na\ \%}{N},$$

em que **Na** se refere ao total de contatos reais e **N**, ao numero total de contatos possíveis[17]. No que se refere à multiplexidade, segundo a autora, o vínculo entre duas pessoas será , se a relação ocorrer em apenas um sentido, como por exemplo, a relação empregado/empregador. O vínculo será, por outro lado, , se as relações ocorrerem simultaneamente em diversos níveis, ou seja, se as pessoas forem, ao mesmo tempo, parentes, companheiros de trabalho, vizinhos, amigos, etc.; assim, uma rede na qual os indivíduos se relacionam de diversas maneiras é uma rede multipléxica, conforme ilustra a figura 2:

[17] "where Na refers to the total actual number of links and N the total number of possible links." (Milroy, 1980: 50) tradução nossa

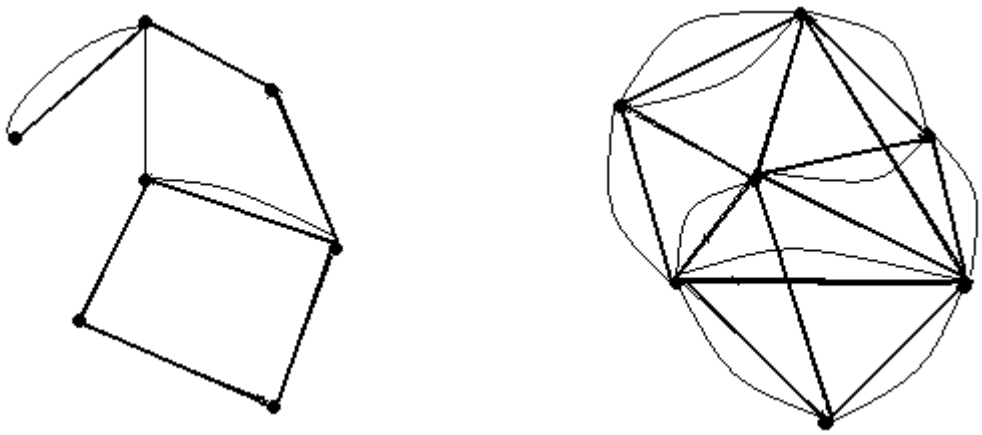

Figura 2: Representação da multiplexidade das redes.
À esquerda, uma rede não multipléxica (poucos indivíduos possuem mais de um tipo de contato).
À direita, uma rede multipléxica (muitos indivíduos possuem mais de um tipo de contato).

Milroy demonstra que o índice de multiplexidade por indivíduo é calculado pela

operacionalizada em termos de e dentro do modelo que propõe a autora, Milroy faz uma distinção entre laços fortes e laços relativamente fracos, o que lhe permite afirmar que, em qualquer comunidade real, a intensidade relativa dos laços é variável entre indivíduos e grupos de indivíduos. Subjacente a isso, está a idéia de que, em comunidades em que laços de redes maximamente densos e multipléxicos são predominantes, a mudança lingüística não aconteceria efetivamente.

Desse modo, laços fortes constituem redes sociais densas – nas quais todos se conhecem – e multipléxicas – nas quais os indivíduos compartilham mais de um tipo de relacionamento. Quanto mais densas e mais multipléxicas forem as redes sociais, maior a probabilidade de a norma lingüística partilhada pelo grupo, pelo consenso normativo, permanecer estável, ou seja, redes densas são responsáveis por uma certa estabilidade lingüística, uma vez que mantêm o vernáculo local, propiciando uma certa resistência à pressões lingüísticas e sociais de outros grupos.

Laços fracos, por outro lado, caracterizam redes com ligações frouxas e com pouca multiplexidade, as quais operam como canais de inovação e de influência de uma rede densa sobre outra, conectando os grupos coesos à sociedade ampla e estratificada. Indivíduos pertencentes a redes frouxas desempenham importante papel na difusão da inovação por ocuparem uma posição periférica nos grupos coesos, em função da mobilidade a que estão sujeitos e, assim, estarem mais expostos à influência da norma de prestígio (GRANOVETTER MILROY, 1980).

Milroy (1992) ressalta que é mais difícil investigar empiricamente laços fracos do que laços densos, pois a variável quantitativa ‘rede social’ (que pode ser facilmente aplicada em comunidades fechadas) não pode ser facilmente operacionalizada em situações em que a população é socialmente e/ou geograficamente móvel.[19] A despeito do que diz o autor, em nosso estudo, pretendemos analisar as redes sociais do grupo sob análise, ainda que este seja considerado um grupo relativamente móvel e isso é feito através do controle de três grupos de fatores, o convívio diário com pessoas da comunidade de origem, o grau de contato com a comunidade de origem e o tempo de residência na cidade em que estão atualmente, conforme será mostrado na seção 3.3.2.3.

Em suma, a densidade e a multiplexidade das redes atuam como indicadores das pressões das normas e valores sobre os indivíduos: quanto mais densa e multipléxica for uma rede social, maior a estabilidade lingüística nesse grupo; quanto mais frouxa, maior a variação

[19] É nesse sentido que o autor defende a idéia de que o falante inovador é um construto teórico necessário que está envolvido na resolução do problema da implementação da mudança.

no grupo. Desse modo, conforme Milroy (1980), ao lançar mão do conceito de redes sociais, assim como é feito em diversos estudos sócio-antropológicos – Bott (1957) Bortoni (1989) e Blom e Gumperz (1972) Milroy (1980) – é possível averiguar os mecanismos presentes nas comunidades que tanto tendem a facilitar como a resistir à mudança lingüística bem como analisar a maneira pela qual os indivíduos fazem uso dos recursos de variabilidade lingüística que estão disponíveis a eles. Voltar a atenção para as redes sociais dos informantes não significa, entretanto, desprezar outros parâmetros de estruturação das relações sociais, mas associar uma análise transversal a esses parâmetros, o que permite ao pesquisador realizar análises menos comprometidas com generalizações universais e mais próximas do cotidiano.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Desenvolver um estudo sociolingüístico significa voltar a atenção para a língua usada na comunidade sem, portanto, desconsiderar o contexto em que os usos lingüísticos ocorrem usualmente; assim o foco de análise e observação do pesquisador deve ser a língua usada em situações reais de interação entre os falantes da comunidade. Desse modo, é preciso conhecer a organização sócio-cultural da comunidade bem como a maneira como foi constituída, antes de iniciar o estudo da língua usada por seus membros.

Assim, antes de explicitar os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, apresentamos uma breve descrição acerca dos aspectos geográficos, históricos e socioculturais da cidade de Barra Longa/MG, a comunidade de fala de origem dos informantes.

Na seqüência, apresentamos ao leitor os objetivos e as hipóteses que nortearam a presente pesquisa, bem como a variável dependente e os grupos de fatores – lingüísticos e extralingüísticos – considerados em função das hipóteses levantadas. Ainda, neste capítulo, são apresentados os critérios adotados para a constituição da amostra e para a coleta, transcrição e tratamento dos dados.

3.1 A comunidade pesquisada

Foto 3: Portal da cidade de Barra Longa/MG

No início do povoamento de Minas Gerais, vários colonizadores chegaram às margens do rio Carmo, formando pequenos núcleos de povoamento. Barra Longa foi um desses núcleos, pois teve sua origem num primitivo arraial fundado no início do século XVIII, pelo coronel Matias Barbosa da Silva, senhor de muitos escravos e poderoso em armas.

De acordo com os registros encontrados no "Centro de Memória Cônego Raimundo Trindade", o bandeirante Francisco Bueno de Camargo é apontado como o primeiro a passar na região de Barra Longa à procura de ouro. Outros se seguiram, sendo que os primeiros habitantes chegaram a partir de entre os anos de 1701 e 1704. É nessa época, que, a pedido do Governador Arthur Sá de Menezes, Matias Barbosa se dirige à localidade para combater os índios que aí se encontravam, recebendo em troca vasta extensão de terras onde constrói sua fazenda – a Fazenda dos Fidalgos ou Fazenda da Barra – no local onde se dá o encontro dos rios Carmo e Gualacho do Norte.

Nos arredores da referida fazenda, o coronel Matias Barbosa manda erigir a Capela de São José da Barra do Gualacho, em 1729. Assim, nos entornos da capela se desenvolve um povoado, de acordo com Seabra (2004: 120), chamado inicialmente de

, depois de e, posteriormente, de

, em 1741, ano que se dá a instituição da paróquia no povoado.

Com a denominação atual, a Freguesia de Barra Longa é elevada à categoria de vila submetida à cidade de Mariana, por lei nº. 202, de 1º de abril de 1841, artigo 16. Em 1857, é transferida para o município de Ponte Nova. Mas a transferência é temporária, pois em 1870 volta a pertencer a Mariana, sendo novamente transferida para Ponte Nova em 1923. O município é emancipado em 17 de dezembro de 1938.

Segundo Trindade (1917), a motivação para o topônimo Barra Longa[20] se deve ao encontro dos rios que banham o município. Segundo o autor, observa-se que o rio Carmo tem suas águas barrentas, enquanto o Gualacho tem águas claras, ao se encontrarem, é formada uma acentuada divisão de cores, uma , até se fundirem. Assim, banhada pelos rios Carmo e Gualacho, Barra Longa está situada na região do Carmo, juntamente com os municípios Acaiaca, Alvinopólis, Dom Silvério, Diogo de Vasconcelos, Mariana, Ponte Nova, Ouro Preto e Rio Doce. De acordo Trindade (1962), é nessa região que se inicia o povoamento do estado de Minas Gerais.

---

[20] A respeito da motivação de outros topônimos desse e de outros municípios que se encontram às margens do rio Carmo, vale a pena conferir SEABRA (2004), tese de doutoramento intitulada , em que são encontradas informações lingüísticas e culturais da primeira região povoada de Minas Gerais: a Região do Carmo.

> Foi ao findar do século XVII que o distrito das Minas Gerais, já então visitado por seguidos exploradores, em realidade começou a povoar-se. Entre as regiões primeiro penetradas e habitadas figura a do Ribeirão do Carmo (16 de julho de 1696). Riquíssimas em ouro, num ponto se viram as margens do decantado ribeirão buscadas e revolvidas por uma multidão ingente de aventureiros atraídos de longe e várias terras pela sedução do ouro que empolgava, deslumbrando-as, tôdas as imaginações. Dados inteiramente à cata do precioso metal, esqueceram-se êsses primeiros colonos e mineiros da cultura da terra e em pouco vieram a sentir as tristes conseqüências de sua imprevidência e de sua desvairada ambição. A fome declarou-se impiedosa, impondo-lhes a dispersão: povoaram-se, então, num átimo, com os desertores do Carmo e do Ouro Prêto, as margens dos dois Gualachos, do Carmo, e do Rio Doce até o Sem Peixe, e se além não foram na primeira investida é que naqueles sertões imperava ainda mais atrevido e mais bruto o bárbaro botocudo. Datam de então os estabelecimentos das primeiras fazendas, povoados e capelas da zona do Carmo e dos Gualachos.
> Barra Longa foi um dêsses povoados. (Trindade, 1962: 11)

Foto 4: Estradas de Barra Longa

A fertilidade das terras, própria para a agricultura e a exploração do ouro aluvião, abundantes em seus rios, foram fatores determinantes na fixação do dos primeiros habitantes e no desenvolvimento do povoado. Além disso, a proximidade dos prósperos centros mineradores de Vila Rica e Vila de Nossa Senhora do Carmo – atuais Ouro Preto e Mariana – trouxe a prosperidade à região onde foram sendo instalados ranchos, fazendas, capelas e

pousos de onde nasceram vários outros povoados, além do arraial originário, que atualmente ainda compõem sua unidade.

Localizada a 172 Km de Belo Horizonte, Barra Longa está situada na Zona da Mata, na fronteira com a Zona Metalúrgica (ver figura 3). O município possui uma área total de 389 Km^2 e cerca de vinte e cinco comunidades rurais, com distâncias que chegam a 30 Km da sede, muitas delas tão antigas quanto a própria sede. A atividade agropecuária representa o principal setor da economia do município, tendo o leite como o seu mais importante produto.

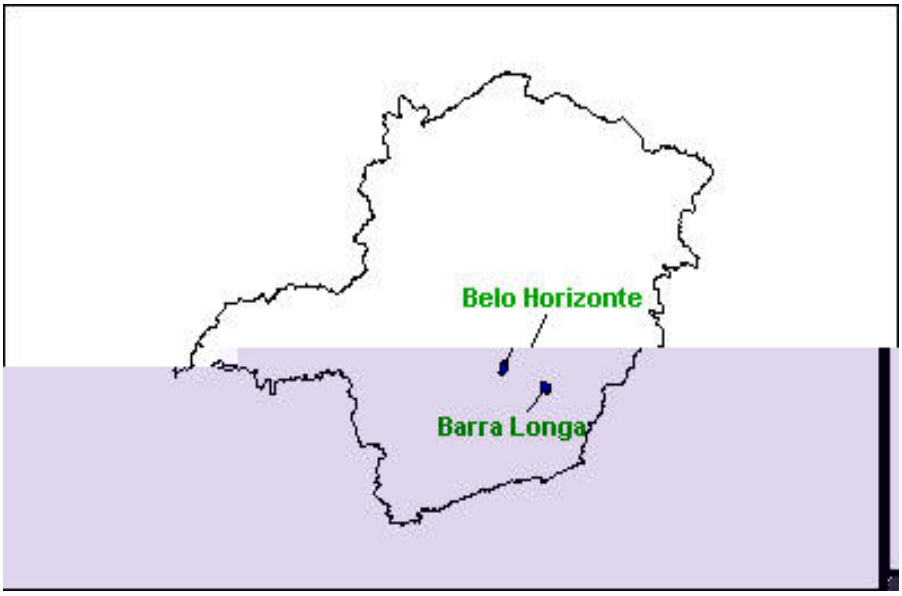

Figura 3: Localização de Barra Longa em relação a Belo Horizonte.
Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

A população estimada do município de acordo com a contagem do IBGE de 2007 é de 6.965 habitantes, dos quais 70% habitam a zona rural, onde estão localizadas muitas fazendas construídas desde os primórdios do povoamento até os dias atuais, o que confirma a tradição agropecuária do município.

Foto 5: Paisagens de Barra Longa/MG

Além das atividades agropecuárias, como a produção de leite e de seus derivados, de cachaça e rapadura, outra atividade que se destaca na região é o bordado artesanal, cuja qualidade e tradição ultrapassam os limites regionais, conferindo à cidade o título de “Cidade dos Bordados”. Além da tradição dos bordados, Barra Longa mantém costumes tradicionais que são transmitidos de geração para geração, como festas religiosas, carnaval de rua, a festa do barra-longuense ausente – festa em que se comemora o encontro das pessoas da cidade que moram fora – e artesanatos em geral.

Foto 7: Bordados de Barra Longa

Quanto à religiosidade quase totalidade da população é católica. Há na sede a Igreja Matriz de São José construída em 1774 e ornamentada pelos artistas José de Arouca e Francisco Vieira Servas, grandes nomes do barroco mineiro. Além da Matriz, há ainda, na sede, duas capelas e, geralmente, em cada comunidade rural e/ou fazendas há capelas que foram construídas coletivamente. Ressaltamos que nas comunidades rurais, as capelas são o local de práticas religiosas e sociais, que agregam os habitantes e assim contribuem para reforçar laços territorialmente circunscritos. Um exemplo disso, são as festas de capela, uma missa geralmente seguida de forró cujo objetivo é homenagear o santo padroeiro e reunir as pessoas da comunidade e também aquelas que se mudaram para outras cidades.

Foto 8: Templos religiosos de Barra Longa.

À esquerda, a Capela de Nossa Senhora do Rosário e à direita, a Igreja Matriz de São José de Barra Longa

Sobre a educação do município, há nas comunidades rurais escolas municipais onde são ministradas as séries iniciais do ensino fundamental. Na sede, são encontradas duas escolas estaduais: a E.E. “Claudionor Lopes” e a E.E. “Padre José Epifânio Gonçalves”. Na primeira, são oferecidas as séries iniciais do Ensino Fundamental e na segunda, as séries

finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Barra Longa não possui escola técnica ou universidades, os jovens e outros interessados em cursos técnicos ou cursos superiores necessitam deslocar-se diariamente para municípios mais próximos como Ponte Nova ou Mariana, ou se mudar para outras cidades, como é o caso de Ouro Preto, Viçosa e Belo Horizonte.

O município não possui cinema, teatro ou shopping center. Aos finais de semana, os jovens freqüentam uma pracinha onde encontram uma pizzaria e barzinhos. No que se refere às redes de relacionamentos entre os habitantes do município podemos dizer, de acordo com Milroy (1980), que os membros desta comunidade estão integrados a redes densas e multipléxicas, pois há um alto grau de interação entre os moradores de diferentes faixas etárias, sendo que todos se conhecem pelo nome ou por referência alguém da família, isto é, as pessoas são ligadas por laços de parentesco, de vizinhança e de amizade.

Foto 9: Centro da cidade de Barra Longa

De cima para baixo, da esquerda para direita, observa-se o Bar e Restaurante Casa Velha, o Hotel Xavier, o Portal da Praça Manoel Lino Mol, o Centro de Memórias "Cônego Raimundo Trindade" e residências particulares.

3.2 Objetivos e hipóteses

O objetivo principal desta pesquisa é verificar como se comportam os jovens da comunidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte frente à variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. De acordo com trabalhos anteriores, as duas cidades, apesar de não muito distanciadas, possuem padrões divergentes em relação ao fenômeno. Assim, partindo do pressuposto de que esses jovens mantêm, em sua fala, a estrutura da comunidade de origem, acreditamos que o processo de manutenção ocorre de forma variável e que essa variação pode ser entendida através da análise das redes sociais em que se integram os informantes. Assumimos como objetivos específicos:

a. analisar a variação de uso do artigo diante de antropônimos tratada como variável, na fala dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte;

b. analisar o comportamento dessa variável em relação a grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos que determinam a manutenção ou não da estrutura da comunidade de origem na fala dos jovens que se mudam para Belo Horizonte;

c. focalizar o papel do fator extralingüístico “redes sociais” como condicionador ou não da manutenção da estrutura ausência de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte;

d. analisar até que ponto a freqüência de idas, isto é, o grau de contato dos jovens que estão em Belo Horizonte com a cidade de Barra Longa tende a influenciar na manutenção da estrutura dessa cidade;

e. avaliar a relevância do fator tempo de residência em Belo Horizonte no que diz respeito às alterações observáveis no comportamento lingüístico dos jovens que saem de Barra Longa em relação ao fenômeno estudado.

Desse modo, o presente estudo se orienta pelas hipóteses iniciais enumeradas, a seguir:

1. A ausência de artigo definido diante antropônimos é preservada na fala dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte, mas de forma variável, isto é, percebe-se que a presença do artigo tende a ser mais saliente em alguns contextos, sobretudo, quando o referente do antropônimo é uma pessoa pública.

2. A realização variável do uso do artigo diante de antropônimos é influenciada pelos grupos de fatores lingüísticos forma como o antropônimo aparece, circunstância em que o antropônimo é citado no discurso, estrutura do SN, antropônimo como item de enumeração e função sintática do SN e por três variáveis extralingüísticas: grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, gênero e redes sociais.

3. O processo de manutenção da estrutura de Barra Longa na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte se orienta pela manutenção das redes de relacionamentos com pessoas da comunidade de origem.

3.3 A variável lingüística e os grupos de fatores

Na perspectiva da Sociolingüística Variacionista, assume-se a idéia de que a variação é inerente ao sistema lingüístico e que a noção de heterogeneidade é compatível com a noção de sistema. Desse modo, tem-se a dissociação entre estrutura lingüística e homogeneidade, já que a existência da variação constitui um fato. E isso não acontece apenas na comunidade, mas também na fala de um mesmo indivíduo. Conforme Scherre (1996), a Teoria da Variação postula mais do que isto:

> (...) assume-se a postura de que a variação não é aleatória mas sim governada por restrições lingüísticas e não lingüísticas. Admite-se, então, que os fenômenos lingüísticos variáveis, aqueles expressos por duas ou mais variantes, apresentam tendências regulares passíveis de serem descritas e explicadas por restrições de natureza lingüística e não lingüística. (Scherre, 1996: 39-40)

Segundo a autora, cabe ao pesquisador a tarefa de definir a variável dependente, levantar hipóteses que dêem conta das tendências sistemáticas da variação lingüística, operacionalizar as hipóteses através de grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos, levantar e codificar dados empíricos considerados relevantes, submetê-los ao tratamento quantitativo e, sobretudo, interpretar os resultados numéricos à luz das hipóteses inventariadas (SCHERRE, 1996: 43).

Desse modo, partindo da premissa de que "o progresso da ciência lingüística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas" (Naro, 2003: 25), acreditamos que a análise qualitativa de determinado fenômeno variável se orienta pela operacionalização das hipóteses levantadas e, conseqüentemente, pelos grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos considerados. Em outros termos, são os grupos de fatores lingüísticos ou extralingüísticos que permitem ao pesquisador variacionista buscar explicações para a diferença entre a presença e a ausência de determinada variante em determinados contextos.

Nesta pesquisa, a variável dependente constitui-se de duas variantes: a ausência e a presença de artigo definido diante de antropônimos. Em relação às variáveis independentes, foram considerados dez grupos de fatores, sendo cinco de natureza lingüística e cinco de natureza extralingüística. As próximas seções tratam de apresentá-los e exemplificá-los.

3.3.1 Fatores lingüísticos

Os fatores lingüísticos ou estruturais dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua. Dentre as variáveis internas relacionadas à estrutura lingüística encontram-se os fatores de natureza fonológica, morfossintática, semântica, discursiva e lexical.

De acordo com orientação fornecida por análises anteriores, neste estudo, foram considerados cinco grupos de fatores lingüísticos, a saber: a forma como o antropônimo aparece no discurso, circunstância em que o antropônimo aparece – posição no discurso –, estrutura do SN, antropônimo como item de uma enumeração e função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo.

3.3.1.1 Forma como o antropônimo aparece

O controle desse grupo de fatores se justifica com base nos estudos de Silva (1996), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alencar (2006) e Alves (2007). Silva (1996) foi o único estudo que controlou a representação do antropônimo sob a forma de apelidos. Em seu estudo, a autora explica que o controle desse fator se deve ao fato de que ela não teve acesso ao grau de intimidade entre o falante e a pessoa mencionada, o que, segundo ela, parece atuar como principal condicionador da variação do uso do artigo de acordo com as gramáticas tradicionais. Desse modo, foi considerada pela autora a forma como o referente é tratado: pelo apelido, nome de família ou de batismo; pelo nome de batismo e de família e pela presença de título. Conforme Silva, os nomes próprios que se referem a entidades familiares, tratadas conseqüentemente por nome de batismo ou apelido têm mais artigo do que as menos familiares, tratadas até com títulos.

Amaral (2007) retoma o trabalho de Silva (1996) para demonstrar que a forma pela qual o antropônimo aparece no discurso não se relaciona ao grau de intimidade. A partir da análise dos dados de Campanha, Minas Novas e Paracatu o autor chega à conclusão de que "o falante não distingue a familiaridade com o referente por meio da forma do antropônimo que utiliza" (Amaral, 2007: 120).

Com base no que diz o autor invocado, acreditamos que a forma como o antropônimo aparece nem sempre indica que o falante possui ou não familiaridade com o referente; no entanto, devido ao número elevado de apelidos em nossos dados controlamos essa forma de representação do antropônimo, não ligada ao grau de intimidade, mas como um item lexical pelo qual o falante se refere a determinada pessoa.

Quanto aos antropônimos precedidos de títulos, além de Silva (1996), vários estudos – Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alencar (2006) e Alves (2007) – controlaram esse fator, demonstrando a sua relevância para a análise do fenômeno. Neste estudo, adotamos a denominação 'qualificativo' assim como foi sugerido por Mendes (2000: 86). Segundo a autora, o nome qualificativo é mais abrangente do que 'título', pois permite que itens como tio, por exemplo, possam ser assim denominados.

Retomando a análise desenvolvida em Alves (2007), constatamos que muitas vezes o antropônimo vem acompanhado de determinantes explicativos, isto é, constatamos que, ao se referir a determinada pessoa, o falante procura esclarecer quem é essa pessoa, para que o ouvinte saiba de quem se trata por meio de descrições definidas que acompanham o

antropônimo, como em ou , por exemplo. Nesses casos, de acordo com a gramática tradicional, o artigo tende a ser empregado, entretanto, observamos que nem sempre isso ocorre de forma categórica, pelo contrário, há variação quanto ao uso do artigo.

Desse modo, considerando que a forma como o antropônimo aparece no discurso do falante pode interferir na variação do uso do artigo, nesse grupo de fatores são consideradas quatro possibilidades diferentes de o antropônimo se realizar, conforme ilustra o quadro abaixo:

Grupo	Fatores	Exemplos
Forma como o antropônimo aparece	**A.** antropônimo representado pelo prenome	(1) foi a única:: que não saiu... (INF.10) (2) estudô comigo... (INF.01)
	P. antropônimo representado pelo apelido	(3) era da minha turma... aliás:: depois ele saiu... (INF.01) (4) até que é uma pessoa muito boa... (INF.09)
	Q. antropônimo precedido de qualificativo	(5) ...nó... é um amor de pessoa... (INF.03CT) (6) deu aula de história... (INF.03)
	E. antropônimo mais determinante(s) explicativos	(7) Na [rua] São Paulo tem Joice (...) (INF.10) (8) ...lá eu trabalhei com (INF.15)

Quadro 1: Forma como o antropônimo aparece no discurso

3.3.1.2 Circunstância em que o antropônimo é citado

O controle desse grupo de fatores se justifica com base em Moisés (1995) e Silva (1996). Ao tratar das funções discursivas do artigo definido, Moisés afirma que o artigo definido “pressupõe uma apresentação prévia, seja anterior, seja dada pela experiência” (Moisés, 1995: 124). Weinrich (1976) Moisés (1995) também analisa o artigo definido como forma que pressupõe uma informação prévia.

Diferentemente do que dizem esses autores, os resultados do estudo de Silva (1996) demonstram que a necessidade de definição da entidade não conhecida também faz com que a entidade apresentada pela primeira vez aumente o uso do artigo.

Desse modo, nesta pesquisa, controlamos, se o fato de o antropônimo ter sido citado pela primeira vez ou ter sido citado previamente é relevante para a análise do fenômeno na comunidade pesquisada, conforme é ilustrado, a seguir:

Grupo	Fatores	Exemplos
Circunstância em que o antropônimo é citado	**1.** citado pela primeira vez	(9) formô engenhero eletrônica agora né... (...) tá fazeno faculdade (INF.15)
	2. citado previamente	(10) ... e ali reunia todos os primo e eu é que comandava a galerinha sabe? (...) Era os minino... era ..os minino de/de ti'Zé (INF.15)[21]

Quadro 2: Circunstância em que o antropônimo é citado

3.3.1.3 Estrutura do sintagma nominal (SN)

Em relação à estrutura do sintagma nominal em que o antropônimo se encontra, foram considerados os seguintes fatores:

[21] Vale ressaltar que os fatores considerados foram exemplificados com ocorrências da fala de um mesmo informante e que se trata dos mesmos antropônimos, isto é, possuem, nos dois exemplos, os mesmos referentes.

Grupo	Fatores	Exemplos
Estrutura do SN	**N.** antropônimo integra um SN simples	(11) tá pra França... (INF.13) (12) a tamém:: acho que ia lá pra casa... (INF.15)
	Q. antropônimo integra um SN seguido de SP	(13) Tem uma figura qu'eu sou muito amigo dele (...) que é (INF.11) (14) vem aqui de vez de quando (INF.05)
	P. antropônimo integra um SP com preposição explícita	(15) É a Nádia:: ela é irmã ... (INF.10) (16) ...eu tava até comentano otro dia... (INF.13)
	X. antropônimo integra um SP com preposição implícita	(17) Com quem que você mantém contato? : Ah... com parte dos amigos:: com a Dani:: ... (INF.04)

Quadro 3: Estrutura do sintagma nominal (SN)

Silva (1996: 128), em sua análise, afirma que os dados do tipo " " foram descartados, o que, segundo a autora se justifica pelo fato de que, nesse tipo estrutura, o uso do artigo ser sempre categórico. No entanto, embora tenham demonstrado que a presença de preposição no SN em que se encontra o antropônimo tende a favorecer a presença do artigo, vários autores – Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003) e Alencar (2006) – reconhecem que há variação nesses casos, o que nos orienta quanto a justificar o controle desse grupo de fatores.

Ressaltamos, no entanto**,** que consideramos também a preposição implícita como em (17), isto é, quando o antropônimo integra um SP, mas não é antecedido imediatamente pela preposição. Acrescentamos, ainda, que em (13) e (14) ilustramos a estrutura em que o antropônimo integra um SN e é seguido de um SP, estrutura muito freqüente em nossos dados, o que justifica o fato desses casos terem sido controlados.

3.3.1.4 Antropônimo como item de uma enumeração

Antropônimos como item de uma enumeração também aparecem com muita freqüência em nossos dados. Muitas vezes, ao conversar com o informante, o pesquisador lhe perguntava sobre seus amigos de infância, seus colegas de escola, colegas de trabalho, etc.; o que se justifica pelo objetivo de induzir o informante a se referir às pessoas através de antropônimos. Nesses casos, geralmente, os informantes enumeravam uma série de antropônimos para responder a tais questões.

Amaral (2003), em seu estudo, verifica que o contexto de enumeração tende a favorecer a ausência do artigo em seus dados. Também nesse sentido, Brandão (1963) op. cit. afirma que em geral se omite o artigo com os nomes que entram em uma enumeração.

Desse modo, de acordo com Amaral (2003), controlamos se o antropônimo como item de uma enumeração tende a interferir na escolha de uma das variantes na fala do grupo sob análise.

Grupo	Fatores	Exemplos
Antropônimo como item de uma enumeração	**N.** antropônimo é item de uma enumeração	(18) Ela tem vários irmãos... tem tem e (INF.04CT)
	E. antropônimo não é item de uma Enumeração	(19) Ah... Ramon num tá aqui não? (INF.06) (20) Aí ela foi pra lá... esse ano e aí tamém foi... (INF.12)

Quadro 4: Antropônimo como item de uma enumeração

3.3.1.5 Função sintática

Vários estudos – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002) e Alencar (2006) – têm demonstrado que a função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo deve ser levada em conta na análise da variação estudada. Desse modo, com base nesses estudos, esse grupo de fatores foi controlado nesta pesquisa, com o intuito de verificar a sua atuação quanto ao uso do artigo no contexto estudado na comunidade pesquisada.

Vale ressaltar que, além das funções sintáticas consideradas tradicionalmente pelas gramáticas, de acordo com Pontes (1987), controlamos também os SN's que se encontram em posição de tópico, pois, segundo a autora, "quando se começa a observar a língua coloquial espontânea do uso diário, fica-se surpreso com a quantidade de vezes em que ocorrem construções de tópico" (Pontes, 1987: 12).

Em relação às funções de adjunto adnominal e complemento nominal, consideramos pertinente agrupá-las, o que se justifica pelo fato de nem sempre haver, entre os gramáticos tradicionais, um consenso quanto à distinção clara entre essas duas funções. O quadro 5, a seguir, apresenta e exemplifica as funções consideradas.

Grupo	Fatores	Exemplos
Função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo	**1.** Sujeito	(21) saiu tamém... acho que 'tá istudan'o tamém (INF.01CT) (22) Eh... foi né... num sei se ele já voltô:: mais ele tava lá... (INF.10)
	2. Predicativo	(23) Ah:: meu cantor preferido é (INF.08) (24) Eu era motorista particular do diretor:: que era (INF.15)
	3. Objeto direto	(25) Eu vi aqui... (INF.14) (26) De humanas:: tem que é excelente professor (INF.12)
	4. Objeto indireto	(27) Eu gosto muito ... todo mundo gosta dele né? (INF.04) (28) Eu gosto purque ele é uma pessoa inteligente (INF.03)
	5. Adjunto adverbial	(29) Estudei também mas ela 'tá aqui (INF.14) (30) Na verdade a/a mulher dele trabalha (INF.15)
	6. Aposto	(31) Dhigo... 'tá fora (INF.01CT) (32) [o chefe] é amigo meu pra caramba né... (INF.15)
	7. Adjunto adnominal/ Complemento nominal	(33) Eles robaram o carro (INF.02) (34) Eu trabalho com/com o irmÃo da Isabela... (INF.15)
	8. Tópico	(35) eu acho que tá em Ponte Nova (INF.02) (36) o Narciso... eu acho ele muito legal... (INF.04CT)

Quadro 5: Função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo

3.3.2 Fatores extralingüísticos

Os fatores extralingüísticos ou não estruturais são de natureza externa à estrutura lingüística. No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo – como etnia e sexo/gênero –, os propriamente sociais – como escolarização, nível de renda, profissão, classe social e redes sociais – e os contextuais – como grau de formalidade e tensão discursiva. Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios do falante, enquanto os demais se referem a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala.

De acordo com o modelo teórico laboviano e com o estudo de Milroy (1980), neste estudo, foram controladas três variáveis extralingüísticas:

conforme mostram as próximas seções.

Em relação às redes sociais, vale ressaltar que, em função dos objetivos propostos, foram controlados três grupos de fatores que se relacionam diretamente às redes de relacionamentos dos informantes selecionados, a saber:

3.3.2.1 Gênero

Segundo Chambers (1995: 102), em todos os estudos sociolingüísticos que incluem uma amostra de homens e mulheres, há evidências de que as mulheres tendem a usar menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que os homens do mesmo grupo social e nas mesmas circunstâncias. O autor acrescenta ainda que as inovações lingüísticas tendam a ser difundidas pelas mulheres, e explica isso com base nos papéis que são socialmente atribuídos a ela, como a educação dos filhos, por exemplo.

Embora a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos não apresente uma variante estigmatizada socialmente, pretende-se observar o comportamento das mulheres em relação à variante de Belo Horizonte – presença de artigo –, que parece ser considerada como inovadora para os jovens que chegam à capital. Desse modo, a escolha desse grupo de fatores se deve ao fato de que vários estudos sociolingüísticos já mostraram

que a diferença de sexo/gênero é relevante para a heterogeneidade lingüística inerente às comunidades de fala.

3.3.2.2 Grau de intimidade do entrevistado com o referente

Quanto à seleção do fator intimidade, vários estudos – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000) e Amaral (2003) – têm demonstrado a relevância desse fator quanto ao uso do artigo. Acrescentamos ainda, o fato de as Gramáticas Tradicionais enfatizarem a idéia de que a presença de artigo diante de nomes de pessoas, em geral no Brasil e, freqüentemente, em Portugal, dá ao antropônimo certa afetividade.

Silva (1996: 130) que, por não ter acesso ao grau de afetividade entre o falante e a pessoa mencionada pelo informante, controlou o grau de intimidade de acordo com a forma pela qual o referente foi tratado pelo informante: pelo apelido, nome de família ou de batismo, pelo nome de batismo e de família e presença de título. Amaral (2003), por sua vez, controlou esse fator observando se o referente se referia a uma pessoa do meio social do falante, a uma personalidade famosa e com prestígio na região do informante, ou a uma personalidade famosa nacionalmente.

Nesta pesquisa, pelo fato de a autora deste estudo ser membro da comunidade pesquisada e das redes de relacionamentos dos informantes, a variação do uso do artigo é observada em três situações: quando o referente do antropônimo é uma pessoa mais próxima do informante, quando é uma pessoa mais distante e quando se trata de uma figura pública, assim como foi feito em Amaral, ainda que sob outra classificação.

Em relação à forma como Silva (1996) controlou o grau de afetividade, cumpre lembrar que o primeiro grupo de fatores lingüísticos – forma como o antropônimo aparece no discurso – dialoga, de certo modo, com a classificação da autora, conforme mostramos na seção 3.3.1.1, pois controlamos se antropônimo é um prenome (nome de batismo), um apelido ou ainda se é precedido de qualificativo (título, para a autora). No entanto, por considerar que a forma pela qual o antropônimo aparece no discurso está relacionada ao item lexical e que nem sempre revela afetividade entre o falante e o referente, esses fatores foram considerados de natureza lingüística. Os antropônimos ‘Xuxa’ e ‘Pelé’, por exemplo, são apelidos que geralmente são usados com referência a pessoas públicas específicas.

3.3.2.3 Redes sociais

Nesta pesquisa, a análise das redes sociais dos informantes foi operacionalizada mediante o controle de três grupos de fatores que se orientam pelos objetivos propostos. O primeiro diz respeito à manutenção do contato diário dos jovens que residem em Belo Horizonte com pessoas, que assim como eles, são de Barra Longa (em casa ou no trabalho); o segundo se refere ao grau de contato que os informantes mantêm com a cidade de Barra Longa, medido em função da freqüência com que esses jovens vão a Barra Longa ao longo do ano; e o terceiro diz respeito ao tempo de residência em Belo Horizonte.

3.3.2.3.1 Convívio com pessoas de Barra Longa

No que se refere à seleção desse grupo fatores, acredita-se que a pertinência dos jovens que estão em Belo Horizonte a redes ligadas a Barra Longa, em casa ou no ambiente de trabalho, seja relevante para a análise do fenômeno variável, pois, em comunidades pequenas como Barra Longa, as redes densas e multipléxicas, de acordo com Milroy (1980), funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada pelo grupo. Em outras palavras, acreditamos que a manutenção dessas redes em Belo Horizonte tende a favorecer a manutenção da estrutura preferida na comunidade de origem.

3.3.2.3.2 Grau de contato com a cidade de Barra Longa

Ainda relacionado ao contato dos informantes com pessoas de Barra Longa, outro fator é observado é o grau de contato com a cidade. Esse fator é medido a partir da análise da freqüência com que os entrevistados vão a Barra Longa durante o ano. Assim, foi considerado contato menos freqüente, quando o entrevistado vai a Barra Longa de quatro a seis vezes ao ano; e contato mais freqüente, de dez a doze vezes por ano.

O controle desse grupo de fatores se justifica pelo fato de que a manutenção de laços fortes com pessoas que permanecem na comunidade de origem tende a influenciar o comportamento lingüístico do grupo sob análise, favorecendo a resistência à estrutura preferida em Belo Horizonte.

3.3.2.3.3 Tempo de residência em Belo Horizonte

O último fator, tempo de residência em Belo Horizonte, está relacionado ao contato com Belo Horizonte. De acordo com Alves (2007), a escolha desse fator se explica pelo fato de que, estando em Belo Horizonte, os jovens tendem, inicialmente, a usar o artigo, buscando assim se adequar ao padrão lingüístico da cidade. Mas, com o passar do tempo, parece que os mesmos jovens deixam de se preocupar com essa tentativa de adequação, ou seja, voltam a não usar o artigo, como faziam anteriormente.

Dessa forma, considera-se menos tempo de residência, quando o entrevistado está em Belo Horizonte de dois a cinco anos e mais tempo de residência, de seis a dez anos.

3.4 A constituição da amostra

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos da fala de dezesseis informantes da comunidade de Barra Longa que atualmente residem em Belo Horizonte. A seleção dos entrevistados se deu em função de quatro grupos de fatores extralingüísticos: gênero, grau de contato com a cidade de origem, convívio diário com pessoas de Barra Longa e tempo de residência em Belo Horizonte. Temos, assim, um total de dezesseis informantes: oito homens e oito mulheres; em cada um desses subgrupos quatro trabalham ou moram com pessoas de Barra Longa e quatro não trabalham ou não moram com pessoas de Barra Longa, dos quais, dois mantêm contato freqüente e dois não mantêm e, ainda nesse subgrupo, um tem menos tempo de residência em Belo Horizonte e o outro tem mais.

No que se refere ao perfil do informante ideal a ser entrevistado, foram entrevistados jovens de 18 a 30 anos nascidos em Barra Longa, filhos de pais nascidos na região. A inclusão de informantes de apenas uma faixa etária se justifica pelo fato de que não é objetivo desta pesquisa verificar se o fenômeno analisado constitui um quadro de mudança em progresso. Outra justificativa é o fato de Mendes (2000) – ainda que orientada por uma perspectiva teórica diferente da adotada aqui – ter demonstrado como se comportam os falantes idosos da mesma comunidade de fala diante desse fenômeno variável. Em sua pesquisa, Mendes verifica também que os habitantes de Barra Longa de outras faixas etárias

mantêm o mesmo padrão observado na fala dos idosos em relação ao uso do artigo diante de antropônimos.

No que concerne ao nível de escolaridade, ressaltamos que, inicialmente, pensamos em controlar essa variável, no entanto, tivemos grande dificuldade em encontrar informantes com níveis de escolaridades diferentes entre si, pois grande parte dos jovens que saem da cidade possuem o segundo grau completo ou incompleto e já estão, em sua maioria, com intenção de ingressar em uma faculdade. Nesse sentido, ainda que tenha sido controlado em Amaral (2003) e Alves (2007), o fator escolaridade não foi controlado neste estudo. Cumpre lembrar, entretanto, que foram selecionados jovens de níveis de escolaridade bem próximos.

Além disso, a exclusão desse fator se justifica ainda por dois outros motivos: em primeiro lugar, porque o fenômeno estudado não ilustra variante de prestígio, nem variante estigmatizada socialmente, o que explicaria a ação da escola em favor de uma das mesmas; e em segundo, porque, embora os estudos anteriormente citados tenham dado atenção a esse fator, os resultados de ambos evidenciaram que o fator nível de escolaridade não é relevante para a análise deste fenômeno, conforme ilustra o trecho extraído da pesquisa de Amaral (2003) transcrito a seguir:

> (...) seria possível supor que em ambos os municípios [Minas Novas e Campanha] os falantes teriam a tendência de usar a estrutura predominante (seja a ausência ou a presença) independentemente da escolaridade que possuem, ou seja, a escolarização não exerceria um papel de privilegiar uma determinada variante. (Amaral, 2003: 112)

As informações relativas à descrição da amostra, que explicitam como os informantes foram agrupados seleção dos informantes, podem ser vistas no quadro 6, a seguir:

Nº	Gênero	Pertinência a redes ligadas a Barra Longa	Grau de contato com a cidade de Barra Longa	Tempo de residência em Belo Horizonte
01	Masculino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 2 a 5 anos
02	Feminino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 2 a 5 anos
03	Masculino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 2 a 5 anos
04	Feminino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 2 a 5 anos
05	Masculino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 6 a 10 anos
06	Feminino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 6 a 10 anos
07	Masculino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 6 a 10 anos
08	Feminino	Trabalha /mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 6 a 10 anos
09	Masculino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 2 a 5 anos
10	Feminino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 2 a 5 anos
11	Masculino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 2 a 5 anos
12	Feminino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 2 a 5 anos
13	Masculino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 6 a 10 anos
14	Feminino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato freqüente	De 6 a 10 anos
15	Masculino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 6 a 10 anos
16	Feminino	Não trabalha /não mora com pessoas de Barra Longa	Contato não freqüente	De 6 a 10 anos

Quadro 6: Informantes que residem em Belo Horizonte

3.4.1 Avaliação da amostra

Como já foi exposto, neste estudo, pretendemos analisar o comportamento lingüístico dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte em relação à variação ausência/presença de artigo diante de antropônimos. Partindo do pressuposto de que, apesar de preservar o padrão lingüístico da comunidade de origem, o contato com Belo Horizonte produz alterações na fala desses jovens quanto ao uso do artigo, surgiu a necessidade de se controlar também dados extraídos da fala dos jovens que não saíram da cidade; pois embora acreditássemos, com base em Mendes (2000) e em observações não sistemáticas, que a ausência do artigo fosse a estrutura predominante na fala dos jovens de Barra Longa, não havia até então dados que comprovassem tais expectativas.

Desse modo, com o intuito de verificar as possíveis alterações na fala do grupo sob análise, tomando como referência o padrão lingüístico exibido pelo grupo que permanece na comunidade analisada, um grupo de controle foi constituído a partir de dados de fala de quatro jovens da mesma faixa etária – dois homens e duas mulheres – que continuam em Barra Longa.

Em síntese, nesta pesquisa trabalhamos com dois constituídos a partir de dados de fala de vinte informantes: (i) **o grupo de controle**, constituído de quatro informantes que permanecem em Barra Longa e (ii) **o grupo de Belo Horizonte**, constituído de dezesseis informantes que residem em Belo Horizonte. Para os dois foram considerados os mesmos grupos de fatores internos. Quanto aos grupos de fatores externos, para o segundo foram considerados, além dos fatores gênero e grau de intimidade, convívio diário com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de Barra Longa e tempo de residência em Belo Horizonte.

3.5 A coleta dos dados

Conforme Chambers (1995), o empreendimento de um estudo sociolingüístico requer uma pesquisa fundamentada, sobretudo, no levantamento de dados do discurso real em seu contexto social. Assim, levando em consideração o fato de que a Teoria da Variação pressupõe a pesquisa empírica, ou pesquisa de campo, caracterizada basicamente pelo contato

com os dados do próprio lugar onde se manifesta, a coleta de dados constitui uma das principais etapas do estudo de determinado fenômeno variável.

Sob essa perspectiva, para atingir os propósitos metodológicos da pesquisa que se desenvolve aqui, o próximo passo após a descrição do universo de pesquisa constitui-se do levantamento de dados que se efetiva através de gravações de entrevistas orais com falantes de uma amostra aleatória que busca representar, da melhor forma possível, a comunidade lingüística analisada.

De acordo com o modelo laboviano, essas entrevistas ocorrem em etapas gradativas a partir de uma série de questões cuja ordenação visa ao favorecimento de momentos específicos, nos quais o informante usa o estilo não monitorado ou o vernáculo, isto é, a fala distensa em que o falante presta o mínimo de atenção à própria fala. Tem-se, então, uma situação contraditória, denominada por Labov de paradoxo do observador, pois, de um lado, o pesquisador necessita de grande quantidade de dados extraídos da fala espontânea que só podem ser coletados através de sua participação direta na interação com os falantes; de outro, essa participação direta pode perturbar a naturalidade do evento. Uma das soluções encontradas é a aplicação de alguns procedimentos, durante a entrevista, para que possam ser superados os aspectos negativos do paradoxo do observador. No estudo proposto aqui, o procedimento selecionado é o estilo casual, que se obtém através de perguntas especificas relacionadas à experiências vividas como situações de perigo de vida, por exemplo, provocando relatos que, conforme Labov (1972: 259), ilustram o estilo casual. O fato de a pesquisadora, autora deste estudo, ser moradora da comunidade analisada e integrar as redes de relações dos informantes selecionados – e, portanto, ser conhecida de todos – também contribuiu para amenizar o paradoxo do observador, já que a sua apresentação aos informantes por uma terceira pessoa – um amigo do amigo –, como é sugerido na literatura variacionista, não foi necessária, o que facilitou a naturalidade da entrevista.

Vale lembrar que todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio do informante conforme exigência do Conselho de Ética, que orienta o pesquisador a registrar a autorização dos informantes para o uso dos dados. Desse modo, a autorização concedida pelo informante foi gravada, em pelo menos um momento da entrevista, a critério do pesquisador. Ainda em relação a realização das entrevistas, ressaltamos que, como o objetivo da pesquisa com dados lingüísticos é estudar o vernáculo, os informantes não ficaram sabendo do objeto de estudo que se pretendia analisar, já que poderiam, em virtude disso, se preocupar demasiadamente com o uso da língua prestando maior atenção à fala, o que dificultaria a obtenção do vernáculo. Assim, como o grupo sob análise se constitui de jovens que saíram da

comunidade em busca de novas perspectivas de vida na capital, foi dito ao informante que o pesquisador estava interessado nas vantagens e desvantagens de se mudar para outra cidade bem como nos aspectos históricos e sócio-culturais da comunidade de origem e nas possíveis variações lexicais.

3.6 A transcrição dos dados

De posse das entrevistas, passamos à transcrição dos dados coletados. Tendo em vista o fato de o objeto de estudo ser de natureza morfossintática e não fonética adotamos a transcrição ortográfica, mas algumas marcas da oralidade foram grafadas ortograficamente como pronunciadas, conforme estabelece as normas de transcrição do projeto

, a saber:

a) a redução dos ditongos, como em: caxa < caixa; ribeirão < riberão;
b) ausência do –r final dos nomes: doto < doutor;
c) ausência de –r final em verbos: qué < quer; dizê < dizer;
d) síncope: sofrendo < sofreno; contando < contano;
e) apagamento de sílabas: tá < está; tiver < estiver;
f) aglutinação, com apóstrofo: dex’eu < deixa eu; pr’eu < para eu;

Para os casos de trechos, frases ou palavras ininteligíveis, utilizamos o parêntese simples; as pausas curtas foram marcadas com dois pontos (::); enquanto que as pausas longas identificadas com reticências (...). A ênfase dada a determinado segmento pelo informante foi marcada com uso de letras maiúsculas, o truncamento de trechos, por uma barra (/), os risos com a palavra entre parênteses (risos) e o discurso direto por aspas (“ ”).

Após a transcrição das entrevistas, o próximo passo da pesquisa constitui-se do tratamento dos dados, isto é, o levantamento dos dados relevantes para a análise e a codificação dos mesmos de acordo com os grupos de fatores propostos. A próxima seção trata de explicitar os procedimentos adotados nessa fase da pesquisa.

3.7 Tratamento dos dados

O tratamento quantitativo dos dados que integram os desta pesquisa foi feito com a utilização do programa estatístico para computadores GOLDVARB/ VARBRUL, 2001 versão para Windows. Esse programa permite calcular probabilidades de freqüência da variante tomada como referência para análise e o efeito relativo de cada fator no fenômeno variável sob análise. Nesta pesquisa, tomamos como referência a presença de artigo definido diante antropônimos, como fizeram outros estudiosos que tratam desse fenômeno – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Amaral (2003) e Alencar (2006).

A utilização desse programa pressupõe a codificação dos dados em função do fenômeno variável e dos grupos de fatores considerados como possíveis condicionadores da variação analisada. Codificar os dados que se deseja quantificar significa transformá-los em códigos identificáveis pelos programas computacionais destinados a este fim. Assim, nesta pesquisa os dados foram codificados em função da variável dependente e dos grupos de fatores considerados, conforme ilustram os quadros 7 e 8, a seguir:

VARIÁVEL DEPENDENTE
ϕ. Ausência de artigo definido diante de antropônimo 1. Presença de artigo definido diante de antropônimo

Quadro 7: A variável dependente ou fenômeno variável

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	
Grupos	**Fatores**
1. Forma como o antropônimo aparece	A. antropônimo representado pelo prenome P. antropônimo representado pelo apelido Q. antropônimo precedido de qualificativo E. antropônimo mais determinante (s) explicativo (s)
2. Circunstância em que o antropônimo é citado	1. citado pela primeira vez 2. citado previamente
3. Estrutura do SN	N. antropônimo integra um SN simples Q. antropônimo integra um SN seguido de SP P. antropônimo integra um SP com prep. explícita X. antropônimo integra um SP com prep. Implícita
4. Item de uma enumeração	N. antropônimo é item de uma enumeração E. antropônimo não é item de uma enumeração
5. Função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo	1. sujeito 2. predicativo 3. objeto direto 4. objeto indireto 5. adjunto adverbial 6. aposto 7. adjunto adnominal/ complemento nominal 8. tópico
6. Gênero	M. masculino F. feminino
7. Grau de intimidade do entrevistado com o referente	P. pessoa mais próxima D. pessoa mais distante F. figura pública
8. Convívio diário com pessoas de Barra Longa	S. mora/ trabalha com pessoas de Barra Longa N. não mora/ não trabalha com pessoas de Barra Longa
9. Grau de contato com a cidade de Barra Longa	C. contato freqüente (10 a 12 vezes por ano) I. contato não freqüente (4 a 6 vezes por ano)
10. Tempo de residência em Belo Horizonte	_ . menos tempo (2 a 5 anos) + . mais tempo (6 a 10 anos)

Quadro 8: As variáveis independentes ou grupos de fatores

Vale ressaltar, entretanto, que nem todas as estruturas envolvendo antropônimos foram consideradas, pelo contrário, alguns casos foram desconsiderados como, por exemplo, os usos não referenciais dos antropônimos em que a ausência do artigo ocorre de forma categórica.

Foram considerados apenas os antropônimos que integram SN's referenciais, isto é, antropônimos usados pelo falante com a finalidade de se referir a determinada pessoa. A noção de SN referencial adotada aqui é a de Du Bois (1980) Assis (2005), para quem um SN só pode ser considerado referencial quando é suficientemente relevante a ponto de permitir a abertura de arquivos mentais, os quais, por sua vez, possam garantir, desde que necessário, a identificabilidade de menções subseqüentes a ele relacionado.

Assim, além dos usos não referenciais do antropônimo, nas próximas seções, são enumerados os casos desconsiderados na análise quantitativa.

3.7.1 Usos não referenciais do antropônimo

Como já foi dito no capítulo 1, além da função referencial, os antropônimos também podem ser usados com função vocativa e para fins de nominação didática (Lyons, 1977: 178). Nesses casos, consideramos que não há variação em relação ao uso do artigo, pois a ausência desse determinante parece ser sempre categórica.

Em relação à função vocativa, os antropônimos são usados para atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada ou da pessoa com quem se fala. Callou e Silva (1997) e Callou (2000) controlaram os antropônimos com função vocativa, mas verificaram que nessa função a ausência de artigo é categórica, corroborando as nossas expectativas. Em nossos dados, as ocorrências de vocativos foram raras sendo encontradas preferencialmente em duas situações: quando o informante chamava a atenção do pesquisador, chamando-o pelo nome e quando o informante reproduzia sua própria fala ou a fala de outra pessoa através do discurso direto, como ilustra o exemplo (37):

(37) ...eu num sabia frita pexe:: aí eu falei "ô :: eu vô liga pra mãe" (INF.09)

No que diz respeito aos antropônimos usados com fins de nominação didática, isto é, usados para dizer a alguém, formal ou informalmente, que um nome particular está associado a uma pessoa, objeto ou lugar determinado por uma convenção já existente, observamos

também que o artigo nunca é usado. Assim, foram descartadas todas as ocorrências desse tipo, das quais são exemplos (38) e (39):

(38) Meu pai chama ... minh'mãe chama e... a minha irmã chama e a otra chama (INF.03)
(39): ...num sei se era que ele chamava... (INF.12)

3.7.2 Topônimos

Apesar de serem usados com função referencial, os antropônimos que se referem a topônimos, isto é, nomes de lugares, conforme ilustram as ocorrências (40) e (41), foram descartados da análise quantitativa:

(40) Lá no/ a gente se encontra:: aquele galerão de Barra Longa... umas vinte pessoas:: trinta pessoas (INF.01)
(41) O Glória tá lá perto (INF.10)

Nos dois casos, não temos propriamente antropônimos, pois a referência não é feita a pessoas e sim a dois bairros da cidade de Belo Horizonte. Embora haja variação em relação ao uso de artigo definido diante de topônimos, tratar desse assunto não constitui o objetivo de nossa pesquisa.

3.7.3 Usos metonímicos

As ocorrências a seguir ilustram casos em que o antropônimo também não foi usado com referência a uma determinada pessoa, vejamos:

(42) ...pai só escuta :: né... (INF.11)
(43) Mais assim autor qu'eu gosto assim... foi por acaso mesmo:: de caí no vestibular e qu'eu comecei a ler e adorei foi (INF.12)

Na primeira ocorrência, a referência é feita à música do cantor Roberto Carlos e não especificamente a ele, assim, como na segunda, a informante se refere às obras e não ao autor. Temos aí, usos metonímicos, ou seja, o antropônimo foi usado para designar algo com o qual mantém uma relação de posse ou proximidade. Em nossos dados, todas as ocorrências desse tipo apareceram sem artigo, o que permite dizer que nesses casos, parece não haver variação do uso do artigo.

Em relação aos usos metonímicos, acrescentamos que também foram desconsideradas da análise quantitativa, as estruturas em os antropônimos se referem a uma dupla conhecida nacionalmente e não a uma única pessoa, como o exemplo a seguir:

(44) Forró... eu num danço nÃo:: mais pagode assim eu gosto de Raça Negra... Exalta Samba... gosto do... eh... Rio Negro e Solimões sertanejo... ChitÃozinho e Xororó igual tem essas duplas nova aí César Menotti e Fabiano... Edson e Hdson... Bruno e Marroni... a gente curte essas músicas intendeu? (INF.09)

3.7.4 Antropônimos precedidos por demonstrativos

No capítulo 1, vimos que, em língua portuguesa, o artigo provém do sistema demonstrativo latino e que, em decorrência disso, artigo definido e pronomes demonstrativos partilham das mesmas propriedades dêiticas, o que significa que diante de um substantivo, o uso de um exclui o outro, como ilustram as ocorrências (45) e (46):

(45) ... é esse Fábio aí qu'eu tava falano:: que faz o curso lá... (INF.09)

(46) Inf: o Murilo Benício tamém é um cara que...
Pesq.: E Murilo Benício é...
Inf: da novela (INF.01)

Como se percebe, em todos as ocorrências a ausência do artigo é categórica, o que justifica a exclusão dos dados em que os antropônimos são precedidos por demonstrativo.

3.7.5 Outros casos

Além dos casos citados anteriormente, há ainda algumas estruturas envolvendo antropônimos que foram excluídas da análise quantitativa e serão enumeradas a seguir:

i) estruturas em que os antropônimos são precedidos das expressões ‘um tal de’ e ‘o(a) próprio(a)’, como mostram os exemplos (47) e (48):

(47) ...a gente conheceu um cara... e ele tá na peça de teatro (INF.01)

(48) ... :: a gente lembra demais (INF.07)

ii) estruturas como (49), em que os antropônimos foram usados no plural com referências a nomes de família:

(49) É Márcia e o pessoal ... (INF.03)

iii) estruturas em que os antropônimos são precedidos de determinantes que indicam título ou profissão e em que a presença de artigo se realizou categoricamente como em (50) e (51):

(50) ... quando teve aqui em BH:: foi ele que foi tradutor (INF.11)

(51) ... sei o que todo mundo sabe:: né... desceu fundô as suas fazendas e tudo mais... perto de Mariana e Oro Preto (INF.11)

iv) estruturas em que os antropônimos são iniciados por vogais homófonas aos artigos, como ilustram os exemplos (52), (53) e (54), já que nesses casos nem sempre é possível identificar a ocorrência do artigo devido à possibilidade de ocorrer crase entre os dois vocálicos:

(52) ... eu já coroei com .. (INF.10)

(53) agora tá terminano a faculdade de Direito...(INF.15)

(54) ... o falava tamém na música... (INF.11)

De posse das informações acerca dos pressupostos teóricos que norteiam a presente pesquisa e dos procedimentos metodológicos adotados, passemos ao próximo capítulo, onde será apresentada a análise dos dados.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Considerações iniciais

Este trabalho analisa a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro, focalizando a fala dos jovens da comunidade mineira de Barra Longa que residem em Belo Horizonte. De acordo com estudos anteriores, as duas cidades mineiras, apesar de não muito distanciadas uma da outra, apresentam um comportamento diferenciado em relação a essa variação. Em Belo Horizonte, de acordo com Moisés (1995), prevalece a presença do artigo; em Barra Longa, ao contrário, de acordo com Mendes (2000), predomina a ausência do artigo.

Como já foi explicado na seção 3.4.1, embora acreditássemos, com base em Mendes (2000) e observações não sistemáticas, que predominasse a ausência de artigo na fala dos jovens de Barra Longa, não havia até o momento um estudo sistemático que comprovasse tais expectativas. Dessa forma, além do constituído por jovens que residem em Belo Horizonte, foi montado um outro com dados de fala de jovens que permanecem em Barra Longa. Veremos, mais adiante, que os resultados desse grupo comprovam nossas expectativas, ou seja, a ausência de artigo definido diante de antropônimos, estrutura que, segundo Mendes (2000), ilustra um caso de retenção lingüística na comunidade de Barra Longa presente na fala de pessoas com mais de setenta anos, está presente também na fala dos jovens. Tal constatação já havia sido observada, de forma não sistemática, pela autora invocada:

> "Embora apenas tenham sido utilizados dados fornecidos por informantes idosos, o que pode, em princípio, induzir o leitor a acreditar que este tipo de estrutura pertence apenas ao sistema lingüístico das pessoas mais velhas, vale frisar que tal fato não ocorre. Em uma das várias vezes em que visitei a cidade, participei de festas locais e, dentre elas, a da 'Semana Santa'. Durante esta festa, pude observar falantes de diversas faixas etárias, inclusive de crianças, utilizando-se do artigo zero antes de NPr." (Mendes, 2000: 149)[22]

Os dados analisados neste capítulo provêm, então, de dois . O primeiro, denominado **grupo de Belo Horizonte**, é constituído de dezesseis informantes da cidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte; o segundo, por sua vez, denominado **grupo de controle**, é constituído de quatro jovens que permanecem em Barra Longa.

Vale lembrar que o foco de nossa atenção é o grupo que reside em Belo Horizonte e que, em virtude disso, a apresentação da análise dos dados se orienta pelos resultados desse grupo. Ressaltamos, no entanto, que, sempre que se fizer necessário, os resultados do grupo de controle serão mencionados para justificar a análise comparativa entre o padrão de variação das duas localidades no que concerne à variação sintática ausência/presença do artigo diante de antropônimos.

Desse modo, este capítulo se divide em sete seções. Na presente seção, foram fornecidas ao leitor informações sobre a constituição dos que integram a pesquisa. Na próxima seção, são apresentados os resultados gerais obtidos com a utilização do Programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL 2001. As seções 4.3, 4.4 e 4.5 demonstram como se dá a atuação dos fatores lingüísticos e extralingüísticos considerados estatisticamente relevantes em relação ao fenômeno estudado. Aos fatores desconsiderados na análise quantitativa é reservada a seção 4.6. E, finalmente, na última seção, são apresentadas as conclusões do capítulo.

---

[22] Acrescentamos ainda a essa observação o fato de a autora deste estudo ser moradora da comunidade de Barra Longa e ser consciente desse fato.

4.2 Sobre a interpretação dos dados

Como já dissemos na seção anterior, embora o comportamento lingüístico dos jovens que permanecem em Barra Longa tenha sido observado, a apresentação da análise se orienta pelos resultados obtidos a partir dos dados de fala dos jovens que residem em Belo Horizonte, foco de nossa atenção.

Com base no que diz a literatura variacionista quanto ao processo de aquisição da linguagem, espera-se que esses jovens preservem a variante de Barra Longa. Mas, tendo-se observado que a manutenção da estrutura preferida na comunidade de origem submete-se a um processo de variação na fala dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte, pretendemos investigar os fatores que intervêm nesse processo de variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Partimos, então, da hipótese de que o processo da manutenção da ausência de artigo definido na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte é variável e de que essa variação está relacionada ao tempo de residência em Belo Horizonte e ao grau de contato que esses jovens mantêm com a cidade de Barra Longa.

Apresentamos, a seguir, a distribuição das variantes e as variáveis independentes consideradas estatisticamente relevantes em relação ao fenômeno.

Nas dezesseis entrevistas, realizadas com os jovens que residem em Belo Horizonte, foram encontrados 1163 SN's com antropônimos, e nas quatro entrevistas, realizadas com jovens que permanecem em Barra Longa, foram encontrados 340 SN's com antropônimos. Esses dados foram submetidos, separadamente, a uma análise quantitativa realizada com a utilização do programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL 2001.

Em relação ao grupo de controle, dos 340 dados obtidos, 95% (322) são de ausência do artigo e apenas 5% (18), de presença. Esses resultados vão ao encontro dos trabalhos anteriores – Mendes (2000) e Alves (2007) –, corroborando os indícios de que, em Barra Longa, prevalece a ausência de artigo definido diante de antropônimos não só na fala dos idosos, como demonstrado em Mendes (2000), mas também na fala dos jovens.

O comportamento lingüístico dos dezesseis informantes que residem em Belo Horizonte pode ser observado através do gráfico 3, a seguir:

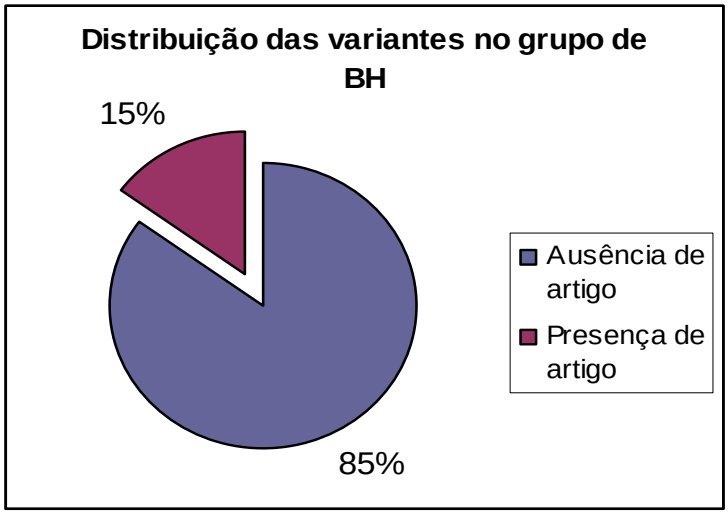

Gráfico 3: Distribuição das variantes no grupo de Belo Horizonte

De acordo com as informações contidas no gráfico 3, a ausência do artigo diante de antropônimos corresponde a 85% (993) dos dados e a presença corresponde a 15% (170). Esses resultados indicam que a estrutura preferida pelo grupo é a variante de Barra Longa e não a de Belo Horizonte. Isso significa que os jovens que residem em Belo Horizonte estão preservando o padrão de sua comunidade de origem, o que corrobora resultados de outros estudos de cunho variacionista.

A despeito dessa constatação, o nosso interesse em investigar o comportamento desse grupo persiste porque, como já pontuamos, esse processo de manutenção não ocorre aleatoriamente. A manutenção da estrutura de Barra Longa na fala desses jovens ocorre de forma variável, sendo condicionada por fatores lingüísticos e, sobretudo, extralingüísticos, como será mostrado mais adiante.

Concentrando nossa atenção, a partir de agora, apenas nas ocorrências em que o artigo foi usado, percebemos que a diferença entre os percentuais desse grupo (15%), em relação ao grupo de controle (5%), sinaliza um ligeiro aumento da preferência por essa variante na fala dos jovens que estão em Belo Horizonte. O próximo passo da análise investiga como esses 15% de presença de artigo, 170 ocorrências, distribuem-se em função dos grupos de fatores considerados.

Foram controlados 10 grupos de fatores, conforme se disse em 3.3: cinco de natureza lingüística – forma como aparece o antropônimo, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do SN, item de uma enumeração e função sintática – e cinco de natureza extralingüística – grau de intimidade do entrevistado com o referente, gênero, convívio diário

com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de origem e tempo de residência em Belo Horizonte.[23] Dentre esses grupos de fatores foram selecionados pelo Programa apenas cinco, quatro extralingüísticos e um lingüístico, na seguinte ordem de importância: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade do entrevistado com o referente, pertinência a redes ligadas a Barra Longa, função sintática e gênero. A tabela 2 apresenta o número de ocorrências, o percentual e o peso relativo (doravante PR) associado a cada um dos fatores selecionados.

Tabela 2: A presença de artigo definido diante de antropônimo no grupo de Belo Horizonte

Grupo	**Fatores**	**Ocorrências de artigo definido**	**%**	**PR**
1. Grau de contato com a cidade de Barra Longa	C. contato freqüente I. contato não freqüente	42/674 128/489	6 26	0.31 0.75
2. Grau de intimidade do entrevistado com o referente	P. mais próximo D. mais distante F. figura pública	81/785 46/291 43/87	10 15 49	0.44 0.52 0.87
3. Convívio diário com pessoas de Barra Longa	S. mora/trabalha com pessoas de Barra Longa N. não mora/não trabalha com pessoas de Barra Longa	51/584 119/579	9 21	0.34 0.66
4. Função sintática	1. sujeito 2. predicativo 3. objeto direto 4. objeto indireto 5. adjunto adverbial 6. aposto 7. complemento e adjunto nominal 8. tópico	44/423 31/247 51/133 14/49 2/23 13/72 14/195 1/21	10 12 38 28 9 18 7 4	0.48 0.44 0.77 0.63 0.50 0.61 0.34 0.52
5. Gênero	M. masculino F. feminino	105/624 65/518	17 13	0.57 0.42
Total		170/1163	15	

[23] Para os dois foram controlados os mesmos grupos de fatores lingüísticos, no entanto, no que se refere aos fatores extralingüísticos, para o grupo de controle foram controlados apenas gênero e grau de intimidade, visto que os outros fatores não se aplicam a esse grupo.

As informações contidas na tabela 2 apontam os fatores extralingüísticos como os principais responsáveis pelo ligeiro aumento de uso do artigo na fala do grupo sob análise. Destaque especial merece o grau de intimidade entre o entrevistado e o referente em que o fator é o que mais favorece o uso do artigo tanto na fala desse grupo quanto na fala do grupo de controle, como será mostrado na seção 4.4.2. Antes, serão comentados, na próxima seção, os resultados relativos ao grupo de fatores , única variável lingüística selecionada pelo Programa.

4.3 Atuação dos fatores lingüísticos

Como já foi demonstrado na seção anterior, a função sintática foi o único grupo de fatores de natureza lingüística considerado estatisticamente relevante para a análise da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte, o que, mais uma vez, evidencia a correlação desse fenômeno com variáveis extralingüísticas.

Apresentamos, a seguir, a distribuição dos usos do artigo de acordo com a função sintática do SN em que se encontra o antropônimo.

4.3.1 Função sintática

Considerando os estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002) e Alencar (2006), esse grupo de fatores foi controlado em nossa análise com o intuito de verificar se a função sintática do SN em que se encontra o antropônimo é relevante em relação ao uso do artigo na comunidade analisada.

Além das funções sintáticas consideradas tradicionalmente, controlamos também os SN's que se encontram em posição de tópico, de acordo com Pontes (1987). Vale lembrar também que as funções de adjunto adnominal e complemento nominal foram agrupadas, pois nem sempre há um consenso entre os gramáticos tradicionais quanto à distinção entre essas duas funções.

A distribuição do artigo nos dados de acordo com a função sintática, quinto grupo de fator selecionado pelo Programa em ordem de significância, pode ser visualizada na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3: A presença de artigo definido de acordo com a função sintática

Função sintática	**Ocorrências**	**%**	**PR**
1. sujeito	44/423	10	0.48
2. predicativo	31/247	12	0.44
3. objeto direto	51/133	38	0.77
4. objeto indireto	14/49	28	0.63
5. adjunto adverbial	2/23	9	0.50
6. aposto	13/72	18	0.61
7. complemento e adjunto nominal	15/195	7	0.34
8. tópico	1/21	4	0.52
Total	170/1163	15	

Os números da tabela apontam que:

a) A presença de artigo tende a ser favorecida quando os antropônimos integram SN's que desempenham função de objeto direto (0.77) e objeto indireto (0.63), conforme se ilustra em (55) e (56), respectivamente.

(55) Ah... eu sou louca:: pra trazê aqui (INF.04)
(56) ...eu ´tava comentando outro dia... (INF.12)

b) Quando o antropônimo se encontra em SN's com função de aposto, como em (57) e (58), presença do artigo é favorecida com o peso relativo de 0.61.

(57) Ela já tem um [filho] ... né? um menino... (INF.15)
(58) Meu primo:: estudou comigo e continua lá... (INF.01)

c) Quando o antropônimo se encontra em função de tópico, o artigo tende a ser ligeiramente favorecido com o peso relativo de 0.52, como ilustra o exemplo (59). Antropônimos que integram SN's que desempenham função de sujeito, por outro lado,

como em (60) e (61), tendem a desfavorecer ligeiramente o uso do artigo com o peso relativo de 0.48.

(59) ... era de madrugada:: mais ou menos quatro horas da manhã... aí ela tava correno... (INF.04)

(60) ... aí queria comê peixe... (INF.09)

(61) tinha um coração bom... (INF.01)

d) As funções sintáticas de predicativo e adjunto adnominal/complemento nominal tendem a desfavorecer a presença do artigo diante de antropônimo com os pesos relativos de 0.44 e 0.34, respectivamente, como ilustram os exemplos (62), (63) e (64).

(62) ...tem a/uma vizinha qu'eu adoro também... eu trato ela como mãe:: que é (INF.03)

(63) Eu trabalho com/com o irmão (INF.15)

(64) ...é qu'eu conheci por intermédio (INF.12)

O gráfico 4, a seguir, apresenta esses resultados em pesos relativos:

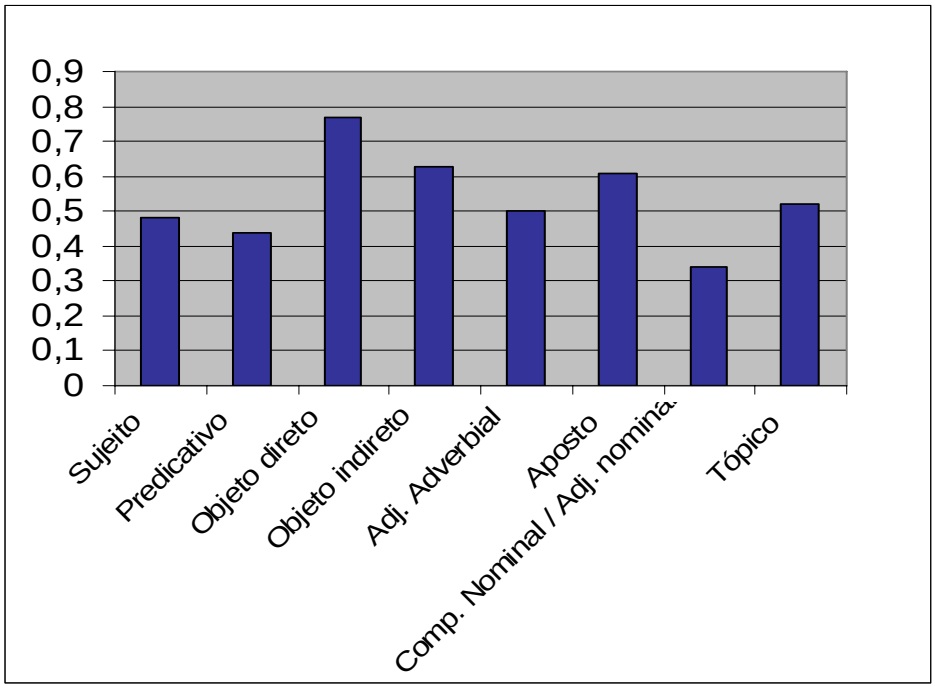

Gráfico 4: A presença do artigo de acordo com a função sintática

Segundo Alencar (2006), a função sintática desempenhada pelo SN tem mostrado forte atuação para a ocorrência do artigo definido. Em sua análise, a autora verifica que as funções regidas de preposição são as mais favoráveis ao uso do artigo definido diante de antropônimos tanto na fala infantil – estudo longitudinal – quanto na fala dos adultos. Assim, em seu trabalho foram agrupados os SN's com função de objeto indireto, adjunto adverbial, complemento nominal e adjunto adnominal devido à regularidade dos dados.

Neste estudo, ao contrário, percebemos, como se vê nos resultados apresentados na tabela 3, que nem sempre as funções preposicionadas tendem a favorecer a presença do artigo, o que justifica o não agrupamento das funções regidas de preposição. Em outras palavras, podemos dizer que os resultados apresentados comprovam o fato de não haver interferência da presença da preposição no grupo de fatores função sintática, como já demonstrou Callou e Silva (1997).

Outro fato que serve para demonstrar a interdependência entre a presença de preposição e função sintática desempenhada pelo SN é o fato de que, em nossos dados, as funções que mais favorecem a presença de artigos são as funções de objeto direto e objeto indireto, esta obrigatoriamente regida de preposição e aquela, ao contrário, sempre desacompanhada da preposição.

O que se percebe, a despeito da presença da preposição, é que a presença de artigo diante de antropônimo, na comunidade analisada, tende a ser favorecida quando o antropônimo integra um SN que está à direita do verbo (argumento interno do verbo), o que corrobora os resultados de Alencar (2006). Em sua análise, a autora verifica que, além das funções preposicionadas, a função de objeto direto também se destaca com taxas elevadas para a ocorrência de artigo.

Por outro lado, os estudos de Moisés (1995) e Callou e Silva (1997) apresentam resultados contrários. Moisés, em suas conclusões, afirma que "há uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo, mais nitidamente flagrada quando esse ocorre à esquerda do verbo, ou seja, o antropônimo que exerce a função sintática de sujeito ou de tópico de sentença tende a receber o artigo definido" (Moisés, 1995: 144). Callou e Silva, por sua vez, verificam que o uso do artigo tende ser favorecido quando o antropônimo se encontra em SN com função de sujeito (0.61) e em construções de tópico (0.95).

Ainda em relação aos resultados apresentados por Callou e Silva, verificamos outro resultado divergente quanto à função sintática. Enquanto, nesta pesquisa, a função sintática de aposto é apontada como uma das mais favorecedoras da presença do artigo (0.61), naquela, é a que mais desfavorece (0.12). Alencar (2006), em sua análise, não controlou essa função

sintática. Entretanto, na seção de seu trabalho destinada ao grupo de fatores ‘especificidade do referente’ são feitas considerações que envolvem a função de aposto, corroborando os resultados de Callou e Silva:

> (...) a variável especifidade, pelo menos em termos da oposição unitário/não unitário, é irrelevante para a variação no uso do artigo diante de N próprio na fala dos adultos, confirmando resultados obtidos no estudo de comunidade de fala. Assim, no seu estudo, Callou e Oliveira e Silva (1997: 17), ao pesquisarem o uso do artigo em contextos variáveis (diante de possessivo e frente a nome próprio), salientam que a função de aposto inibe o artigo “em virtude do caráter de hiper-especificidade” dessa função. De forma semelhante, Callou (2000: 26) apenas menciona que tal variável semântica pode ser responsável pela atuação de fatores sintáticos (...) (Alencar, 2006: 131-132)

Em nossa análise, ao contrário do que dizem as autoras, observa-se que a necessidade de especificar o referente, faz com que o falante empregue mais o artigo diante de antropônimos que se encontram em SN’s que desempenham a função de aposto.

Como se viu, o único grupo de fatores lingüísticos que favorece o uso do artigo no contexto analisado para o grupo sob análise foi a função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo, com resultados distintos, muitas vezes, dos estudos anteriores que controlaram esse fator. Nesse caso, acreditamos na hipótese de que o fato de não ter uma explicação plausível para essas divergências poderia ser reflexo da atuação de fatores não lingüísticos. Pensando nessa possibilidade, na seção 4.5, faz-se o cruzamento desse grupo de fatores com os fatores extralingüísticos que se destacaram como relevantes na análise do fenômeno estudado.

4.4 Atuação dos fatores extralingüísticos

Dos cinco grupos de fatores extralingüísticos considerados, apenas um foi descartado pelo Programa: o tempo de residência em Belo Horizonte. Desse modo, são apresentados, nas seções subseqüentes, os resultados dos grupos de fatores gênero, grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, convívio diário com pessoas de Barra Longa e grau de contato com a cidade de Barra Longa.

Na primeira subseção, são apresentados os resultados relativos ao grupo de fatores gênero. Na segunda, apresentamos e discutimos a influência do fator grau de intimidade entre

o entrevistado e o referente na variação do uso do artigo definido diante de antropônimos para a comunidade analisada. Na última subseção, 4.4.3, tratamos dos dois grupos de fatores relacionados diretamente às redes sociais dos informantes que integram a amostra selecionados pelo Programa.

Embora o grupo de fatores grau de intimidade também esteja relacionado às redes sociais dos informantes, esse grupo de fatores não foi tratado como uma subdivisão da variável redes. Decidiu-se tratá-lo separadamente, já que esse fator é apontado pelas gramáticas tradicionais como a principal explicação para o uso do artigo definido diante de antropônimos e, por esse motivo, vários estudos que tratam especificamente desse assunto – Amaral (2003), Callou e Silva (1997), Callou (2000) – controlaram a atuação dessa variável.

4.4.1 Gênero

Segundo Chambers (1995: 102), em todos os estudos sociolingüísticos que incluem uma amostra de homens e mulheres, há evidências de que as mulheres tendem a usar menos do que os homens do mesmo grupo social as variantes consideradas estigmatizadas, não-padrão ou conservadoras. Embora o fenômeno aqui estudado não apresente uma variante estigmatizada socialmente, partimos da hipótese de que, em relação aos homens, as mulheres tendem a usar mais a variante de Belo Horizonte – presença de artigo –, considerada, para os jovens que aí chegam vindos do interior, como inovadora porque está associada ao prestígio inerente à cidade que é a capital. Além disso, diversos trabalhos mostraram que essa variante é considerada inovadora na língua portuguesa, porque no latim não existia artigos. Partindo desse pressuposto, a variável gênero do falante foi levada em conta na análise dos dados. A

Os resultados revelam que tanto os homens quanto as mulheres tendem a não usar o artigo, preservando assim o padrão da comunidade de origem. No entanto, a presença do artigo é favorecida na fala dos homens, como mostraram os percentuais e os pesos relativos. Tais resultados contrariam a hipótese de que as mulheres seriam mais sensíveis à variante inovadora do que os homens. Desse modo, podemos afirmar, por ora, que a presença do artigo tende a ser mais saliente na fala dos homens que residem em Belo Horizonte do que na fala das mulheres. Entretanto, na próxima etapa da análise, tentaremos mostrar que esses resultados podem ser reflexos da atuação de outros grupos de fatores.

4.4.2 Grau de intimidade entre o entrevistado e o referente

Os resultados relativos aos fatores desse grupo indicam que o uso do artigo é desfavorecido quando o entrevistado se refere a pessoas mais próximas (0.44); ligeiramente favorecido quando se refere a pessoas mais distantes (0.52), e altamente favorecido quando se refere a figuras públicas (0.87), como pode ser visto na tabela 5:

Tabela 5: A presença de artigo definido de acordo com o grau de intimidade no grupo de Belo Horizonte

Grau de intimidade do entrevistado com o referente	**Ocorrências de artigo definido**	**%**	**PR**
P. mais próximo	81/785	10	0.44
D. mais distante	46/291	15	0.52
F. figura pública	43/87	49	0.87
Total	170/1163	15	

Tais resultados permitem afirmar que existe uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e os diferentes graus de intimidade: quanto menor o grau de intimidade do entrevistado com o referente, maior o índice de ocorrência do artigo no contexto aqui analisado. Essa relação pode ser expressa da seguinte forma:

Grau de intimidade = [P > D > F]

Presença do artigo { % = [10 < 15 < 49]
PR = [0.42 < 0.52 < 0.87] }

Levando em conta os resultados gerais, podemos afirmar que a variante preferida pelo grupo sob análise – ausência de artigo (85%) – é a variante favorecida quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes, o que também ocorre no grupo de controle, em que o único grupo de fatores selecionado pelo Programa foi o grau de intimidade do entrevistado com o referente. Assim, a mesma relação observada no grupo de Belo Horizonte entre o uso do artigo e o grau de intimidade também pode ser observada nos dados do grupo de controle, conforme a tabela 6, a seguir:

Tabela 6: A presença de artigo definido de acordo com o grau de intimidade no grupo de controle

Grau de intimidade do entrevistado com o referente	**Ocorrências de artigo definido**	**%**	**PR**
P. mais próximo	3/230	1	0.35
D. mais distante	3/79	4	0.62
F. figura pública	12/31	38	0.96
Total	18/340	5	

Os resultados da Tabela 6 revelam que, no que tange à análise do grau de intimidade, o comportamento lingüístico dos jovens que residem em Belo Horizonte, em relação à variação aqui analisada, é semelhante ao comportamento lingüístico daqueles que permanecem em Barra Longa, pois na fala desses últimos também é observada uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade do entrevistado com o referente:

Grau de intimidade = [P > D > F]

Presença do artigo { % = [1 < 4 < 38]
PR = [0.35 < 0.62 < 0.96] }

Em Alves (2007), ao observar o comportamento de quatro jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte, verificamos a mesma relação de proporcionalidade (P > D> F = 20% < 27% < 38%), o que, mais uma vez, evidencia a correlação existente entre a variável e o grau de intimidade. Observa-se, então, que a variante preferida tende a ser usada quando o antropônimo se refere à pessoas mais próximas do informante.

Amaral (2003; 2007) também observou essa correlação entre o grau de intimidade e o fenômeno estudado. Ao analisar os dados de Campanha e Minas Novas, cidades mineiras, o autor verifica a seguinte situação: "a variante predominante nas duas localidades é a mesma utilizada para o convívio social dos moradores. A outra é utilizada para pessoas famosas nacionalmente" (Amaral, 2007: 125). Resultados como esses, segundo o autor, indicam que o uso das variantes é uma marca de identificação do tipo de contato que se tem com a pessoa à qual se referem os entrevistados.

Com base nessa afirmação, consideramos pertinente ressaltar que o comportamento do grupo sob análise parece começar a se distanciar do padrão exibido pelo grupo de controle quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes. O gráfico 5, a seguir, evidencia essa variação de comportamento através dos pesos relativos associados a cada grau de intimidade considerado, conforme os resultados apresentamos nas tabelas 5 e 6.

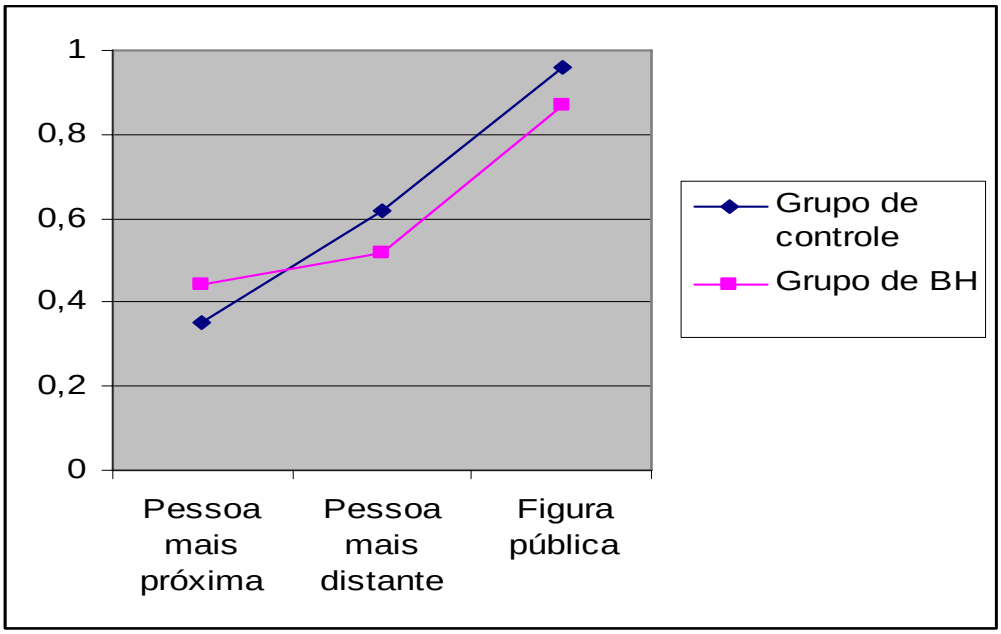

Gráfico 5: A presença do artigo em função do grau de intimidade nos dois

Apesar de haver nos dois uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade, como foi demonstrado anteriormente, observa-se que, em relação ao grupo de controle, a presença de artigo na fala do grupo de Belo Horizonte começa a ser favorecida quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes. Essa constatação fornece indícios de que, ao começar a se aproximar do padrão de Belo Horizonte, este parece ser o contexto em que a diferença entre dois grupos se torna mais expressiva. Em outras palavras, a marca de identificação do tipo de contato que se tem com as pessoas às quais se referem os informantes, fornece-nos indícios de que há variação no comportamento desses jovens em relação ao fenômeno abordado.

A despeito dessa constatação, como já foi demonstrado, a referência a pessoas consideradas figuras públicas é o contexto que mais favorece a presença de artigo definido diante de antropônimos tanto na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte quanto na fala daqueles que permanecem em Barra Longa, o que poderia induzir o leitor a pensar que a exclusão desse fator acentuaria ainda mais o índice de ausência de artigo nos dois . Na seção 4.5, em que uma nova rodada dos dados pelo Programa é feita, retomaremos os resultados gerais com a exclusão do fator figura pública, a fim de verificar se os condicionamentos observados nessa primeira fase da análise podem ser explicados à luz desse fator. Antes, porém, são apresentados os resultados dos grupos de fatores selecionados a partir da análise das redes sociais dos informantes.

4.4.3 Redes sociais

Dentre os fatores controlados a partir da análise das redes sociais dos informantes, foram selecionados como estatisticamente relevante, nessa primeira rodada, o convívio diário com pessoas de Barra Longa e o grau de contato com a cidade de origem cujos resultados serão apresentados, a seguir.

4.4.3.1 O convívio diário com pessoas de Barra Longa

Esse grupo de fatores foi controlado com o intuito de se verificar o quanto o convívio diário com pessoas de Barra Longa é relevante para o comportamento lingüístico dos jovens que residem em Belo Horizonte. Assim, os informantes que integram a amostra foram divididos em dois grupos: aqueles que moram ou trabalham com pessoas de Barra Longa e aqueles que, ao contrário, não moram ou não trabalham com pessoas de Barra Longa. A tabela 7, a seguir, apresenta a distribuição da presença do artigo em função desse grupo de fatores.

Tabela 7: A presença do artigo definido de acordo com o convívio diário com pessoas de Barra Longa

Convívio diário com pessoas de Barra Longa	**Ocorrências**	**%**	**PR**
S. mora/trabalha com pessoas de Barra Longa	51/584	9	0.34
N. não mora/não trabalha com pessoas de Barra Longa	119/579	21	0.66
Total	170/1163	15	

Conforme atestam as informações contidas na tabela 7, manter ou não contato diário, em casa ou no trabalho, com pessoas de Barra Longa é bastante relevante para a escolha de uma das variantes. Apesar de os percentuais não serem elevados e nem muito diferentes, os pesos relativos apontam que, na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte, a presença de artigo diante de antropônimos é favorecida (0.66) quando os informantes não convivem diariamente, em casa ou no trabalho, com pessoas de Barra Longa. O gráfico 6, a seguir, ilustra como se distribuem as variantes em função desse grupo de fator.

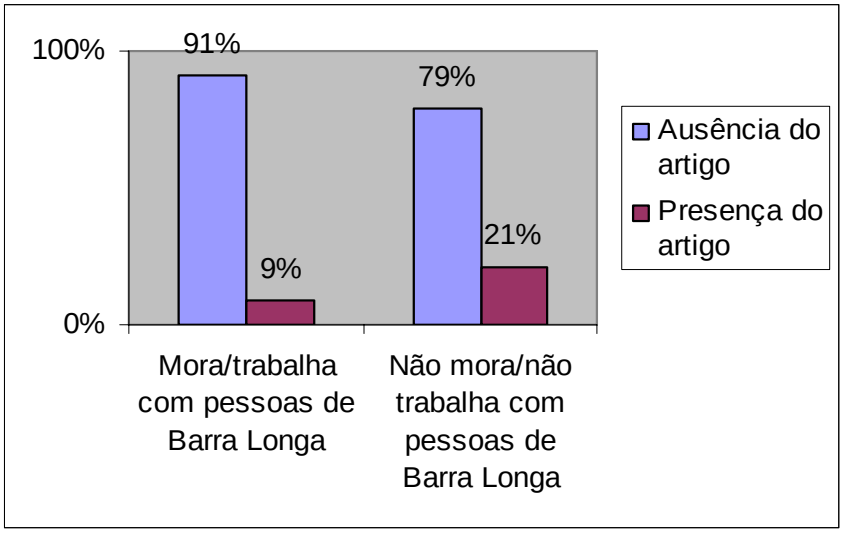

Gráfico 6: O uso do artigo de acordo com o convívio diário com pessoas de Barra Longa

De acordo com as informações apresentadas no gráfico 6, percebemos que o índice de presença do artigo na fala dos jovens que não moram ou não trabalham com pessoas de Barra Longa é mais elevado. A partir desses resultados, observa-se que, na fala do grupo sob análise, a manutenção ou não da estrutura preferida em Barra Longa se orienta pela manutenção do contato diário com pessoas da comunidade.

Conforme Milroy (1980), as redes densas e multipléxicas das comunidades pequenas e tradicionais como é o caso de Barra Longa – onde todos se conhecem – funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada entre os falantes de uma comunidade lingüística. Os resultados apresentados permitem propor que, quando os laços dessas permanecem fortes entre os falantes que migram para outra comunidade, a norma partilhada entre eles, na comunidade de origem, tende a ser mantida, ou seja, percebemos que, quando os jovens que estão em Belo Horizonte continuam mantendo contato com pessoas de Barra Longa diariamente, eles tendem a preservar a variante de sua cidade de origem.

Como se vê, a análise da variável redes parece ser de fundamental importância para a explicação desse fenômeno variável. Na próxima seção, serão apresentadas mais algumas considerações acerca da atuação dessa variável.

4.4.3.2 O grau de contato com a cidade de Barra Longa

Como já foi explicado na seção 3.3.2.3.1, o grau de contato com a cidade de Barra Longa foi medido de acordo com a freqüência com que os informantes vão a Barra Longa durante o ano. Assim, foi considerado **contato freqüente**, quando o informante vai a Barra Longa de dez a doze vezes por ano; e **contato não freqüente**, quando o informante vai de quatro a seis vezes por ano. Dessa forma, dois fatores foram controlados em relação ao uso do artigo, conforme os resultados da Tabela 8, a seguir:

Tabela 8: A presença do artigo de acordo com o grau de contato com a cidade de Barra Longa

Grau de contato com a cidade de Barra Longa	**Ocorrências**	**%**	**PR**
C. contato freqüente	42/674	6	0.31
I. contato não freqüente	128/489	26	0.75
Total	170/1163	15	

Esse grupo de fatores foi controlado para testar a hipótese de que o contato freqüente com a cidade Barra Longa desfavoreceria a presença do artigo, ou seja, a nossa hipótese em relação à atuação desse grupo é a de que quanto maior o número de vezes que o informante vai a sua cidade de origem, maior será a probabilidade de não ocorrer a presença do artigo em sua fala. Os números da tabela 8 confirmam tal hipótese: com um peso relativo de 0.75, o contato não freqüente é o fator que mais favorece a presença do artigo diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte e o contato freqüente, por sua vez, desfavorece o uso do artigo (0.31). De acordo com esses resultados, podemos dizer que a manutenção da estrutura de Barra Longa se relaciona diretamente à manutenção ou não de laços de afetividade dos jovens que residem em Belo Horizonte com as pessoas (familiares, amigos, vizinhos, etc.) que eles deixaram para trás em sua comunidade de origem.

Como se viu, os resultados dessa primeira rodada do Programa apontaram a relevância dos seguintes grupos de fatores, nessa ordem de significância: grau de contato com a cidade de Barra Longa, grau de intimidade entre o entrevistado e referente, convívio diário com pessoas de Barra Longa, função sintática e gênero. Esses primeiros resultados nos levaram a

alguns questionamentos, que determinaram novas rodadas do Programa, a fim de averiguar se os favorecimentos apresentados até aqui persistiriam. Passemos, então, aos questionamentos que surgiram dessa primeira rodada:

a) a explicação para a atuação do grupo de fatores função sintática, com favorecimentos da presença do artigo divergentes de outros trabalhos que levaram em conta esse grupo de fatores pode ser compreendida a partir da atuação de fatores não lingüísticos?

b) levando em conta que a referência a pessoas públicas figura como o fator que mais favorece a presença do artigo nos dois o fato de a presença de artigo ser favorecida na fala dos homens pode ser explicado pela atuação do grupo de fatores grau de intimidade?

c) a exclusão do fator figura pública dos resultados apresentados, na primeira rodada, acentuaria ainda mais o índice de ausência de artigo diante de antropônimos nos dois analisados?

d) no que concerne à análise das redes sociais dos membros da comunidade de fala analisada, o comportamento individual dos informantes estaria interferindo nos resultados gerais?

e) o tempo de residência em Belo Horizonte, único fator extralingüístico descartado pelo Programa, não estaria mesmo atuando na variação do uso do artigo para o grupo sob análise?

Tendo em vista que a reflexão acerca desses questionamentos nos permitirá compreender como se dá a variação o processo de manutenção da estrutura de Barra Longa na fala do grupo sob análise, apresentamos na seção seguinte, a discussão dos resultados apresentados.

4.5 Discussão dos resultados

A seção anterior apresentou os resultados da rodada inicial do Programa, em que se verificou que dos dez grupos de fatores controlados, apenas cinco foram selecionados como estatisticamente relevantes, um de natureza lingüística – função sintática desempenhada pelo SN – quatro de natureza extralingüística – gênero, grau de intimidade entre o informante, convívio diário com pessoas de Barra Longa e grau de contato com a cidade de Barra Longa.

Nesta seção, discutimos esses resultados à luz dos questionamentos levantados, na seção 4.4.2.2, em quatro subseções. Nas duas primeiras, retomamos os resultados para os grupos de fatores função sintática e gênero. Na terceira subseção, faz-se uma nova rodada dos dados, excluindo o fator , nos dois , com o intuito de verificar se os resultados apresentados podem ser explicados a partir da interferência desse fator. Na última subseção, leva-se em conta a atuação do fator indivíduo e, em uma terceira rodada do Programa, a partir da análise da variável redes, observa-se que a atuação do fator tempo de residência em Belo Horizonte pode ser explicado através da observação do comportamento individual dos informantes que integram a amostra.

4.5.1 O cruzamento do fator função sintática com fatores extralingüísticos

Como se viu na seção 4.3.1, a função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo foi o único grupo de fatores de natureza lingüística selecionado como estatisticamente relevante pelo Programa na análise do fenômeno estudado. Observou-se que os resultados apresentados são divergentes em relação aos resultados da maioria dos trabalhos anteriores que levaram em conta a atuação desse grupo de fatores.

Diante dos resultados apresentados na tabela 3, ponderamos que a explicação para a atuação desse grupo de fatores, com favorecimentos da presença do artigo divergentes de outros trabalhos poderia se entendida a partir da atuação de fatores extralingüísticos ou sociais. Desse modo, nesta seção, procedemos ao cruzamento do grupo de fatores função sintática com os dois grupos de fatores que foram selecionados como mais relevantes para a análise da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos: o

grau de contato com a cidade de Barra Longa e o grau de intimidade entre o informante e o referente. Assim, nas tabelas 9 e 10, a seguir, apresentamos os resultados desses cruzamentos.

Tabela 9: O uso do artigo considerando o cruzamento entre a função sintática e o grau de contato com a cidade Barra Longa

Grau de contato ..... Função sintática	Contato Freqüente		Contato não freqüente		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. sujeito	12/279	4	31/143	22	43/422	10
2. predicativo	11/121	9	20/126	16	31/247	13
3. objeto direto	9/57	16	42/76	55	51/133	38
4. objeto indireto	3/31	10	11/18	61	14/49	29
5. adjunto adverbial	0/14	-	2/9	22	2/23	9
6. aposto	3/42	7	10/30	33	13/72	18
7. complemento nominal e adjunto nominal	3/110	3	11/84	13	14/194	7
8. tópico	1/20	5	1/3	33	2/23	9
Total	42/674	6	128/489	26	170/1163	15

Ao observar os resultados apresentados na tabela 9, percebemos que, tanto para os jovens que mantêm contato freqüente com a comunidade de origem como para o grupo dos que não mantêm, o índice de presença de artigo diante de antropônimos é mais elevado, de acordo com os percentuais, nas funções sintáticas mais favorecedoras dessa estrutura, objeto direto (0.77) e objeto indireto (0.63), o que, em principio, justificaria a atuação desse fator no grupo que reside em Belo Horizonte. Entretanto, ressaltamos que para o subgrupo que não mantêm contato freqüente, a associação do uso do artigo a essas funções é ainda mais elevada – superior a 50% – o que nos permite afirmar que os resultados do cruzamento entre esses dois grupos fatores parecem confirmar, parcialmente, nossas expectativas de que a atuação do grupo de fatores função sintática pode ser compreendida a partir da correlação com a atuação de fatores extralingüísticos. Na seção 4.5.4.2, em uma nova rodada do Programa, veremos como a atuação do grupo de fatores grau de contato com a cidade de Barra Longa associada à

análise do comportamento individual dos informantes pode interferir nos resultados gerais apresentados para os outros grupos de fatores considerados.

Passemos, a seguir, ao cruzamento da função sintática com o grau de intimidade entre o entrevistado e o referente.

Tabela 10: O uso do artigo considerando o cruzamento entre a função sintática e o grau de intimidade

Grau de intimidade ..... Função sintática	Pessoa mais próxima		Pessoa mais distante		Figura pública		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. sujeito	20/326	6	16/77	21	7/19	37	43/422	10
2. predicativo	16/175	9	4/51	8	11/21	52	31/247	13
3. objeto direto	25/67	37	16/42	38	10/24	42	51/133	38
4. objeto indireto	2/21	10	3/13	23	9/15	60	14/49	29
5. adjunto adverbial	2/21	10	0/2	-	-	-	2/23	9
6. aposto	7/60	12	4/10	40	2/2	100	13/72	18
7. complemento e adjunto nominal	6/96	6	3/92	3	4/6	67	14/194	7
8. tópico	2/19	11	0/4	-	-	-	2/23	9
Total	80/785	10	46/291	16	43/87	49	170/1163	15

No que concerne aos resultados apresentados na tabela 10, chamamos a atenção do leitor, sobretudo, para a função de objeto direto que é a que mais favorece a presença do artigo nos três graus de intimidade controlados. Se analisarmos essa função separadamente, a nossa hipótese de que a atuação do grupo de fatores função sintática poderia ser explicada pelo favorecimento do fator figura pública não se confirma. Por outro lado, se observamos as outras funções controladas, com exceção das construções de tópicos e dos adjuntos adverbiais, os índices mais elevados de presença de artigo estão diante de antropônimos que se referem a figuras públicas.

Diante desses resultados, verifica-se que a atuação do grupo de fatores grau de intimidade, única variável selecionada pelo Programa para o grupo de controle, parece ser de

grande relevância para a análise do fenômeno estudado. Entretanto, não é suficiente para explicar os resultados relativos à função sintática do SN em que se encontra o antropônimo. Nesse sentido, seria interessante que pesquisas futuras levassem em conta a possível interferência de fatores semântico-discursivos na atuação desse grupo de fatores, o que foge do escopo deste trabalho.

Passamos, a seguir, a verificar se a atuação do fator gênero pode ser explicada a partir do cruzamento com o grupo de fatores grau de intimidade entre o informante e o referente.

4.5.2 A atuação do fator gênero

A partir dos resultados apresentados na seção 4.4.1, verificamos que a presença do artigo é favorecida na fala dos homens que residem em Belo Horizonte, o que não confirma a nossa hipótese de que as mulheres, ao chegar a Belo Horizonte, seriam mais sensíveis do que os homens à variante preferida nessa cidade. Tais resultados nos levaram a ponderar que algum grupo de fatores poderia estar influenciando a atuação desse grupo. Assim, considerando o fato de que a referência à ‘figura pública’ foi o fator que se mostrou estatisticamente mais relevante, em relação ao favorecimento da presença do artigo (0.87), cogitamos que o índice elevado dessa variante na fala dos homens poderia estar refletindo a atuação desse fator, o que justificaria os resultados apresentados na tabela 4.

Na tentativa de verificar a plausibilidade dessa hipótese, procedemos ao cruzamento dos grupos de fatores e o que se justifica também pelo fato de que vários estudos – Silva (1996), Callou e Silva (1987), Callou (2000) Amaral (2003), e Alves (2007) – têm demonstrado a relevância desse grupo de fatores para o fenômeno aqui estudado. Os resultados obtidos do cruzamento entre esses dois grupos de fatores podem ser vistos na tabela 11, a seguir:

Tabela 11: A presença do artigo considerando o cruzamento entre o gênero e o grau de intimidade

Gênero ..... Grau de intimidade	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pessoa mais próxima	52/401	13	29/365	8	81/785	10
Pessoa mais distante	21/144	13	25/124	20	46/291	15
Figura pública	32/58	55	11/29	38	43/87	49
Total	105/625	17	65/518	15	170/1163	

Ao contrário do que esperávamos, as informações contidas na tabela revelam que, independentemente do grau de intimidade, as mulheres usaram menos o artigo do que os homens e que, guardadas as proporções, o número de referência a figuras públicas presente na fala dos homens não é relevante para explicar esse fato. No entanto, observamos que a relação inversamente proporcional entre o grau de intimidade e a presença do artigo diante de antropônimos demonstrada na seção 4.4.2 tende a ser mantida na fala das mulheres:

Grau de intimidade = [P > D > F]

Presença do artigo = [8% < 20% < 38%]

Já no que se refere à fala dos homens, observamos um comportamento diferenciado, conforme é representado, a seguir:

Grau de intimidade = [P > D > F]

Presença do artigo = [13% = 13% < 55%]

Apesar de constatar que tanto os homens quanto as mulheres acentuam o uso do artigo quando se referem figuras públicas, os resultados da tabela 11 demonstram que esse fator não está determinando os resultados apresentados na tabela 4, como esperávamos. Entretanto, esses resultados nos permitem verificar um comportamento diferenciado em relação aos outros graus de intimidade controlados, o que parece dialogar com a questão colocada na seção anterior em relação à variação do comportamento dos jovens que residem em Belo

Horizonte no contexto de referência a pessoas mais próximas. Em outros termos, percebemos que a mudança de comportamento quanto ao uso do artigo diante de antropônimos que se referem a pessoas mais próximas parece se iniciar pelos homens, o que, em princípio, justificaria o fato de a presença do artigo ser favorecida em sua fala.

Como se vê, ainda que tenha sido apontado como fator que mais favorece a presença do artigo, o fator figura pública não serve para explicar os resultados apresentados em relação ao fator gênero. Na seção 4.5.4, retornaremos aos resultados desse grupo de fatores a partir da observação das redes sociais dos informantes, que se faz mediante a análise do comportamento individual dos informantes em função do grau de contato com a comunidade de origem.

Antes de passar a essa etapa da análise, na próxima seção, procedemos a uma segunda rodada dos dados excluindo o fator que, desde o início da análise, pareceu estar interferindo nos resultados gerais, isto é, o fator em que se observa que o antropônimo é mencionado com referência a pessoas consideradas públicas.

4.5.3 Resultados com exclusão do fator figura pública

Como foi demonstrado nas seções anteriores, a referência a figura pública é apontado como o fator que mais favorece a presença de artigo definido diante de antropônimos para os dois analisados nesta pesquisa, com os pesos relativos de 0.87 para o grupo de Belo Horizonte e 0.96 para o grupo de controle. Esses resultados poderiam levar o leitor a acreditar que a exclusão desse fator acentuaria ainda mais o índice de ausência do artigo, contrariando a nossa hipótese de que há variação no processo de manutenção da estrutura da comunidade de origem. Para demonstrar que tal fato não ocorre, apresentamos, na tabela 12, os resultados gerais com e sem a exclusão do fator figura pública. Vejamos:

Tabela 12: A presença do artigo com e sem a exclusão do fator figura pública

	Com o fator figura pública		**Sem o fator figura pública**	
	Presença de artigo	**%**	**Presença de artigo**	**%**
Grupo de controle	18/340	5	6/309	2
Grupo de Belo Horizonte	170/1163	15	127/1055	12

Diante dos resultados, percebemos que, de fato, a ausência do artigo acentua-se mais nos dois . No entanto, nota-se que a diferença entre os percentuais de uso do artigo permanece a mesma (10%), o que corrobora a hipótese de que a manutenção da ausência do artigo, na fala do grupo que reside em Belo Horizonte, é variável e está associada à atuação de outros fatores extralingüísticos. No que diz respeito aos fatores selecionados, nessa segunda rodada, observa-se o seguinte: i) no grupo de controle, nenhum dos fatores considerados é selecionado pelo Programa; ii) no grupo de Belo Horizonte, o fator antes selecionado pelo Programa, é descartado nessa nova rodada e o por outro lado, passa a ser selecionado; , por sua vez, continua a ser selecionado em primeiro lugar, o que justifica, mais uma vez, a nossa intenção de investigar a atuação desse fator na variação ausência/presença de artigo diante de antropônimos na fala do grupo sob análise.

No que concerne à atuação do grupo de fatores grau de intimidade em relação ao fenômeno aqui estudado, percebemos que, para o grupo de controle, esse é o único grupo de fatores relevante para o uso/não uso do artigo e que o fator figura pública parece ser o principal contexto favorecedor da presença do artigo. Para o grupo de Belo Horizonte, esse grupo de fatores também é bastante relevante, porém, não é o único que interfere na escolha por uma das variantes.

Tendo em vista o fato de o grupo de fatores grau de contato com a cidade de Barra Longa ter sido selecionado como estatisticamente relevante, tanto na rodada inicial quanto na segunda rodada em que o fator figura pública foi excluído, apresentamos, na seção 4.5.4, algumas reflexões acerca desse grupo de fatores levando em conta o comportamento individual dos informantes que integram a amostra.

4.5.4 Sobre a atuação do grupo de fatores grau de contato com a comunidade de origem

Como se disse na seção anterior, dentre os grupos de fatores extralingüísticos considerados na análise, o grau de contato do informante com a cidade de Barra Longa foi selecionado, em primeiro lugar, nas duas rodadas dos dados. Esse grupo de fatores foi controlado em função do número de vezes que os informantes vão a Barra Longa durante o ano e, como mostrou a tabela 8, as idas não freqüentes tendem a acentuar o uso do artigo na fala desses jovens, fazendo com que eles preservem menos a estrutura de sua comunidade de origem. Diante de tais resultados, afirmamos, na seção 4.4.2.2, que a manutenção da ausência do artigo se relaciona diretamente com a manutenção ou não de laços de afetividade dos jovens que residem em Belo Horizonte com as pessoas (familiares, amigos, vizinhos, etc.) que eles deixaram para trás em sua comunidade de origem.

Desse modo, ainda que não tenha sido objetivo desta pesquisa controlar o fator indivíduo, a constatação de que a variação do processo de manutenção da estrutura da comunidade de origem está relacionada ao contato freqüente do grupo sob análise com pessoas que permanecem na comunidade nos induziu a questionar se o comportamento individual dos informantes que integram a amostra, em relação a essa variação, estaria interferindo nos resultados gerais, visto que a manutenção de laços afetivos está associada, muitas vezes, a questões subjetivas. Cumpre lembrar que o levantamento dessa questão se justifica com base nos estudos de Oliveira (1992) e Milroy (1980).

Oliveira (1992), ao analisar aspectos da difusão lexical a partir de um estudo sobre o alçamento das vogais médias pretônicas em Belo Horizonte, sugere que o comportamento do indivíduo, muitas vezes, é mais homogêneo do que o comportamento do grupo. A esse respeito, diz o autor:

> A menos que haja alguma razão séria em contrário, sugiro que o comportamento individual seja checado para todos os itens lexicais. Somente depois disto é que os indivíduos poderão ser agrupados, se isto for possível. A divisão da comunidade de fala em grupos (ou classes, ou estratos) não é, necessariamente, o último estágio da divisão. Na verdade ninguém demonstrou ainda que esta divisão fosse a correta. (Oliveira, 1992: 40)

Desse modo, segundo Oliveira, em um estudo sociolingüístico, não se pode ignorar o comportamento individual dos falantes em relação ao fenômeno variável.

Milroy (1980), por sua vez, ao investigar a variação vocálica no vernáculo de três bairros de classe trabalhadora de Belfast (Irlanda), verifica que o estudo da fala do indivíduo inserido no seu contexto social diário deve ser levado em conta nos estudos sociolingüísticos. Segundo a autora, o empreendimento de tal tarefa se dá através da observação das redes sociais em se integram os informantes e permite perceber os mecanismos sociais diários que levam os indivíduos a manter ou não o seu comportamento lingüístico diante de determinada variável lingüística.

Nessa perspectiva, acrescentamos à análise duas etapas: i) na primeira, temos a distribuição da presença do artigo em função de cada informante; ii) na segunda, os dezesseis informantes são divididos em dois subgrupos – os que mantêm contato freqüente com a cidade de origem e os que não mantêm e uma terceira rodada dos dados é feita com o propósito de verificar a atuação dos grupos de fatores controlados à luz dessa subdivisão dos informantes.

4.5.4.1 O fator indivíduo

Buscando responder ao questionamento levantado na seção anterior, em relação ao comportamento individual dos informantes que integram a amostra, apresentamos, a seguir, na tabela 13, além da descrição do perfil de cada um dos dezesseis informantes, a distribuição da presença do artigo em função dos mesmos.

Tabela 13: A presença do artigo de acordo com o perfil dos informantes que residem em Belo Horizonte

Nº	**Gênero**	**Convívio diário com pessoas de Barra Longa**	**Grau de contato com Barra Longa**	**Tempo de residência em Belo Horizonte**	**Presença do artigo**	
					Total	
					Casos	%
01	Masc.	Trabalha /mora	freqüente	2 a 5 anos	8/137	6
02	Fem.	Trabalha /mora	freqüente	2 a 5 anos	0/71	-
03	Masc.	Trabalha /mora	não freqüente	2 a 5 anos	16/76	22
04	Fem.	Trabalha /mora	não freqüente	2 a 5 anos	11/105	10
05	Masc.	Trabalha /mora	freqüente	6 a 10 anos	1/80	1
06	Fem.	Trabalha /mora	freqüente	6 a 10 anos	0/38	-
07	Masc.	Trabalha/mora	não freqüent[redacted]	6 a 10 anos	11/37	30
08	Fem.	Trabalha/mora	não freqüente	6 a 10 anos	4/40	10
09	Masc.	Não trabalha/não mora	freqüente	2 a 5 anos	14/81	17
10	Fem.	Não trabalha/não mora	freqüente	2 a 5 anos	5/98	5
11	Masc.	Não trabalha/não mora	não freqüente	2 a 5 anos	12/66	18
12	Fem.	Não trabalha/não mora	não freqüente	2 a 5 anos	26/67	39
13	Masc.	Não trabalha/não mora	freqüente	6 a 10 anos	10/88	11

Ao observar as informações da tabela 13, percebemos que o índice de presença do artigo por informante varia de 0 a 52 %. Chamamos a atenção para o comportamento de cinco informantes, os que correspondem aos números 02, 06, 12, 15 e 16. As duas primeiras não usam o artigo em nenhum momento da entrevista e os três últimos, ao contrário, estão entre os informantes que mais empregam o artigo.

As informantes números 02 e 06, com exceção do tempo de residência, possuem o mesmo perfil: trabalham/ moram com pessoas de Barra Longa e mantêm contato freqüente com a cidade de origem. Quanto aos informantes números 12, 15 e 16, também com exceção ao tempo de residência, possuem o mesmo perfil: não moram/ não trabalham com pessoas de Barra Longa e não mantêm contato freqüente com a cidade de origem, mas, ao contrário das primeiras, o índice de presença de artigo, em suas falas, é mais elevado.

Como se observa, a partir dos resultados apresentados na tabela 13, o fator tempo de residência em Belo Horizonte parece não estar atuando no comportamento lingüístico desses informantes, o que pode justificar a exclusão desse fator pelo Programa, conforme mencionamos na seção 4.4. No entanto, como veremos na próxima seção, ao agrupar os informantes em função do grau de contato que eles mantêm com a cidade de origem, percebemos que esse fator é relevante para a análise do comportamento lingüístico dos jovens que residem em Belo Horizonte.

4.5.4.2 O grau de contato com Barra Longa e as redes sociais dos informantes

Como mencionamos na seção anterior, com o intuito de observar sistematicamente o comportamento individual em função desse fator, agrupamos os informantes em dois subgrupos e procedemos a uma nova rodada dos dados. Os dados de fala do grupo de jovens que residem em Belo Horizonte passam a integrar dois subgrupos: o grupo que mantém contato freqüente com a cidade de origem e o grupo que não mantém contato freqüente. Vejamos, a seguir, a divisão do grupo, a distribuição das variantes em função dos dois subgrupos e os grupos de fatores selecionados pelo Programa na nova rodada dos dados. Cumpre ressaltar que, para facilitar a compreensão do que foi feito, dividimos a tabela 13 em duas mantendo a mesma numeração para os informantes.

Tabela 14: Informantes que residem em Belo Horizonte e mantêm contato freqüente com a cidade Barra Longa

Nº	**Gênero**	**Convívio diário com pessoas de Barra Longa**	**Tempo de residência em Belo Horizonte**	**Presença de artigo**	
				Total	
				Casos	%
01	Masc.	Mora/trabalha	2 a 5 anos	8/137	6
02	Fem.	Mora/trabalha	2 a 5 anos	0/71	-
05	Masc.	Mora/trabalha	6 a 10 anos	1/80	1
06	Fem.	Mora/trabalha	6 a 10 anos	0/38	-
09	Masc.	Não mora/não trabalha	2 a 5 anos	14/81	17
10	Fem.	Não mora/não trabalha	2 a 5 anos	5/98	5
13	Masc.	Não mora/não trabalha	6 a 10 anos	10/88	11
14	Fem.	Não mora/não trabalha	6 a 10 anos	4/81	5
				42/674	6

Tabela 15: Informantes que residem em Belo Horizonte e não mantêm contato freqüente com a cidade Barra Longa

Nº	**Gênero**	**Convívio diário com pessoas de Barra Longa**	**Tempo de residência em Belo Horizonte**	**Presença de artigo**	
				Total	
				Casos	%
03	Masc.	Mora/trabalha	2 a 5 anos	16/76	22
04	Fem.	Mora/trabalha	2 a 5 anos	11/105	10
07	Masc.	Mora/trabalha	6 a 10 anos	11/37	30
08	Fem.	Mora/trabalha	6 a 10 anos	4/40	10
11	Masc.	Não mora/não trabalha	2 a 5 anos	12/66	18
12	Fem.	Não mora/não trabalha	2 a 5 anos	26/67	39
15	Masc.	Não mora/não trabalha	6 a 10 anos	33/63	52
16	Fem.	Não mora/não trabalha	6 a 10 anos	15/35	42
				128/489	26

Ao analisar as informações das duas tabelas, percebemos que, apesar de preservarem o padrão de Barra Longa, os dois grupos se comportam de forma distinta em relação à variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

O grupo que mantém contato freqüente, isto é, que vai mais vezes a Barra Longa ao longo do ano, preserva mais a estrutura dessa comunidade, ao contrário do grupo dos falantes que vão menos a Barra Longa. O primeiro grupo exibe 6% de presença de artigo e o segundo, 26% conforme pode ser visto no gráfico 7:

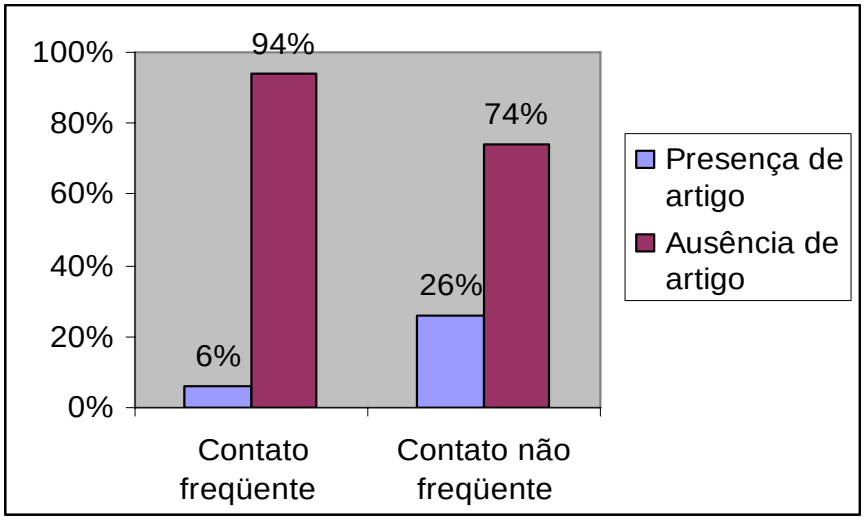

Gráfico 7: Distribuição das variantes nos dois subgrupos

A diferença entre os percentuais de presença de artigo entre os dois grupos é de apenas 20%. Porém, quando levamos em conta o comportamento individual dos informantes de cada grupo (cf. tabelas 14 e 15), essa diferença se torna significativa, pois o índice de presença do artigo na fala dos informantes do primeiro grupo varia de 0 a 17 %; ao passo que na fala do segundo grupo, essa variação está entre 10 e 52%, o que nos permite afirmar que o processo de manutenção da estrutura de Barra Longa na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte se orienta pelo grau de contato que esses jovens mantêm com a sua cidade de origem.

Nessa terceira rodada dos dados, tentamos mostrar que a subdivisão dos informantes em função do grau de contato com a cidade de Barra Longa nos permite fazer uma reavaliação dos resultados gerais apresentados, na seção 4.2. Desse modo, ainda que os resultados obtidos nessa etapa da análise não sejam ilustrados através de tabelas,

apresentamos ao leitor os fatores estatisticamente relevantes para cada subgrupo e, a seguir, algumas considerações acerca desses resultados.

i) No grupo que mantém contato freqüente, o grupo de fatores função sintática passa a ser descartado e a forma como o antropônimo aparece é o único grupo de fatores lingüísticos selecionado pelo Programa; quanto aos fatores extralingüísticos, nenhum dos fatores é descartado pelo Programa, pois o tempo de residência passa a ser selecionado.

ii) No grupo que não mantém contato freqüente, entre os fatores lingüísticos, a função sintática continua sendo o único fator selecionado pelo Programa; em relação aos fatores extralingüísticos, assim como no primeiro grupo, o tempo de residência passa a ser selecionado e o fator gênero é descartado pelo Programa.

Como se vê, mais uma vez, os fatores extralingüísticos são apontados como principais responsáveis pelo condicionamento do processo variável de manutenção da estrutura da comunidade de origem. Os fatores lingüísticos, por outro lado, parecem não exercer grande influência na escolha por uma das variantes: apenas dois são selecionados, a forma como o antropônimo aparece, para o primeiro subgrupo, com os apelidos desfavorecendo a presença do artigo e a função sintática, para o segundo subgrupo, com resultados próximos aos já apresentados anteriormente.

Voltando aos fatores extralingüísticos, chamamos a atenção do leitor para dois deles: o gênero e o tempo de residência em Belo Horizonte. O fator gênero, selecionado para o grupo que mantém contato freqüente apenas, já havia sido selecionado na rodada inicial dos dados. No entanto, temos resultados contrários aos resultados anteriores, pois, antes, a presença do artigo era favorecida na fala dos homens com o peso relativo de 0.57; nessa nova rodada dos dados, de acordo com o grau de contato com a comunidade de origem (cf. gráfico 7), a presença do artigo passa a ser favorecida na fala das mulheres com o peso relativo de 0.77, conforme se ilustra no gráfico 8, a seguir:

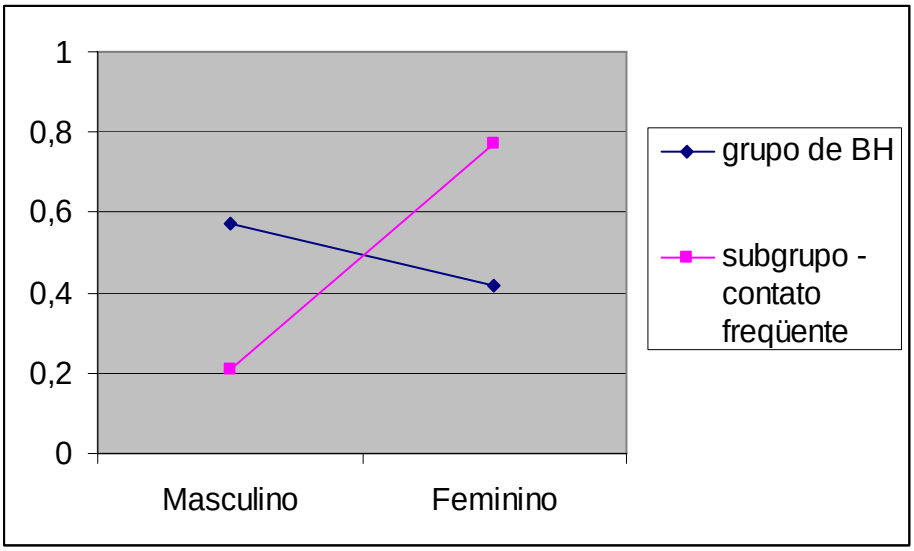

Gráfico 8: A presença do artigo em função do gênero

Assim, quando consideramos o comportamento dos dezesseis informantes, notamos que a presença do artigo tende a ser favorecida na fala dos homens, como mostraram os percentuais e os pesos relativos da tabela 4. Por outro lado, a partir da análise das redes sociais dos informantes, percebemos que o fator gênero só é estatisticamente relevante para o grupo que vai mais vezes a Barra Longa ao longo do ano. Para esse grupo, a presença do artigo é favorecida na fala das mulheres e desfavorecida na fala dos homens, corroborando o que diz a literatura em relação ao fato de que as mulheres tendem a usar mais as variantes inovadoras do que os homens que se encontram inseridos no mesmo contexto social.

O tempo de residência em Belo Horizonte, por sua vez, antes não apontado como estatisticamente relevante, conforme foi demonstrado na seção 4.2, passa a ser selecionado tanto para o grupo que mantém contato freqüente com a cidade de origem quanto para o grupo que não mantém.

Em relação à atuação desse grupo de fatores, a nossa hipótese era a de que o maior ou menor tempo de residência na capital seria relevante para a escolha de uma das variantes. Acreditávamos ainda que, ao chegar a Belo Horizonte, os jovens tenderiam a usar o artigo inicialmente, buscando se adequar ao padrão lingüístico dessa cidade, por considerarem a variante usada na capital como a de mais prestígio; mas que, com o passar do tempo, esses jovens deixariam de usar o artigo, como faziam anteriormente.

Se analisarmos o comportamento lingüístico dos dezesseis informantes como um único grupo, percebemos que o tempo de residência não é relevante para a variação estudada.

Se, por outro lado, passamos a observar o comportamento do grupo dividido em função da manutenção do contato com pessoas que permanecem na comunidade de origem, verificamos que, para aqueles que mantêm contato freqüente, a nossa hipótese parece ser confirmada: a presença do artigo é favorecida na fala dos informantes que estão há menos tempo em Belo Horizonte. No entanto, para o outro grupo, acontece o contrário: a presença do artigo é favorecida na fala daqueles que estão há mais tempo em Belo Horizonte, conforme pode ser visto no gráfico, a seguir:

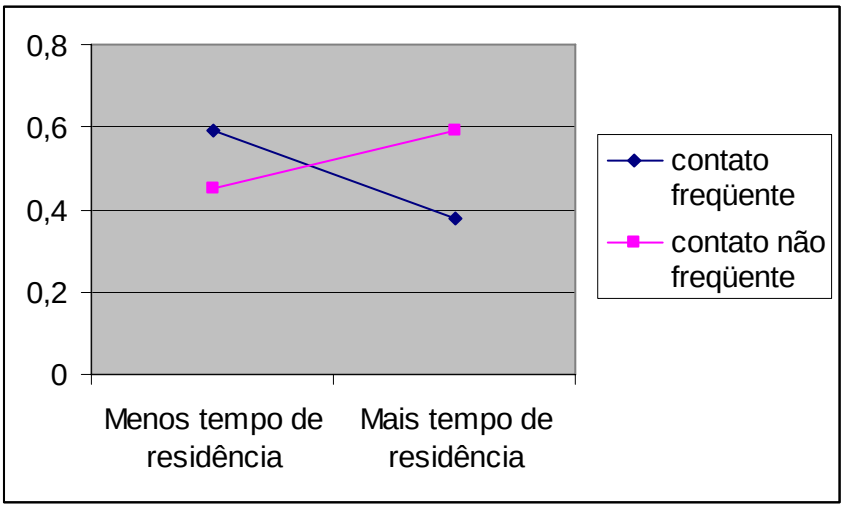

Gráfico 9: A presença do artigo em função do tempo de residência em Belo Horizonte para os dois subgrupos

Os resultados em pesos relativos apresentados no gráfico 9 nos permitem afirmar que a atuação desse grupo de fatores se dá de forma diferente para cada um dos subgrupos. Para o grupo que vai freqüentemente a Barra Longa, a presença do artigo é favorecida com o peso relativo de 0.59, quando o informante mora há pouco tempo em Belo Horizonte e desfavorecida quando está há mais tempo, com o peso relativo de 0.38. Para o grupo que não vai com freqüência a Barra Longa, acontece o contrário: a presença do artigo é desfavorecida quando se está há menos tempo em Belo Horizonte, com o peso relativo de 0.44; e favorecida quando o tempo de residência é maior, com o peso relativo de 0.60.

Diante desses resultados, é pertinente dizer que, em relação à variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, o tempo de residência em Belo Horizonte está diretamente relacionado ao grau de contato que os informantes mantêm com a cidade de Barra Longa, ou seja, morar pouco ou muito tempo em Belo Horizonte só interfere

na variação do uso do artigo, quando se observa a freqüência com que esses jovens voltam a sua cidade de origem durante o ano.

Acreditamos que a relação de interdependência entre esses dois grupos de fatores pode ser explicada pelo fato de que, ao ir mais vezes a Barra Longa, os jovens permanecem integrados às redes densas e multipléxicas – todos se conhecem e compartilham mais de um tipo de relação, como amizade e companheirismo profissional – que caracterizam as relações sociais entre os moradores da cidade de Barra Longa.

Assim, ao analisar as redes sociais dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte, chegamos a duas caracterizações distintas:

a) Os jovens que vão com mais freqüência a Barra Longa, conseqüentemente, mantêm laços densos com os membros que integram a rede social dessa comunidade.

b) Os jovens que não vão com freqüência a Barra Longa, mantêm laços menos densos – frouxos – com os membros que integram a rede social da comunidade.

Vale ressaltar, entretanto, que a atitude de ir mais ou menos à cidade, por si só, não justifica o fato de os laços entre os falantes de uma comunidade continuarem densos ou se tornarem frouxos. No caso desses jovens, observamos que aqueles que vão menos a Barra Longa, muitas vezes, possuem um número maior de contatos em Belo Horizonte, como amigos mais próximos, familiares, namorados, cônjuges, etc.; os que vão mais, por sua vez, possuem uma ligação maior com parentes, amigos, namorados que permanecem em Barra Longa, o que justifica ir com mais freqüência à cidade e, por esse motivo, não deixar que se enfraqueçam os laços dessa rede. Além disso, podemos dizer que esses últimos participam mais efetivamente da vida da comunidade e acompanham os acontecimentos diários ocorridos na cidade.

Outra observação interessante, no que diz respeito à análise das redes sociais dos informantes que integram a amostra, é que os jovens que vão mais a Barra Longa, coincidentemente, são os que mantêm mais contato entre si em Belo Horizonte, o que se caracteriza como uma extensão das redes densas existentes em Barra Longa. A seguir, na figura 4, representamos os laços da rede em que estão integrados os informantes de cada subgrupo, mantendo a numeração dos informantes apresentada na tabela 13. Levando em consideração que todos os informantes ou se conhecem entre si ou conhecem as suas

respectivas famílias, foram representadas apenas as relações de amizade consideradas mais estreitas, como por exemplo, ex-colegas de turma, vizinhos em Barra Longa ou em Belo Horizonte, primos, amigos, etc.

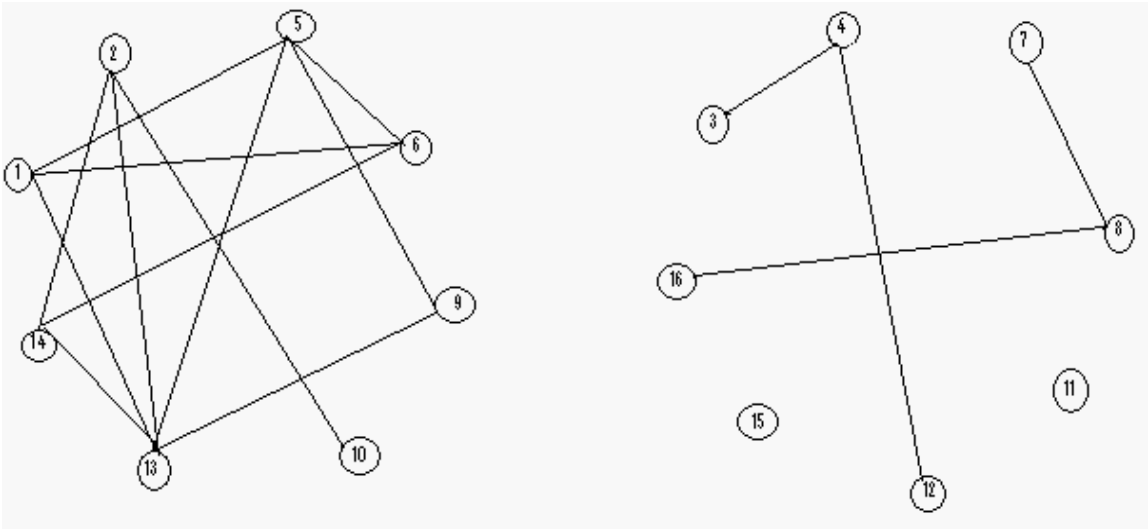

Figura 4: As redes de contatos entre os informantes. À esquerda, os informantes que mantêm contato freqüente com a cidade de Barra Longa e à direita, os que não mantêm. Os números representam os informantes e as linhas, os contatos que eles mantêm entre si.

A figura acima mostra que os jovens do subgrupo representado à esquerda mantêm-se integrados entre si em uma rede densa. Os informantes nº.05 e nº.06, por exemplo, são primos e moram no mesmo apartamento que compartilham com mais uma pessoa de Barra Longa. Esses, por sua vez, são vizinhos do nº.01 e também do nº.13; moram todos no mesmo bairro e costumam sair juntos nos finais de semana em Belo Horizonte. Além disso, embora não esteja demonstrado na figura, alguns mantêm contato em mais de um tipo de interação, o que caracteriza uma rede multipléxica. A multiplexidade dessa rede de contato pode ser percebida, sobretudo, quando se observa a interação entre os homens. Os informantes 01, 05 e 13, por exemplo, além de serem vizinhos e saírem juntos nos finais de semana, como já dissemos, costumam jogar bola juntos, quinzenalmente, com outros jovens de Barra Longa. Nesse sentido, além de ir mais a Barra Longa durante o ano, os membros do subgrupo representado à esquerda, convivem freqüentemente com membros dessa comunidade quando estão em Belo Horizonte, conforme foi registrado na fala do informante nº.13, transcrita a seguir:

(65) Geralmente quando eu... final de semana qu'eu tô lá [em Belo Horizonte] eu vou pra casa dos minino de Barra Longa... vou pra casa de Saulo vou pra casa de... de otra pessoa de parente:: alguma coisa assim... de amigos que tÃo morano lá em república lá tamém igual Gustavo... Bruno (INF.13)

Desse modo, podemos dizer que a manutenção de laços fortes com pessoas da comunidade de origem em Belo Horizonte serve para justificar o fato de a estrutura de Barra Longa ser mais preservada na fala desse grupo do que na fala do grupo que está representado à direita que, pelo contrário, vai menos a Barra Longa e mantém menos contato entre si em Belo Horizonte.

Em síntese, como já foi explicado na seção 2.1.1, integramos a análise das redes sociais dos informantes ao estudo da variação lingüística de vertente laboviana, o que segundo Milroy (1980:17)[24] permite ao pesquisador "dar conta das diferenças sistemáticas nos usos lingüísticos entre indivíduos e subgrupos de indivíduos de uma comunidade que, em termos de social,"são relativamente homogêneos." Em outros termos, verificamos através da análise das redes de relacionamentos sociais em que se integram os membros de uma comunidade de fala é possível buscar explicações para uma melhor compreensão dos mecanismos diários que levam os indivíduos a preservar ou não seu comportamento lingüístico diante de determinado fenômeno variável.

4.6 Fatores desconsiderados na análise quantitativa

Nesta seção, apresentamos algumas considerações acerca de fatores descartados na análise quantitativa e de estruturas envolvendo antropônimos que constam das entrevistas, mas que não foram quantificadas, como por exemplo, as estruturas em que o antropônimo é antecedido por um demonstrativo.

Em relação aos grupos de fatores descartados pelo Programa, observamos que e passam a ser relevantes quando as redes sociais em que se integram os informantes são observadas sistematicamente.

[24] "...to account for systematic differences in language use between individuals, and between subgroups in the population of communities which, in terms of social , are relatively homogeneous." (Milroy, 1987:17)

Ao dividir os informantes de acordo com a freqüência com que eles vão a Barra Longa, percebemos, como já foi mostrado na seção anterior, que a atuação do fator tempo de residência se dá de forma distinta para cada subgrupo: os informantes que vão com maior freqüência a Barra Longa usam mais o artigo se o tempo de residência é menor; aqueles que não vão com freqüência, ao contrário, usam mais o artigo se o tempo de residência é maior. No entanto, ainda que a atuação desse fator possa ser explicada pela correlação com o número de vezes que o informante vai a Barra Longa ao longo do ano, seria interessante, em um trabalho futuro, considerar um intervalo de tempo maior, com o intuito de verificar se o tempo de residência, por si só, interfere na escolha por uma das variantes.

Quanto à forma como o antropônimo aparece, verificamos que, para o subgrupo que vai frequentemente a Barra Longa, os apelidos desfavorecem a presença do artigo, assim como antropônimo acompanhado por qualificativo ou outros determinantes, em que a ausência do artigo se mostra categórica. Para o outro grupo, entretanto, esse grupo de fatores não é relevante.

No que se refere aos antropônimos antecedidos por um qualificativo, como , , notamos, a partir da análise dos dois , grupo de controle e grupo de Belo Horizonte, que esse é o único contexto em que a ausência de artigo se mostra categórica, corroborando os resultados de Mendes (2000). Diante disso, é pertinente afirmar que, na comunidade analisada, antropônimos antecedidos por qualificativos favorecem a ausência do artigo não apenas na fala dos idosos, mas também na fala dos jovens que permanecem na cidade, ou ainda, na fala daqueles que se mudam para outras localidades com padrão divergente em relação ao fenômeno, como é o caso de Belo Horizonte.

Ainda em relação a esse grupo de fatores, percebemos que, quando o informante considera que a pessoa a que se refere não é do conhecimento do pesquisador, há uma tendência ao emprego de antropônimos acompanhado de determinantes explicativos, isto é, determinantes que permitem ao ouvinte identificar o referente do antropônimo, como ilustram os exemplos (66), (67) e (68) :

(67) Tem ... meus sobrinhos Jamile e Patrick (INF.16)

(68) Eu mais Tom somos parentes... aí tem uns primo de Tom/tem uns primo nosso ... (INF.09)

(69) Lá:: eu trabalhei (INF.15)

De acordo com a literatura consultada, a presença do artigo tende a ser favorecida diante de antropônimos que são antecedidos por determinantes, mas percebemos que também, nesse contexto, há variação em relação ao uso do artigo. Vale ressaltar, ainda, que em nossa análise foram considerados além dos antropônimos antecedidos por determinantes, antropônimos que são seguidos de determinantes, como mostraram os exemplos (68) e (69); e que nos dois contextos, embora o índice de presença do artigo seja expressivo, essa não é variante preferida pelo grupo, ou seja, a estrutura de Barra Longa tende a ser mantida mesmo em contextos mais favorecedores da outra estrutura.

A despeito dessa constatação, é pertinente ressaltar que, muitas vezes, os itens léxicos que acompanham o antropônimo como determinantes explicativos do referente aparecem desacompanhados do antropônimo, isto é, integram SN's definidos que poderiam ser substituídos por um único antropônimo, como por exemplo, minha mãe . Nesses casos, percebemos que os possessivos são os determinantes mais usados e que, em virtude disso, a questão da variação ausência presença de artigo permanece, pois, de acordo com as gramáticas tradicionais: o uso do artigo definido diante de possessivos é facultativo, assim como para os antropônimos.

Assim, com base nos estudos de Silva (1996) e Callou e Silva (1997), que tentaram estabelecer um paralelo da variação do artigo diante de possessivos e antropônimos, controlamos, nos dois sob análise, as ocorrências de SN's definidos que guiam para um antropônimo em que os possessivos estejam presentes. Com o intuito de verificar se os informantes de nossa amostra se comportam da mesma forma frente à variação do uso do artigo nos dois contextos, diante de antropônimos e diante de possessivos que integram SN's definidos, procedemos, então, a uma nova rodada dos dados. A seguir, apresentamos os resultados obtidos:

Tabela 16: A presença do artigo definido de acordo com a forma como o antropônimo aparece

Forma como o antropônimo aparece	**GRUPO DE BELO HORIZONTE**			**GRUPO DE CONTROLE**		
	Ocorrências	**%**	**PR**	**Ocorrências**	**%**	**PR**
A. prenome	127/781	17	0.50	12/267	5	0.48
P. apelidos	37/336	12	0.43	5/131	4	0.39
H. qualificativo + antropônimo	1/29	2	0.21	0/8	-	-
E. det. + antropônimo	5/17	30	0.61	1/10	10	0.86
R. não antropônimo	41/98	40	0.78	3/24	13	0.91
Total	211/1261	17		21/440	5	

Diante dos resultados apresentados na Tabela 16, percebemos que, tanto na fala dos jovens que permanecem em Barra Longa quanto na fala daqueles que estão em Belo Horizonte, os SN's definidos que guiam para um único antropônimo representam o contexto mais favorecedor para a presença do artigo, como mostram os percentuais e os pesos relativos. Tais resultados nos induzem a acreditar na hipótese de que essas expressões poderiam ser a porta de entrada para o uso do artigo diante de antropônimo na comunidade analisada, entretanto, verificar a plausibilidade dessa hipótese demandaria uma outra pesquisa que considerasse outras faixas etárias.

No que se refere ao grupo de fatores estrutura do SN, esperávamos com base em estudos anteriores que a presença de preposição favorecesse o uso do artigo, no entanto, esse grupo de fatores não foi considerado estatisticamente relevante pelo Programa. Além disso, ficou evidenciado também, na seção 4.3.1, o fato de não haver interdependência entre esse grupo de fatores e a função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo. Mas, chamamos a atenção do leitor para uma estrutura muito recorrente nos dois : os antropônimos que integram SN's seguidos de SP, conforme o exemplos (70) e (71):

(70) Tem (INF.04)

(71) ... 'cê cunhece (INF.04 CT)

Caracterizando as referidas estruturas como ‘casos genitivos’, Mendes (2000) considera ser este o principal ambiente sintático em que a variação do uso do artigo é percebida. De fato, até mesmo para as pessoas que não se dedicam ao estudo da variação lingüística, este parece ser o principal contexto citado como exemplo ilustrativo da variação estudada. A respeito da freqüência desse tipo de estrutura na fala dos habitantes da cidade de Barra Longa a autora observa o seguinte:

> Desde o primeiro contato com a fala contemporânea dos habitantes desta cidade, chamou-me a atenção o elevado número de ocorrências desta estrutura [ausência de artigo diante de nomes próprios de pessoas], principalmente quando se tratava de ‘casos genitivos’, pois, neste ambiente sintático, a ausência de artigos apresentava-se mais saliente. Esta saliência talvez se explique pelo fato de, por diversas vezes na língua oral, o falante fazer uso deste tipo de estrutura para se referir a uma pessoa, identificando-a como “fulano de fulano”. (Mendes, 2000: 13)

Considerando também o fato de a autora deste trabalho ser moradora da comunidade de Barra Longa, podemos afirmar que os exemplos citados, realmente, ilustram um tipo de estrutura muito usado pelas pessoas dessa comunidade, o que corrobora a observação de Mendes. Acrescentamos ainda que, em Barra Longa, a identificação de uma pessoa por ‘fulano de fulano’ é comum não só na fala de pessoas mais velhas e dos jovens que permanecem na cidade, mas também na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte, como mostraram os dados de fala desse grupo. Em outras palavras, notamos que, ao se referir a determinada pessoa, os informantes referem-se também a um ou mais de seus familiares, como no exemplo (70) em que foram invocados além menina de nome ‘Tati’, a sua mãe (São), o seu pai (Joãozinho) e o seu avô (João da Ponte). Esse fato pode ser compreendido, como já dissemos, pelo fato de que, em Barra Longa, todos se conhecem, assim, para explicar quem é ‘fulano’ em vez de recorrer ao sobrenome ou mesmo a atividade exercida por essa pessoa, o falante usa outros antropônimos relacionados à pessoa a que se refere, ou seja, mais uma vez, apontamos a importância da observação das redes sociais a que se integram os falantes para o entendimento de determinado fenômeno variável.

Em relação à circunstância em que o antropônimo é citado – citado pela primeira vez ou citado previamente – observa-se, que embora esse grupo de fatores não tenha sido selecionado pelo Programa, os resultados apresentados em percentuais para esse grupo divergem do que diz a literatura sobre o assunto, ou seja, o índice de presença de artigo definido diante de antropônimos é mais alto quando o antropônimo aparece pela primeira vez

no discurso. Vale frisar, entretanto, que nas duas posições prevalece a ausência de artigo, estrutura preferida na comunidade de origem dos informantes.

No que concerne as estruturas com antropônimos seguidos de demonstrativos, observamos em nossos dados diversas ocorrências em que os antropônimos estão precedidos pelos pronomes esse (a), aquele (a), o primeiro com valor endofórico e o segundo exofórico, como ilustram os exemplos (72), (73) e (74), a seguir:

(72) ... tem um que é mais fechado:: mais tem um lá... :: nOssa sinhora... ele brinca o tempo todo (INF.09)

(73) ... :: ele tá até na novela... aquele cara é muito bom ator (INF.13)

(74) ...tem que tem uma voz... que tem até CD (INF.10)

No primeiro exemplo (72), o antropônimo já havia aparecido na fala do informante antes, o que justifica o uso anafórico do pronome ‘esse’. Os exemplos (73) e (74) também ilustram casos de anáfora, no entanto, os antropônimos e além de não terem sido citados anteriormente, ainda se referem a pessoas distantes e que não fazem parte das redes de relações nem do informante nem do pesquisador, por serem consideradas pessoas públicas.

Com base em Lapesa (1961), Mendes (2000) ao analisar dados de fala de pessoas de Barra Longa de idade superior a 70 anos, afirma que, ao que tudo indica, “o uso do demonstrativo num ambiente anafórico junto a NPr [nome próprio de pessoa] encontrado no da LOC [língua oral contemporânea] preserva uma estrutura que antecede a gênese do artigo definido” Assim, percebemos que esse tipo de estrutura que remonta à origem do artigo é preservada também na fala dos jovens da comunidade pesquisada, o que serve para confirmar a manutenção do padrão de Barra Longa em relação ao fenômeno estudado na fala desses jovens.

Convém ressaltar, ainda, que as estruturas com antropônimo indicando nomes de lugares, isto é, topônimos, só foram descartadas dos nossos dados quando se referiam a nomes já cristalizados, conforme os exemplos (75) e (76), os antropônimos que não são considerados topônimos, por outro lado, foram considerados, conforme os exemplos (77) e (78):

(75) Lá no/ a gente se encontra:: aquele galerão de Barra Longa... umas vinte pessoas:: trinta pessoas [25] (INF.01)

(76) O Glória tá lá perto (INF.10)

(77) ...eu também encontro:: acho que é lá [escritório] (INF.04)

(78) ... a gente num ia pr' o riberão nada... ia pr' o sítio:: lá ... (INF.10)

Embora em (77) e (78), os antropônimos se refiram a lugares, não são exatamente topônimos, pois 'Joãozinho' não é nome dado ao escritório e nem 'Marcela' é o nome do sítio, assim como 'Padre Eustáquio' e 'Alípio de Melo' são nomes de bairros. Os antropônimos dos exemplos (77) e (78) se referem aos donos dos lugares mencionados e por isso foram controlados.

Em relação ao termo , empregado nos dois exemplos e em mais cinco ocorrências dos com valor de preposição[26], Amaral (2003: 127) observa que "todas as ocorrências com que, de uma certa forma, causam estranhamento a alguns falantes do português, principalmente belohorizontinos [sic], foram produzidas por pessoas de baixa escolaridade, o que pode ser um indício de que a escolaridade estaria atuando na realização da preposição com essa forma." No entanto, diferentemente do o que diz o autor, em nossos dados, todas as seis ocorrências se encontram na fala ou de pessoas que já concluíram o ensino médio ou estão cursando um curso superior, o que contraria o fato de que o nível de escolaridade estaria interferindo na realização da preposição com esta forma na comunidade analisada. Acreditamos, mais uma vez, na atuação do fator como explicação para a freqüência desse tipo de estrutura na fala do grupo sob análise. Entretanto, verificar se nossas expectativas se comprovam sistematicamente é tarefa para um trabalho futuro considerando um número maior de dados desse tipo.

[25] Neste exemplo, o informante nº 01 faz referência ao encontro de vários jovens de Barra Longa no Bairro Padre Eustáquio de Belo Horizonte para jogar futebol.

[26] Vale ressaltar que em uma das ocorrências o termo ' não é usado para se referir a lugar.

4.7 Conclusões da análise

Apresentamos, neste capítulo, a análise dos dados que constituem os desta pesquisa – grupo de controle e grupo de Belo Horizonte – priorizando os resultados obtidos a partir dos dados de fala dos jovens que residem em Belo Horizonte. Os resultados do grupo de controle, por sua vez, foram apresentados para demonstrar como se comportam os jovens da mesma faixa etária que permanecem em Barra Longa em relação à variação de que trata este estudo.

Ao analisar quantitativamente os dados mediante a utilização do Programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL 2001, verificamos que os jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte mantêm o padrão de Barra Longa em relação ao fenômeno. Observamos, no entanto, que o processo de manutenção da estrutura preferida

que os jovens residentes em Belo Horizonte começam a distanciar do padrão de Barra Longa quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas.

Essa mudança de comportamento é evidenciada, principalmente, na fala dos homens, conforme foi demonstrado na seção 4.5.2. Assim, em relação ao fator gênero, o índice de presença do artigo tende a ser mais saliente na fala dos homens do que na fala das mulheres quando se observa o comportamento do grupo; por outro lado, se os dezesseis informantes são divididos em função do número de vezes que voltam a sua comunidade de origem ao longo do ano, o fator gênero só é relevante para o grupo que vai freqüentemente a Barra Longa. Nesse caso, contrariando os resultados anteriores, a presença do artigo é favorecida na fala das mulheres, o que corrobora nossa hipótese inicial de que, ao chegar em Belo Horizonte, as mulheres seriam mais sensíveis à variante inovadora – a presença do artigo – do que os homens.

Em outras palavras, a partir da análise das redes sociais dos informantes que integram a amostra, percebemos que o fator gênero só é relevante para o subgrupo que mantém contato freqüente com as pessoas que permanecem nessa cidade. Acreditamos que essa constatação parece estar relacionada à multiplexidade das redes existentes, sobretudo, entre os informantes do sexo masculino que integram a amostra, conforme se viu na seção 4.5.4.2.

Desse modo, ao final da análise, percebemos que a observação das redes sociais dos informantes é de significativa importância para a compreensão de como se dá o processo de manutenção da estrutura de Barra Longa na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, tivemos como objetivo investigar como se comportam os jovens da comunidade de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte frente à variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, o que se justifica com base nos trabalhos de Moisés (1995) e Mendes (2000). No primeiro, a autora demonstra, a partir da análise de dados orais, que, em Belo Horizonte, há uma tendência ao emprego do artigo. No segundo, Mendes conclui que a língua escrita pretérita e a língua oral contemporânea da comunidade de Barra Longa retiveram a ausência do artigo no contexto estudado, como uma estrutura que remonta à língua latina.

Desse modo, com o intuito de averiguar se o contato com a cidade de Belo Horizonte produz alterações na fala do grupo sob análise quanto ao uso do artigo no contexto estudado, buscamos testar a hipótese de que o processo de manutenção da estrutura da comunidade de origem na fala desses jovens ocorre de forma variável e que essa variação pode ser compreendida a partir da correlação de fatores lingüísticos e extralingüísticos, sobretudo, a partir da análise das redes sociais em que se integram os informantes.

Pautando-se pelos pressupostos teórico-metodológicos propostos por Labov (1972) e pelo estudo de Milroy (1980), a presente pesquisa se desenvolveu a partir da análise quantitativa e qualitativa de dois : , constituído de dados de fala de dezesseis informantes, de 18 a 30 anos, nascidos em Barra Longa, e que residem atualmente em Belo Horizonte, do qual foram extraídos 1163 dados; e , constituído de quatro informantes da mesma faixa etária, que permanecem em Barra Longa, do qual foram extraídos 340 dados. Os dados desse segundo foram analisados para comprovar as observações não-sistemáticas de Mendes (2000) e de Alves (2007), que apontam a ausência do artigo não apenas na fala dos idosos, mas também na fala dos jovens de Barra Longa.

Esses dados foram submetidos, separadamente, a uma análise quantitativa através do programa estatístico GOLDVARB/VARBRUL 2001. De acordo com os resultados dessa análise, para o grupo que permanece em Barra Longa, a presença do artigo ocorre em 18

casos (o que corresponde a 5% do total dos dados analisados) e a ausência do artigo ocorre em 322 casos (ou seja, em 95% do total), o que vai ao encontro dos trabalhos anteriores – Mendes (2000) e Alves (2007) –, corroborando indícios de que, em Barra Longa, prevalece a ausência de artigo diante de antropônimos não só na fala dos idosos, como demonstrado em Mendes, mas também na fala dos jovens.

Para os jovens que residem em Belo Horizonte, foco de nossa atenção, a presença do artigo ocorre em 170 casos (o que corresponde a 15% do total) e a ausência ocorre em 993 casos (85% do total). Esses resultados indicam que, apesar de exibir percentuais ligeiramente mais elevados no que concerne à presença do artigo, a fala desses jovens mostra que sua estrutura preferida é a de Barra Longa e não a de Belo Horizonte, isto é, o grupo sob análise está preservando a estrutura da comunidade de origem, o que corrobora os resultados de outros estudos de cunho variacionista. No entanto, por acreditar que o processo de manutenção não é categórico e que, pelo contrário, ocorre de forma variável, elegemos dez grupos de fatores que poderiam estar interferindo nessa variação sendo cinco de natureza lingüística – forma como o antropônimo aparece no discurso, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do SN, antropônimo como item de uma enumeração e função sintática – e cinco de natureza extralingüística – grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, gênero, convívio diário com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de Barra Longa e tempo de residência em Belo Horizonte.

Com exceção dos três últimos grupos de fatores extralingüísticos que se relacionam diretamente às redes sociais em que se integram os informantes, o controle desses grupos de fatores se orienta por estudos anteriores – Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002), Amaral (2003; 2004; 2007), Alencar (2006) e Alves (2007).

Em relação ao cinco grupos de fatores lingüísticos considerados, apenas um foi selecionado pelo programa como estatisticamente relevante. Trata-se da função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo, o que nos leva a afirmar que os fatores lingüísticos parecem exercer pouca influência em relação à variação do uso do artigo na comunidade pesquisada.

Os fatores extralingüísticos, pelo contrário, são apontados como principais responsáveis pelo ligeiro aumento do uso do artigo na fala do grupo sob análise. Dos cinco grupos de fatores considerados, apenas o tempo de residência em Belo Horizonte foi descartado pelo programa. Entretanto, em uma análise mais refinada, que leva em conta o grau de contato que os informantes mantêm com a comunidade de origem, esse grupo de fatores passa a ser relevante em relação ao fenômeno analisado.

Dentre os fatores selecionados, merece destaque especial o grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, único grupo de fatores considerado estatisticamente relevante para o grupo de controle, em que a referência a pessoas consideradas públicas figura como o fator que mais favorece a presença do artigo, tanto na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte (0.87), como na fala daqueles que permanecem em Barra Longa (0.96).

Assim, contrariando o que dizem as gramáticas tradicionais consultadas, observamos que o contexto que mais desfavorece a presença do artigo é a referência a pessoas mais próximas, o que vai de encontro aos resultados apresentados nos estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997) e Callou (2000), em relação aos dados da cidade do Rio de Janeiro e de Amaral (2003), em relação aos dados de Campanha/MG.

Diante dos resultados obtidos na análise desse grupo de fatores, percebemos que há uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade do entrevistado e com o referente, o pode ser explicado, de acordo com Amaral (2007: 125), pelo fato de as variantes estudadas, ausência/presença de artigo diante de antropônimos servirem, ao que parece, para indicar o grau de contato que o falante tem com a pessoa a que se refere. Acrescentamos, entretanto, que, embora essa relação de proporcionalidade seja observada na fala dos dois grupos considerados, o grupo que reside em Belo Horizonte parece começar a se distanciar do padrão da comunidade de origem quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas.

Esse indício de mudança de comportamento é percebido, principalmente, na fala dos homens, o que justificaria o fato de o índice de presença do artigo ter sido mais expressivo na fala dos homens do que na fala das mulheres, contrariando a nossa hipótese de que as mulheres seriam mais sensíveis à variante inovadora (a presença do artigo). No entanto, para checar a pertinência de tal indício seria necessária uma pesquisa futura que considerasse um grupo maior de jovens que permanecem em Barra Longa, o que faria do grupo de controle uma amostra representativa da fala dos jovens dessa cidade.

Por outro lado, ao observar as redes sociais dos informantes através da análise do grau de contato com a cidade de Barra Longa percebemos que o fator gênero só é relevante para o grupo que vai com freqüência à Barra Longa, isto é, para aqueles que mantêm laços fortes com as pessoas que permanecem na comunidade de origem. Nesse caso, ao contrário dos resultados apresentados na primeira rodada do programa, a presença do artigo é favorecida na fala das mulheres, o que corrobora a hipótese inicial de, que ao chegar a Belo Horizonte, as mulheres passariam a usar a estrutura predominante nessa cidade.

Observa-se também que os jovens residentes em Belo Horizonte que não convivem diariamente com pessoas de Barra Longa, em casa ou no trabalho, tendem a usar mais o artigo, passando a preservar menos o padrão da comunidade de origem do que aqueles que convivem diariamente com pessoas da comunidade .

A identificação de favorecimento do fator grau de contato com a comunidade de origem foi favorecida pela consideração do fator indivíduo. A verificação de atuação desse fator, de alcance atestado por outros estudos – Oliveira (1992) e Milroy (1980) –, foi motivada pela observação de comportamentos idiossincráticos em relação à variável em estudo. A análise do fator indivíduo revelou que, de fato, alguns informantes favorecem a presença do artigo em sua fala, e permitiu estabelecer um vínculo entre seu comportamento lingüístico e a alta freqüência de contato com a comunidade de origem.

Um aprofundamento desse tipo de estudo poderá, além disso, permitir uma reflexão produtiva acerca de fatores que dialogam com estudos sobre línguas em contato, o que, apesar de ter permeado nossas reflexões ao longo desta pesquisa, ultrapassa seus limites.

Os resultados da análise desenvolvida nos permitem afirmar que a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte está associada, sobretudo, a fatores extralingüísticos. Em outras palavras, dizer isso significa que, para o grupo sob análise, a atitude de preservar mais ou menos o padrão de Barra Longa se relaciona diretamente com variáveis sociais, isto é, variáveis ligadas ao informante ou ao meio em que ele vive.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Patrícia Vargas.
(Tese de Doutorado em Lingüística) Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2006.

ALI, Said. . 7. ed. melh. e aum. de lexeologia e formação de. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971. 375p. ((Biblioteca Brasileira de Filologia,v.19))

ALKMIM, T. Sociolingüística – parte II – In: Mussalim, F. & BENTES. A. C. (orgs) . SP: Cortez, 2001.

ALVES, A. P. M.

Monografia do curso de Especialização em Língua Portuguesa "lato sensu" – PREPES/PUC – Minas. (inédita)

ALVES, A. P. M. A ausência de artigo definido diante de antropônimos na cidade mineira de Barra Longa: um estudo sociolingüístico de sua manutenção na geração jovem. Comunicação. ABRALIN, 2007.

AMARAL, Eduardo T. R. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. In.: – ATEMÁTICA – 1/2007. p. 116-127, 2007

AMARAL, Eduardo T. R. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos: um caso de variação diatópica em Minas Gerais. In: . Campinas: Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo (UNICAMP), p. 163-168, 2004. 1 CD-ROM.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque.

Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

ASSIS, Juliana Alves. O papel do artigo definido na construção referencial do texto: um estudo sobre o uso do artigo no português falado. In.: SARAIVA, M.E. F.; MARINHO, J. H. C. (orgs . Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005. p.71-99.

BATISTI, Elisa; DORNELLES FILHO, Adalberto A.; PIRES LUCAS, João I.; BOVO, Nínive, M. P. Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br]

BORTONE, M.E. Língua e identidade social. . PUCCAMP, Campinas 15 (1/2)22-42, dez, 1996.

BORTONI, Stella Maris. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolíngüística. In: TARALLO, F. (org.) . Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 167-180.

BYNON, Theodora. . London: Cambridge,1977.

CALLOU, Dinah; SILVA; Giselle M. e.O uso do artigo definido em contextos específicos In: HORA, Dermeval da.(org.) João Pessoa-PB, 1997. p.p.11-27.

__ . A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo . Faculdade de Letras da UFRJ, , vol. 9. Rio de Janeiro, 2000.

__ et al. Dinâmica do específico e do genérico: artigo definido e construções existenciais. – V. 4, nº 2, jul/dez. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000. Pp. 81 – 88.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística – parte I – In: Mussalim, F. & BENTES. A. C. (orgs) . SP: Cortez, 2001.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. . Rio de Janeiro. José Olympio, 1968.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. A filosofia da linguagem. In: . Campinas: autores associados, 2003. p.41-63

CHAMBERS, J.K . Oxford/Cambridge, Blacckwell. 1995

CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: Fiorin, José Luiz (org). . São Paulo: Contexto, 2002. p. 141.

COUTINHO**,** Ismael de Lima**.** Pontos de gramática histórica. 18. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e possessivo do século XIII ao século XVI. In: _. MATTOS e SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A.V. L. (orgs). O português quinhentista: estudos lingüísticos. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002. p.285-306.

CUNHA, Celso Ferreira da. . 10.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

DIAS, A. E. S. Sintaxe Histórica Portuguesa. 4.ed. Porto: A. M. Teixeira, 1959.

DUCROT, Oswald. . Editora perspectiva,1988 p.229-235

DUCROT, Oswald. Referente. : linguagem e enunciação.vol.2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 418-438.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In.:__. .. São Paulo: Cultrix, 1978. p.61-96.

FOUCAULT, M. : uma arqueologia das ciências humanas; tradução Selma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins fontes, 1999. 536p. FOUCAULT, M. . Paris: Gallimard, 1966. [Trad. Brasileira]

GUIMARÃES, Eduardo. O nome próprio de pessoa. In.: __. Campinas, SP: Pontes, 2002. p.33-42

GONÇALVES, V. F. . 2007. Dissertação (Mestrados em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG

IORDAN, I; MANOLIU. M. . Madrid, editorial GRED: 1972.

Kato, Mary Aizawa. A semântica gerativa e o artigo definido. São Paulo, Ática: 1974.

LABOV, William. . Philadelfhia: University of Pennsylvania Press, 1972.

__. In: 3 ed. Philadelphia: University of Pensylvania Press, 1975.

In: BAUGH, J. & SHERZER (eds) Amesterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

Cambridge: Blackwell, 1994.

__. . Cambridge: Blackwell, 2001.

LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira. O artigo sob uma perspectiva filosófica, gramatical e lingüística. In.: LIMA, M. A. Ferreira, FROTA, Wander Nunes. (orgs.) . Rio de Janeiro: Caetés, 2006.p.125-159.

__. O artigo como marca das operações de determinação. , UFPI, Teresina. V.3 p.p.45-58. 1998

LOPES, Maria Ângela P. Teixeira. (Tese de Doutorado) FALE/UFMG, 2004.

LYONS, John. Vol. 1. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1977.

MARI, H. Aspectos da teoria da referência. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

MENDES. Soélis Teixeira do Prado. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG

__.Qualificativo ‘Dona’ e nomes próprios: análise diacrônica de dados do português mineiro de Barra Longa – MG. In.: COHEN, Maria Antonieta A. R.; Jânia M. (org.). . Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

MEIER, Harri. Meu pai – o meu pai. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 9 (2): 1948. p.175 - 190.

__. Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português. Ano III – nº 7 – janeiro/abril, 1973. Rio de Janeiro – Grifo Edições, 1973.

MILROY, James. Lingüistic variation and change. GB: Basil Blackwell, 1992.

MILROY, Lesley. . 2.ed. Massachussetts, Blackwell, 1987.

MILROY, Lesley. Social Networks. In.: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P.; SHILLING-ESTES, N. (Eds) . Malden/Oxford: Blackwell, 2002. p.549-572.

MOISÉS, Juliana de Assis. . Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) _ Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995

MOLLICA, M.C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) : o tratamento da variação São Paulo: Contexto, 2003.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP: 2000.

OLIVEIRA. M. A. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. In.: ., Belo Horizonte, FALE/UFMG: ano IV, nº.7:71-89. 1982.

OLIVEIRA. M. A. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. In.: ., Belo Horizonte, FALE/UFMG: ano 1, v.1, p.31-41, jul./dez. 1992.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. Um caso de definitude. . Revista do Instituto de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, ORGANON, 5 (18): 1991. 164

__. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.).

. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996. p. 119 – 145.

__. Para uma boa receita de artigo. . 6 p. mimeo. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras (s.d.)

PAIVA, M.C & DUARTE, M.E.L. A mudança lingüística em curso. In.: __. (org) .Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PONTES, Eunice. . Campinas, SP: Pontes, 1987.

RAJAGOLAPAN, Kanavillil.
Cad.Est.Lin., Campinas, (38):79-84, Jan./Jun.2000.

SEABRA, M.C.T.C.
2004. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

SEVERO, Cristine G. A questão da identidade e o da variação/mudança em diferentes abordagens sociolingüísticas. REVISTA LETRA MAGNA: Revista Eletrônica de divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e literatutra – Ano 04 n.07 – 2º semestre de 2007. ISSN 1807-5193.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos Teóricos e suporte quantitativo. In: __ & OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. – Análise de fenômenos variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996.

SEARLE, J. . Coimbra: Almedina, 1981. p.207-229

TARALLO, F. . São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. .São Paulo: Ática, 1986.

TRINDADE, Cônego Raimundo . São Paulo: A. Campos Editor , 1917.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Monografia de Barra Longa. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1962.

WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M.
In LEHMANN, W. P. & MALKIEL, Y. (eds)
Austin & London: University of Texas Press. pp. 99-188. 1968

__. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

ZÁGARI, Mário R. L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de A. (org.) a Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas. Londrina: UEL, 1998. p. 31-54.

Endereços eletrônicos

www.citybrazil.com.br/mg/barralonga. Acesso em 16/01/2008

www.pt.wikipedia.org/wiki/Barra_Longa. Acesso em 16/01/2008

www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/barralonga.pdf . Acesso em 16/01/2008

www.serrasdeminas.org.br/serrasdeminas/index.php?modulo=cidades&id_cidades=barralonga - Acesso em 16/01/2008

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo